

Relatório e Contas
2015



MOZA

Relatório e Contas
2015




MOZA



MOZA

MOZA





Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Prakash Ratil
Presidente do Conselho
de Administração Moza Banco, SA

Prezados clientes e senhores accionistas,

O exercício económico findo em Dezembro de 2015 ficará para sempre ligado à história desta Instituição, como o ano em que o Moza apresentou robustos níveis de crescimento de actividade, a consolidação definitiva da sua presença a nível nacional. Igualmente, assegurou uma contribuição decisiva para um conjunto de iniciativas inovadoras em matéria de inclusão financeira e bancarização da população em geral, mas sobretudo, o ano em que o Moza alterou a sua imagem de marca no âmbito de um posicionamento cada vez mais próximo daqueles que para nós são o maior activo desta instituição: os nossos clientes.

Volvidos 8 anos desde a sua constituição, o Moza ocupa hoje em dia um espaço de notoriedade e reconhecimento no âmbito do sistema financeiro e no seio da população em geral que dificilmente seria de prever nos estágios iniciais deste projecto que fosse possível alcançar num tempo tão curto. Um sonho de Moçambicanos para os Moçambicanos.

Num contexto macroeconómico interno e externo que apresentou dificuldades acrescidas e face a níveis crescentes de competitividade e agressividade de mercado, o Moza continuou a percorrer paulatinamente o seu caminho de consolidação e crescimento no seio do sistema bancário Moçambicano, consolidando uma posição relevante no *ranking* nacional, alicerçado num conjunto de princípios e valores que nos caracterizam desta primeira hora.

Foi um ano marcado por factores internos e externos atípicos que desafiaram a continuação da tendência de crescimento que, com a perseverança e resiliência que o Moza incorpora, se conseguiu ultrapassar e capitalizar.

A implementação do Plano Estratégico aprovado pelos accionistas permitiu reforçar o posicionamento estratégico e comercial do Moza, visando a optimização de processos, aposta em canais de distribuição tendentes ao crescimento da base de clientes, mantendo um compromisso com o desenvolvimento do sistema financeiro nacional, em conformidade com as melhores práticas internacionais de gestão prudencial e de risco assim como de combate ao branqueamento de capitais.

A reafirmação da Missão, Visão e Valores foi este ano consubstanciada na alteração da imagem do Moza, apontando caminho para um posicionamento mais próximo da população em geral, reconhecendo o valor que cada cliente em particular nos confere, mas igualmente reconhecendo o peso da responsabilidade de servir todo e qualquer cliente de uma forma excepcional: o valor está em cada um dos clientes.

O Moza que tem hoje 800 trabalhadores e 59 unidades de negócio em todo o País, presta com eficiência serviços de qualidade, é um banco dotado de uma orgânica interna que induz foco no cumprimento dos objectivos individuais e de grupo, e está dotado de tecnologias de alta qualidade que permite a um banco jovem como o Moza competir em preço e qualidade, com o melhor que há no mercado.

No ano 2015, o Moza foi inovador, dando vida a um conjunto de iniciativas que permitiram novas soluções financeiras para os clientes (Moza d'Agente, Crédito Já, Cartão Jovem). A par, também se fortaleceu e ampliou a capacidade de chegar mais longe, com um conjunto de protocolos assinados com reputadas instituições nacionais e internacionais (Banco Europeu de Investimento,

Agencia Alemã de Cooperação Internacional "GIZ"), tendo sido por isso reconhecidos interna e externamente como "Most Innovative Bank 2015" pela revista "Banker", e Figura Económica do Ano pelo "Jornal Noticias".

E porque pretendemos cada vez mais fazer parte do desenvolvimento sustentado do País, o ano de 2015 foi igualmente marcado por uma presença activa no campo da responsabilidade social, do apoio ao estudante e ao aumento da literacia financeira da população em geral, passando pelas artes plásticas e musicais. O Moza pretendeu desta forma fazer parte, igualmente neste campo, do desenvolvimento de Moçambique e dos seus cidadãos.

As perspectivas macroeconómicas globais, regionais e nacionais de 2016 apontam como sendo um ano difícil, que vai requerer elevada exigência aos diversos níveis, em matéria de concorrência e de crescente competitividade no sector financeiro, assim como as economias que terão de enfrentar e superar choques externos.

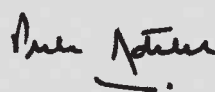
Uma palavra de sincero e forte agradecimento aos nossos clientes e *stakeholders* em geral, pela confiança depositada no Moza assim como aos Colaboradores, pelo elevado nível de profissionalismo e dedicação demonstrados, na certeza que os objectivos traçados para o corrente ano só serão atingidos num ambiente de extrema exigência ética, técnica e profissional. No ano de 2016, o Colaborador do Moza continuará a assegurar o cumprimento rigoroso dos normativos, estender aos clientes do Moza o habitual tratamento de Excelência! assegurando pleno sigilo profissional e a inviolabilidade das suas contas e processos.

Em nome do Conselho de Administração endereço uma palavra de apreço e de reconhecimento aos membros da Comissão Executiva, com destaque ao seu Presidente Dr. Ibraimo Ibraimo, pelo crescimento expressivo e notável do Moza. As valências de cada um, a sabedoria, a criatividade e a entrega individual e colectiva, têm engrandecido e prestigiado o Moza, colocando-o num lugar cimeiro entre os bancos em Moçambique.

Na qualidade de Presidente do Conselho de Administração do Moza gostaria de aproveitar esta oportunidade para reafirmar em nome dos Accionistas do Moza, designadamente a Moçambique Capitais, SA e o Novo Banco, SA o compromisso assumido desde a constituição desta Instituição, de servir de uma forma profissional e com elevados padrões de qualidade e ética aqueles que justificam a nossa existência: os nossos clientes, os empresários nacionais e estrangeiros, as instituições públicas ou da administração central do Estado, Embaixadas e Parceiros da Cooperação internacional, assim como os parceiros económicos em geral. A todos, um muito obrigado!

Bem hajam!

Saibam que no Moza, "O valor é teu!"







1.

Síntese dos Principais Indicadores

8000

Colaboradores

66%

Crescimento de Cartões Electrónicos
(Débito/Crédito)

3.516

Horas de Formação

31%

Crescimento de Unidades de Negócio

111%

Crescimento do n.º de Clientes

40%

Crescimento de Volume Negócio

1.1. Principais Indicadores

(Em milhares de metcais)

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. (%) 2015 - 2014
Ativos Totais	3.324.195	8.689.027	14.820.074	23.100.379	31.368.621	35,79%
Crédito a Clientes (Líquido) ¹	1.825.243	4.968.362	8.248.869	13.649.852	17.937.497	31,41%
Recursos de Clientes	2.222.871	6.217.736	11.601.922	16.914.452	24.734.711	46,23%
Capital	825.000	1.250.000	1.250.000	1.880.000	2.129.192	13,25%
RESULTADOS/RENDIBILIDADE						
Resultado Antes de Impostos	31.423	(82.052)	36.670	179.352	90.678	-49,44%
Produto Bancário	314.782	599.795	1.197.345	1.789.511	2.507.359	40,11%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	2,57%	-4,85%	1,67%	7,86%	3,46%	-4,40 pp
Rendibilidade do Activo (ROA)	0,73%	-0,78%	0,15%	0,66%	0,26%	-0,40 pp
QUOTA DE MERCADO						
Quota de mercado no Crédito a Clientes	1,83%	4,14%	5,36%	6,93%	7,52%	0,59 pp
Quota de mercado em Depósitos	1,63%	3,45%	5,46%	6,51%	7,68%	1,18 pp
Quota de mercado em Activos	1,69%	3,78%	5,69%	7,47%	8,88%	1,41 pp
SOLVABILIDADE - Rácio						
Solvabilidade - Rácio Moza Banco	35,52%	18,33%	11,03%	10,46%	9,95%	-0,51 pp
LIQUIDEZ (Mio MZN)						
Crédito/Depósitos	84,4%	81,9%	73,1%	82,9%	74,6%	-8,28 pp
QUALIDADE DOS ACTIVOS						
Imparidade do Crédito	51.206	122.438	229.781	368.832	514.602	40%
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	61%	156%	83%	119%	123%	4,01 pp
Imparidade do Crédito/Crédito a Clientes	2,73%	2,41%	2,71%	2,68%	2,84%	0,16 pp
PRODUTIVIDADE/EFICIÊNCIA						
Custos Operacionais	254.000	531.070	870.210	1.234.928	1.738.017	41%
FSE	126.287	248.989	400.736	613.308	851.022	39%
RH	127.713	282.081	469.474	621.620	886.995	43%
Custos Operativos/Ativos Totais (%)	7,64%	6,11%	5,87%	5,35%	5,54%	0,19 pp
Cost-to-Income ²	80,69%	90,47%	75,42%	69,01%	69,32%	0,31 pp
FSE/Produto Bancário	40,12%	41,51%	39,21%	34,74%	35,38%	0,64 pp
RH/Produto Bancário	40,57%	47,03%	33,47%	34,27%	33,94%	-0,33 pp
INDICADORES DE NEGÓCIO						
N.º de unidades de negócios	12	32	36	45	59	31%
N.º de ATMs	9	22	38	46	83	80%
N.º de POS	1	114	210	666	1.587	138%
N.º de Colaboradores no final do Período	143	325	437	636	800	26%
N.º de Clientes	2.998	10.626	20.443	35.368	74.567	111%
N.º de Cartões de Débito	1.118	5.104	9.461	31.078	52.833	70%
N.º de Cartões de Crédito	171	685	974	3.119	3.859	24%

¹ Carteira de crédito deduzido das imparidades.

² Cost-to-Income = Custos operacionais/Produto Bancário.





2.

Factos
Relevantes
e Prémios
Obtidos
em 2015

2.1. Factos Relevantes e Prémios Obtidos em 2015

Janeiro

- > Moza e Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) apostam no acesso a serviços financeiros



Fevereiro

- > Moza Lidera Oferta Pública de Subscrição de Obrigações do Grupo Visabeira Moçambique

Investimento Atractivo
com Obrigações Visabeira
Moçambique



- > Lançamento do Plano de acção comercial



Março

> A VISA distingue Moza



> Implementação de SAP



Abril

> Moza promove arte e cultura nacionais

A Associação Kulungwana inaugurou uma exposição colectiva denominada "COLECÇÃO CRESCENTE 2015", que conta com o apoio do Moza no âmbito da sua aposta na promoção da arte e cultura nacionais.



> Moza maior inovador na região distinção pela "The Banker"



Maio

> Moza participou pela primeira vez na celebração do dia 1 de Maio

O Moza participou na tradicional marcha organizada pelos sindicatos de trabalhadores em diversos pontos do país, para assinalar a passagem do dia internacional do Trabalhador.



> Moza promove empreendedorismo Feminino

Com o objectivo de contribuir na promoção do empreendedorismo feminino, o Moza patrocinou a realização do "Network Mulher", um evento que visava dar oportunidades as mulheres de partilhar histórias de sucesso, trocar experiências, criar parcerias, encontrar subsídios e financiamento e acima de tudo, motiva-las para continuar o empreendedorismo.



> Moza conquista Estrela Mercator



> Moza aposta no empreendedorismo Juvenil

O Moza e a recém-criada Câmara de Comércio e Indústria Juvenil de Moçambique (CCIJM), uma organização não-governamental apostada na promoção do empreendedorismo Juvenil, rubricaram um acordo financeiro e de cooperação que visa a concessão a membros da CCIJM, de uma gama de produtos e serviços financeiros do Moza em condições preferenciais.

Junho

- > **Lançamento de nova Plataforma para transacções via Telemóvel**

- > **Moza lança um produto direccionado para as crianças**

Lançamento no mês de Junho, mês da criança, de Contas Mozinhas e Cool, destinadas aos petizes, com o objectivo de incentivar a poupança nos Clientes desta faixa etária.



Julho

- > **Moza Disponibiliza 200 Milhões de Meticais à Mulheres Empresárias**

O Presidente da Comissão Executiva do Moza, Dr. Ibraimo Ibraimo, anunciou a disponibilização de um montante de cerca de 200 Milhões de Meticais para financiamento de projectos de mulheres empresárias.

A linha de financiamento disponibilizada pelo Moza junta-se a outras facilidades que o Banco oferece às PME's com vista a promoção de projectos de investimento, que potenciem de forma objectiva a criação de empregos e de acumulação de capital, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconómico do País.



Agosto

> Moza financia jovens em 400 milhões de Meticals para Formação e Empreendedorismo

O Moza lançou duas novas linhas de crédito no valor global de 400 milhões de Meticals, denominadas Jovem Activo e Empreendedor Activo, destinadas exclusivamente a Jovens Moçambicanos.

A primeira tem como objectivo financiar as despesas associadas com a frequência de cursos de Ensino Superior (incluindo mestrados, pós-graduações) ou cursos de formação técnica/profissional com possibilidade de carência de capital durante a frequência da mesma. A Linha Empreendedor Activo, por seu turno, visa apoiar Jovens Empreendedores a desenvolver os seus projectos de negócio, seja para o apoio às necessidades de tesouraria, ou para financiar os investimentos.



Outubro

> Moza Credencia Primeiro Agente Bancário no País



> Com o novo Serviço de Internet Banking Moza Acrescenta Valor Às Empresas

Com o objectivo melhorar continuamente a qualidade dos seus produtos e serviços, acrescentando mais valor, o Moza renovou o serviço de Internet Banking para Empresas, tornando a experiência de "e-banking" ainda melhor.

O portal apresenta uma imagem totalmente renovada, alinhada com a nova identidade visual do Banco, maior segurança, interactividade, navegação mais intuitiva e directa para além de funcionalidades exclusivas.



Setembro

> Agência de rating Global Credit Rating (GCR) atribui perspectiva estável ao Moza



> **Banco Europeu de Investimento Duplica Linha de Financiamento ao Moza**

O Banco Europeu de Investimento duplicou o financiamento concedido ao Moza, ao disponibilizar mais EUR 10 Milhões, o equivalente a mais de MZN 470 Milhões, destinados ao financiamento e desenvolvimento das PME'S, reforçando a parceria estabelecida com o Moza desde 2013.

> **Assinatura do acordo de parceria entre o Moza e a AJECOM**

O Moza e a Associação de Jornalistas Económicos de Moçambique - AJECOM, rubricaram um Memorando de Entendimento visando a promoção da literacia financeira em especial para a classe jornalística.

O Moza compromete-se a fornecer regularmente à AJECOM, informação sobre produtos e serviços financeiros para posterior divulgação, bem como apoiar na formação e especialização dos profissionais de Comunicação Social em matérias económicas, jurídico-financeiras e em outras matérias úteis para o sector financeiro.

> **Rebranding da Imagem Corporativa do Banco**

Mudança de imagem do Moza, com o objectivo de reforçar os valores da responsabilidade, da competência, do profissionalismo, que são referência para a nossa Instituição.



> **Moza e BMM firmam parceira para concessão de empréstimo aos operadores agrícolas**

Foi rubricado entre o Moza a Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM) um protocolo que prevê a disponibilização de crédito para potenciais operadores e actuais da BMM, que transaccionam produtos agrícolas.



> **Moza figura económica de 2015**

O Jornal "Noticias" elegeu este ano o Moza como entidade de destaque no plano económico nacional.

Pesou para esta eleição o facto de, mesmo perante uma economia em dificuldades, em resultado de factores externos e internos, o banco ter demonstrado capacidade de "inovação local", ao instalar o "Banco dos Mercados".

Trata-se de uma iniciativa pioneira, que procura explorar diferentes maneiras de chegar a segmentos financeiramente excluídos e informais, através de uma rede de pequenos balcões de arquitectura prática e conveniente denominados "O Banco de Mercado".



> **Integração da Rede Ponto24 na Rede Única Nacional designada por SIMO rede**

Tornou-se operacional a implementação da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), cujo objectivo é o de reduzir os custos de transacções financeiras, através de um programa tecnológico de unificação do sistema electrónico dos bancos comerciais, microfinanças e de microcrédito.

O Moza mais uma vez teve o privilégio de tomar a dianteira ao juntar-se ao projecto, com o intuito de massificar a bancarização da economia e garantir a abrangência dos serviços bancários aos clientes a preços menos onerosos.





A black and white close-up photograph of a woman's face, focusing on her eyes and nose. She has a small nose ring. The background is dark and out of focus.

3.

Estrutura
Accionista
e Princípios
Corporativos

3.1. Moza Banco

O Moza Banco (“Moza”) é um banco comercial que opera no mercado Moçambicano desde Junho de 2008. Desde a data da sua constituição o Moza tem vindo a cimentar a sua presença e marca de uma forma consistente, alinhada com a gradual expansão da sua rede de distribuição a par de um continuado foco nas necessidades dos seus clientes.

Com a aprovação por parte dos seus accionistas, em finais de 2013, do Plano Estratégico para o período compreendido entre 2014 e 2018, o Moza iniciou um gradual processo de transformação e reforço do seu modelo de negócio, passando de uma Instituição que servia primeiramente os segmentos de *Corporate* e *Private Banking*, para um claro posicionamento mais próximo do segmento de *Retail* e *Mass Market*, numa clara transformação para um posicionamento de banco universal.

O ano de 2015 ficará para sempre marcado na história da Instituição pela mudança de imagem corporativa do Moza, num claro esforço de aproximação e generalização da abordagem do banco ao mercado Moçambicano. A nova imagem do Moza pretende espelhar o reforço dos valores da responsabilidade, da competência, do profissionalismo, da orientação para o cliente, referências inequívoca da cultura empresarial e corporativa da Instituição.

Ao longo dos seus apenas 8 anos de existência, o Moza tem demonstrado níveis de crescimento e consolidação da sua actividade robustos, ocupando no final de 2015 a quarta posição no ranking bancário nacional com quotas de mercado de activo de 8,9% e de volume de negócio de 7,6%, voltando a apresentar níveis significativos de crescimento na generalidade dos seus indicadores de performance, notoriedade e solidez.

“A nova imagem do Moza pretende espelhar o reforço dos valores da responsabilidade, da competência, do profissionalismo, da orientação para o cliente, referências inequívoca da cultura empresarial e corporativa da Instituição.”

3.2. Principais Marcos Históricos

2010

- > Considerado pela KPMG no seu relatório das “100 maiores empresas de Moçambique”, como a instituição financeira com o mais rápido crescimento em termos de volume de negócios;

2011

- > Aquisição de 25,1% do capital social do Moza pelo agora designado Novo Banco África, SGPS (antes BES África, SGPS);

2012

- > A conceituada revista “*The Banker*” reconheceu o Moza como o quinto Banco em África em termos de crescimento dos seus activos;

2013

- > Em Junho de 2013, o Novo Banco África, SGPS, procedeu à aquisição de 23,9% do capital social do Moza, passando a deter 49%;
- > Na mesma data a Moçambique Capitais aumentou a sua participação para 51% do capital social do Moza;
- > O Moza alcança uma abrangência a nível nacional, cobrindo todas as capitais provinciais de Moçambique, totalizando 36 unidades de negócios e mais de 20.000 clientes;

2014

- > Início da implementação do Plano Estratégico para o período 2014-2018;
- > A prestigiada publicação especializada na área financeira, “*Global Banking and Finance Review*”, premiou o Moza como o Banco comercial a operar em Moçambique com o mais rápido crescimento no ano de 2014;
- > Início de implementação do projecto “Banco dos Mercados”, iniciativa pioneira no mercado Moçambicano, na disponibilização de serviços bancários e financeiros num conjunto de mercados informais;

2015

- > O “Jornal Notícias” (jornal que apresenta a maior tiragem a nível nacional), considerou o “Moza” como a figura económica do ano findo;
 - > O Moza credencia o primeiro agente Bancário no País, mais uma vez inovando e liderando o processo de inclusão financeira e bancarização de Moçambique;
 - > A Agência internacional de rating “*Global Credit Rating*”, avaliou pela primeira vez a qualidade dos activos e capacidade creditícia do Moza, tendo-lhe sido atribuído uma notação de rating A3 no curto prazo e BBB no médio/longo prazo.
-

3.3. Declaração de Princípios Corporativos do Moza

O Moza é uma Instituição que baseia a sua actuação em princípios fortes e claramente estabelecidos, sendo estes os pilares base de toda a actuação da Instituição no mercado em que opera.

A conformidade com os princípios Corporativos do Moza e o cumprimento escrupuloso das orientações neles reflectidos é obrigatório em todas as actividades que o Moza desenvolve. Desta forma, o seu integral conhecimento e respectivo cumprimento é desde a primeira hora transmitido de uma forma clara e objectiva, sendo a sua aplicação e cumprimento devidamente monitorizada, de uma forma regular pelas estruturas competentes criadas para o efeito no seio da Instituição, designadamente por parte do Comité de Auditoria, Direcção de Auditoria Interna, Direcção de Compliance e Direcção de Comunicação e Qualidade.

Missão

O Moza tem como objectivo central da sua actividade providenciar produtos e serviços financeiros de alta qualidade e com elevados padrões de eficiência aos seus Clientes. A sua missão é alinhar estratégias com vista a acrescentar valor para os clientes, oferecendo produtos e serviços que vão ao encontro das suas necessidades;

Visão

Ser o Banco de referência em Moçambique na prestação de serviços financeiros de qualidade aos segmentos *Retail, Private, Corporate* e Institucional de acordo com os critérios de eficácia, eficiência e rentabilidade estabelecidos pelos seus accionistas e implementados pela sua gestão;

Valores

Os nossos valores estão assentes no Saber, Rigor, Transparência, Orientação para o Cliente, Integridade, Ética, Inovação e Vanguarda.

3.4. Estrutura Accionista

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital social do Moza ascende a MZN 2.129.192.000, estando representado por 85.168 acções totalmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

Accionistas	Percentagem do Capital	Total de capital social	Número de acções
Moçambique Capitais, S.A.	50,999%	1.085.866.628	43.435
NB ÁFRICA, SGPS, S.A.	49,000%	1.043.304.080	41.732
Dr. António Matos	0,001%	21.292	1
Total	100,000%	2.129.192.000	85.168

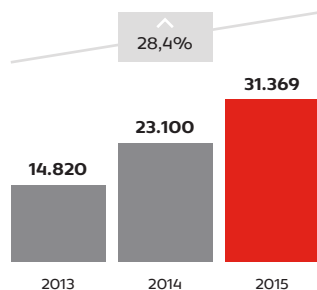
De referir que durante o ano de 2015, os accionistas do Moza procederam a um aumento do capital social no valor MZN 249.192.000 (2014: MZN 630.000.000), subscrito e integralmente realizado por entrada de novos fundos. O aumento de capital verificado não conduziu a qualquer alteração da estrutura accionista do Banco.

Nos últimos dois anos os accionistas do Moza investiram cerca de 879 milhões de meticais, com o objectivo de suportar o ritmo de crescimento do negócio, modernização da infra-estrutura técnica e operacional do banco, em linha com um forte movimento de expansão da rede de distribuição e investimento no sector dos canais electrónicos.

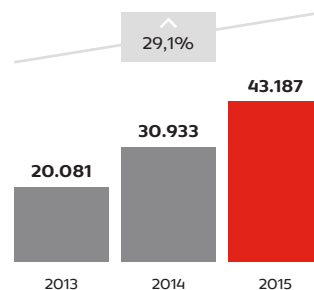
Não obstante a rápida e consistente transformação operada na Instituição, os níveis de solidez financeira e resiliência a choques externos foram claramente demonstrados, com o Moza a apresentar níveis de solvência, expressos no seu rácio de capital, acima dos requisitos impostos pelas entidades reguladoras para os Bancos a operar em Moçambique.

3.5. Actividade, Resultados, Liquidez e Solidez

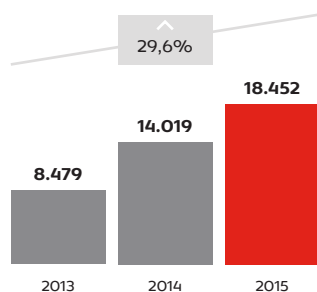
Activo Líquido



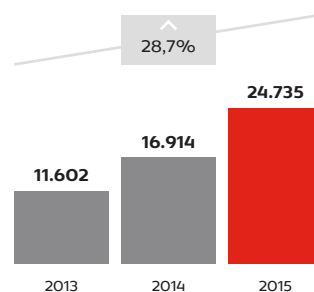
Volume de Negócio



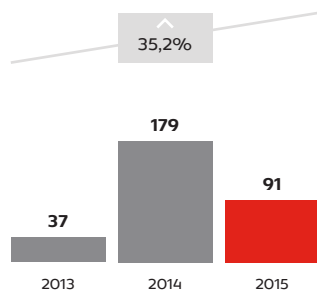
Crédito Bruto



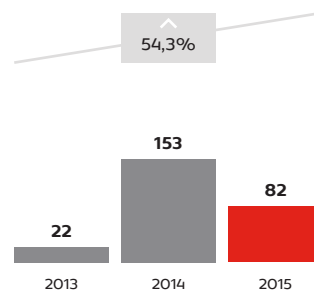
Depósitos



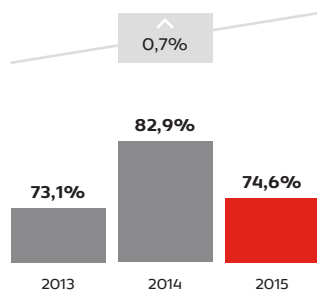
Resultado antes de imposto



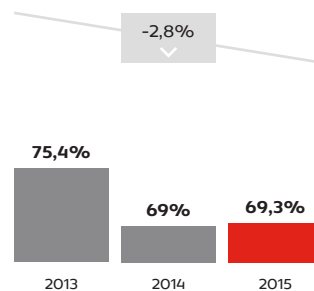
Lucro Líquido



Rácio de Transformação



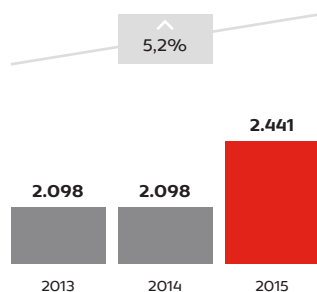
Cost-to-Income



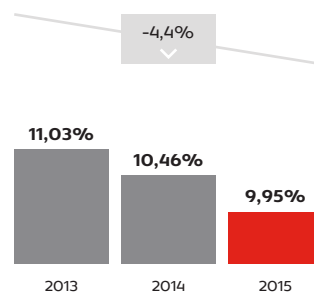
■ Taxa anual de crescimento composto (TAAC).

Cost-to-Income (Gastos Gerais Administrativos e Gastos com Pessoal sobre Produto Bancário).

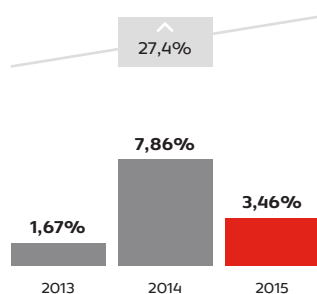
Fundos Próprios



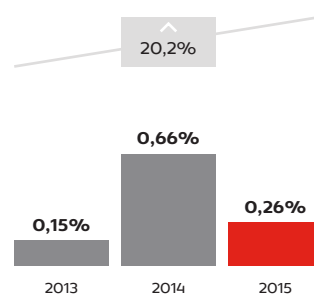
Rácio de Solvabilidade



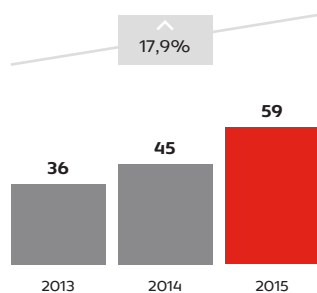
ROE



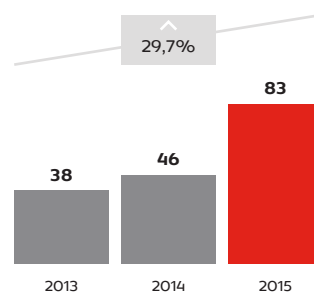
ROA



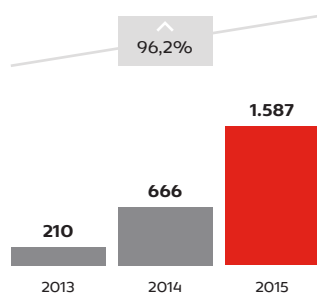
N.º de Unidades de Negócio



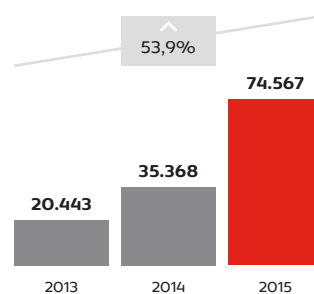
N.º de ATMs



N.º de POS



N.º de Clientes



■ Taxa anual de crescimento composto (TAAC).





4.

Órgãos Sociais
e Modelo de
Governança

4.1.

Órgãos Sociais, de Gestão, e Comissões

São órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e o Secretariado Geral da Sociedade. Os órgãos sociais do Moza são eleitos em Assembleia Geral dos accionistas, e os respectivos mandatos têm a duração de três anos.

Importa mencionar que os actuais órgãos sociais do Moza tomaram posse em Março de 2014.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Castigo José Correia Langa (01)
Secretária Márcia Valigy e Silva (02)

Conselho Fiscal

Presidente Luís Miguel Rosário Baptista (03)
Vice-Presidente Edgar Danilo Estevão Balói (04)
Vogal Paula Ferreira (05)
Suplente Venâncio Chirrimé (06)

Conselho de Administração

Presidente Prakashchandra Ratilal (07)
Vogais Ibraimo Abdul Carimo Issufo Ibraimo (08)
António Augusto Figueiredo D' Almeida Matos (09)
Luís Magaço Júnior (10)
Paulo Dambusse Marques Ratilal (11)
Rui Manuel Fernandes Pires Guerra (12)
João Luís Fernandes Jorge (13)
César Augusto Martins Ferreira Gomes (14)

Comissão Executiva

Presidente Ibraimo Abdul Carimo Issufo Ibraimo (08)
Administradores Executivos Luís Magaço Júnior (10)
João Luís Fernandes Jorge (13)
César Augusto Martins Ferreira Gomes (14)

Secretária Geral da Sociedade

Márcia Valigy e Silva (02)

Comité de Auditoria

Yasmin Patel (15)

Comissão de Vencimentos

Maria Estrela Nobre Pereira Polónia (16)
Francisco Vieira da Cruz (17)



01



02



03



04



05



06



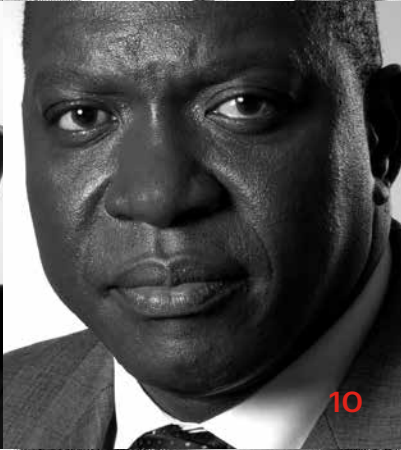
07



08



09



10



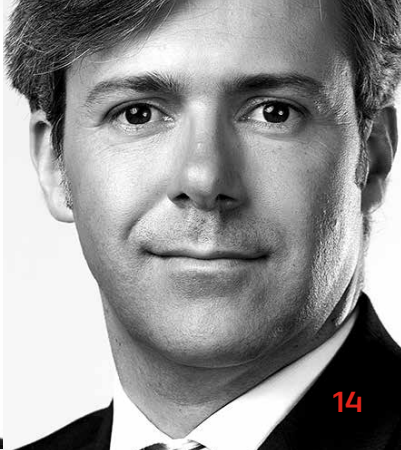
11



12



13



14



15



16



17



4.2. Modelo de Governação

O Moza adopta um modelo de governação inspirado numa linha anglo-saxónica em que a responsabilidade pela condução da Sociedade está atribuída ao Conselho de Administração, o qual delega a gestão corrente da actividade na Comissão Executiva, cabendo a função de fiscalização ao Conselho Fiscal em devida coordenação com a Comissão de Auditoria.

Conselho de Administração

Pelos estatutos do Banco, o Conselho de Administração reúne, pelo menos uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente. Em 2015 o Conselho de Administração reuniu 7 vezes, tendo apreciado e deliberado sobre um vasto leque de matérias submetidas pela Comissão Executiva do Moza, cobrindo diversas áreas de intervenção, sendo de realçar as seguintes: avaliação do desempenho económico-financeiro da Instituição, aprovação do orçamento anual, monitorização sobre a implementação do plano de transformação e outras matérias de natureza estratégica.

De referir uma alteração da composição do Conselho de Administração, decorrente do pedido de resignação ao cargo desempenhado pelo Eng. Tiago Valença Pinto, apresentada em Abril de 2015, tendo sido no mesmo mês designado (por co-optação) o Dr. César Ferreira como novo Administrador.

Comité de Auditoria

Com vista a assegurar a implementação de um mecanismo de controlo efectivo, foi estabelecido, sob proposta do Conselho de Administração do Moza, o Comité de Auditoria, aprovado em Assembleia Geral, do dia 19 de Março de 2014, com vista a apoiar o Conselho de Administração na supervisão e monitorização do cumprimento dos objectivos traçados para as áreas de Compliance, Risco e Auditoria, bem como em assegurar o cumprimento das leis, normativos e regulamentos relevantes.

O Comité de Auditoria reporta, de um modo regular, as conclusões e recomendações decorrentes dos trabalhos desenvolvidos ao Conselho de Administração.

Comissão de Vencimentos

A Comissão Vencimentos tem funções consultivas em matéria de política de remuneração a aplicação aos Órgãos Sociais do Moza. De salientar que a política remuneratória dos membros dos Órgãos da Sociedade é anualmente revista.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente da actividade do Moza, pelo desenvolvimento de toda a sua actividade e pela representação Institucional do Moza junto de todos os *stakeholders*. Tem como função acompanhar continuamente a evolução da actividade, nomeadamente através da análise e avaliação de indicadores chave, monitorizar a execução de projectos estruturantes, acções e medidas em curso, bem como obviamente dos resultados alcançados em cada iniciativa.

Subordinada à Comissão Executiva, liderada pelo seu Presidente, a estrutura organizacional do Moza encontra-se estruturada da forma apresentada na página seguinte.

De forma a suportar o processo de gestão do Banco de forma eficiente, eficaz e produtiva, foram definidas sistemáticas de trabalho suportadas na constituição de grupos de trabalho multidisciplinares, designados internamente Comitês, nomeadamente:

Conselho de Direcção:

Órgão de carácter consultivo que tem a principal função de apoiar a Comissão Executiva na avaliação do desempenho das actividades do Moza, procurando garantir o nível de cumprimento dos objectivos definidos e propor as devidas medidas estratégicas para o seu alcance. Este fórum congrega a totalidade da estrutura Directiva do Banco, promovendo a gestão participativa e alargada.

Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO "Assets and Liabilities Committee"):

Órgão de consulta da Comissão Executiva para a execução da política financeira definida para o Banco, sobre a forma de gestão integrada de activos e passivos, garantindo a implementação de acções no âmbito de normas e procedimentos visando a gestão efectiva dos riscos de mercado (cambial, variação de taxa de juro, *repricing*) e de liquidez. Desempenha um papel activo na elaboração de propostas de política de preços, baseada na atempada avaliação dos desenvolvimentos em matéria macroeconómica interna e externa, em estrita coordenação com o Gabinete de Estudos.

Comité de Risco:

Órgão de carácter consultivo, com principal função de apoiar a Comissão Executiva na monitorização, avaliação e evolução do perfil integrado de risco do Banco. Tem como objectivo, propor políticas, processos e metodologias de avaliação, gestão e controlo das principais naturezas de risco inerentes ao desenvolvimento da actividade do Banco, quer risco financeiro e não financeiro.

Comité de Projectos Estruturantes:

Órgão com função consultiva, para apoiar na avaliação, monitorização e acompanhamento dos projectos estruturantes e transversais do Banco, incluindo pedidos de desenvolvimentos diversos. Tem como objectivo propor a Administração do Banco, a priorização das actividades bem como as necessárias decisões estratégicas.

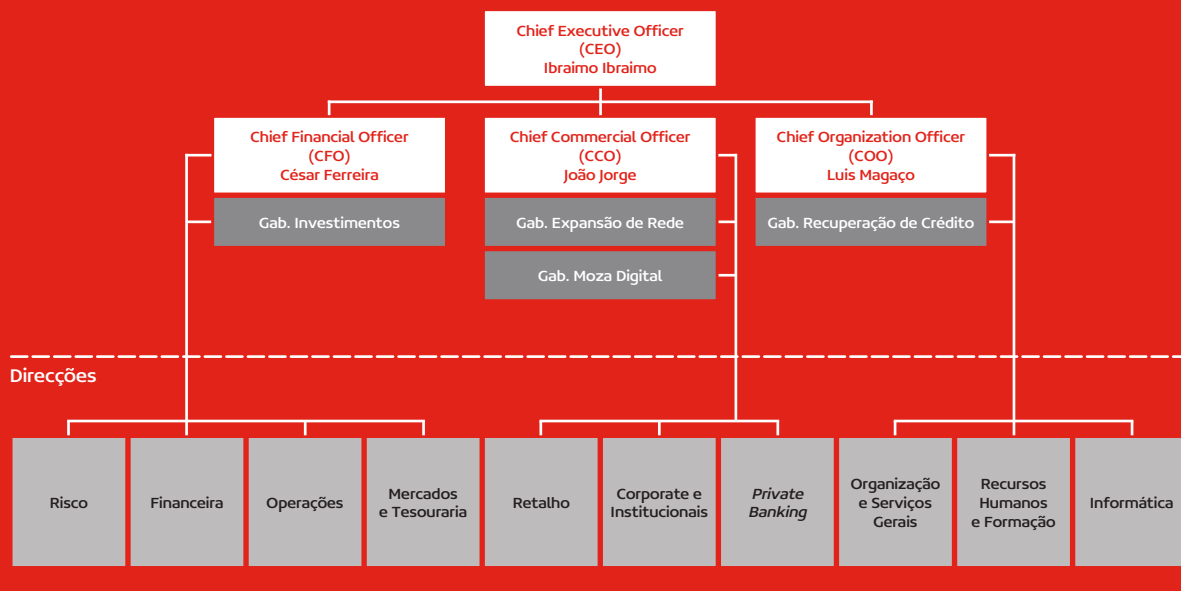
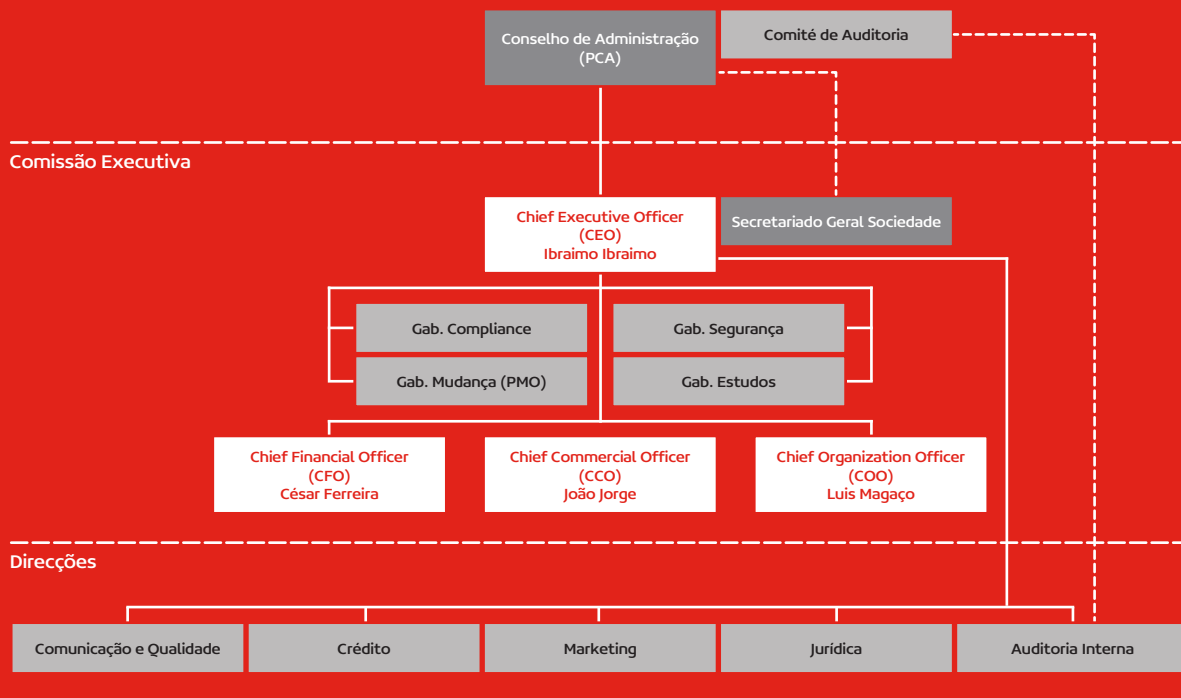
Comité de Negócios:

Órgão de carácter consultivo da Comissão Executiva, com função de acompanhamento e dinamização da actividade comercial desenvolvidas pelos diferentes segmentos em que o Banco actua (*Retail, Private, Corporate* e Institucional). Tem como objectivo, propor políticas e estratégias comerciais que visam garantir os níveis de cumprimento de objectivos estabelecidos.

Comité de PMO:

Órgão de carácter consultivo da Comissão Executiva, com a função de acompanhamento da execução do Plano Estratégico aprovado pelos accionistas. Tem como objectivo, analisar e debater as questões críticas associadas à implementação do Plano Estratégico, assim como propor medidas que visam garantir níveis de execução estabelecidos.

Organigrama Funcional da Comissão Executiva







5.

Enquadramento Económico

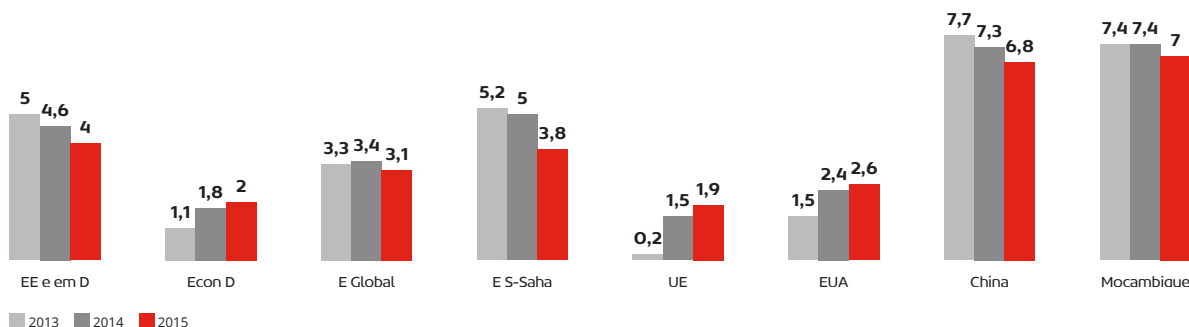
5.1. Economia Internacional

Crescimento económico

A economia mundial continuou em 2015 a registar um crescimento lento, desacelerando para níveis de 3,1% contra 3,4% em 2014, facto que foi fundamentalmente causado pela redução do ritmo de crescimento da economia China cifrado em 6,8%, menos 0,5% face a 2014.

O crescimento menos acelerado da economia China, representativa de 17,2% da economia mundial, provocou uma redução na procura agregada a nível mundial e uma consequente redução do nível de crescimento da economia mundial face a 2014.

Crescimento Económico (%)



■ 2013 ■ 2014 ■ 2015

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Janeiro 2016. Nota: EE e em D = Economias Emergentes e em Desenvolvimento; Econ D = Economias Desenvolvidas; E Global = Economia Global; E S-Saha = Economia Subsaariana; UE = União Europeia; EUA = Estados Unidos da América.

De um modo geral e com a excepção das Economias Desenvolvidas e dos Estados Unidos da América (EUA), em particular, as economias apresentaram ritmos de crescimento em 2015 abaixo dos verificados em 2014. As economias desenvolvidas e a União Europeia (UE) apesar de terem registado níveis de crescimento modestos aparentam estar lentamente a recuperar da crise de crescimento em que se encontravam mergulhadas desde 2008, isto num enquadramento global em que os EUA continuam a crescer mais rapidamente do que as demais economias desenvolvidas.

As economias emergentes (EE) e em desenvolvimento, assim como as economias da região subsaariana registaram, de um modo geral, um abrandamento dos seus ritmos de crescimento. As economias emergentes e em desenvolvimento, apesar de representarem 70%⁽¹⁾ da economia mundial e crescerem a níveis relativamente altos, denotam uma evidente desaceleração na velocidade do seu crescimento que se regista pelo quinto ano consecutivo. Este facto está objectivamente relacionado com a redução acentuada dos preços das mercadorias, que impactam de uma forma significativa no desempenho de economias fortemente dependentes de exportações de mercadorias brutas e transformadas.

¹ Ver o *World Economic Outlook*, Janeiro 2016, do Fundo Monetário Internacional

Preços das principais mercadorias

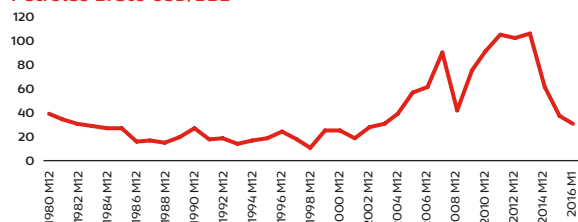
O abrandamento do ritmo de crescimento da China e consequente da economia mundial afectou grandemente os preços das principais mercadorias (*commodities*) e, em particular, os preços do petróleo bruto e gás natural. O ano de 2015 trouxe um cenário caracterizado por uma redução quase que generalizada dos preços das principais mercadorias.

O petróleo e gás natural registaram em 2015 decréscimos nos seus preços em reflexo de uma diminuição na procura agregada mundial, ao mesmo tempo que a produção se mantém a níveis elevados. Importa referir a forte correlação que os preços destas mercadorias apresentam,

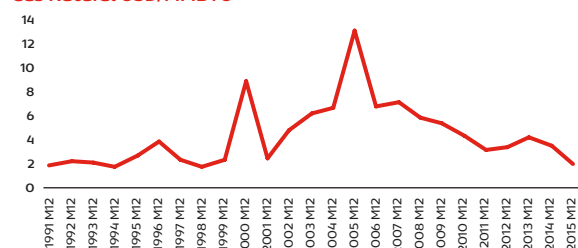
numa demonstração evidente que produtos cada vez mais substitutos entre si e os mercados internacionais percebem como inter-relacionados.

O efeito da queda dos preços de petróleo e gás natural tem sido benéfico para a grande maioria das economias mundiais, maioritariamente importadoras destas duas mercadorias. Em contrapartida, as economias produtoras e exportadoras têm visto dificuldades acentuadas nas suas posições orçamentais uma vez que as suas receitas verificaram declínios acentuados, num cenário em que, contrariamente ao que seria de esperar (redução da produção destas mercadorias para desacelerar a queda dos preços), os países produtores e exportadores de petróleo responderam aumentando a produção na tentativa de recuperação de receitas via maior produção.

Petróleo Bruto USD/BBL



Gás Natural USD/MMBTU



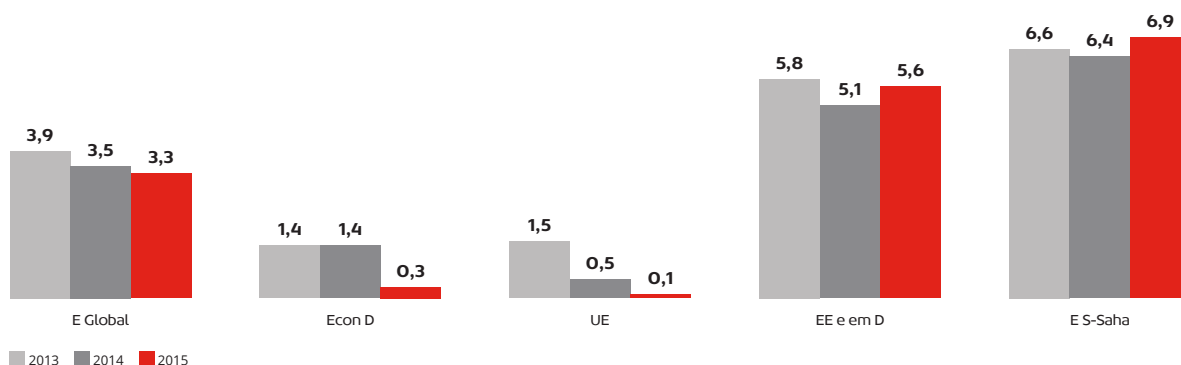
Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Janeiro 2016.

Inflação

Os níveis de inflação continuam relativamente baixos na esmagadora maioria das economias mundiais. As economias desenvolvidas e a UE verificaram mesmo um abaixamento significativo da inflação para níveis preocupantes e muito perto dos limiares de deflação. Esta redução é uma vez mais o reflexo da redução do ritmo de crescimento económico na China e na economia mundial em geral, assim como a diminuição significativa dos preços das principais mercadorias.

A África Subsaariana continuou a registar os níveis mais altos de inflação quando comparada com outras regiões. Todavia, os níveis de inflação nesta região são ainda baixos e bastante estáveis e dentro das tendências que as economias emergentes e em desenvolvimento geralmente apresentam.

Inflação (%)



Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Janeiro 2016.

Nota: EE e em D = Economias Emergentes e em Desenvolvimento; Econ D = Economias Desenvolvidas; E Global = Economia Global; E S-Saha = Economia Subsaariana; UE = União Europeia.

Principais Bolsas Internacionais

Os índices bolsistas dos principais mercados de capitais internacionais apresentaram em 2015 decréscimos, reflexo das incertezas dos mercados em matéria de perspectivas económicas de médio e longo prazo. O desacelerar da economia mundial, em geral, e da economia Chinesa, em particular, criou fortes pressões sobre o desempenho das empresas, reflectindo-se nos lucros reportados e consequentemente na evolução dos principais Índices Bolsistas.

As Bolsas da Zona do Euro e Japão continuaram a registar desempenhos positivos entre 2012 e 2015, apesar destas economias apresentarem ainda ritmos de crescimento significativamente lentos. A África do Sul registou também um desempenho positivo, não obstante tratar-se de uma economia fortemente dependente dos níveis de preço das principais mercadorias.

País	Índices Bolsista	Dez-12	Dez-13	Dez-14	Dez-15	Variação anual	
						2014	2015
EUA	S&P 500	1.426	1.849	2.059	2.044	11,35%	-0,72%
	NASDAQ 100	2.996	4.162	4.736	4.593	13,79%	-3,02%
Inglaterra	FTSE 100	5.925	6.731	6.566	6.242	-2,45%	-4,93%
Zona Euro	Euro Stoxx 50	2.317	2.636	3.146	3.267	19,36%	3,83%
Japão	NIKKEI 225	10.421	16.183	17.451	19.033	7,83%	9,07%
Brasil	BOVESPA	61.066	52.507	50.007	18.134	-4,76%	-63,74%
África de Sul	JSE Africa	39.096	46.290	49.770	50.694	7,52%	1,86%

Fonte: Bloomberg; Unidades: USD

5.2. Economia Nacional

Crescimento económico

A economia moçambicana continua a crescer a ritmos acelerados, tendo acumulado nos últimos 5 anos crescimentos médios na ordem dos 7%, facto que comparativamente com as restantes economias da região demonstra um comportamento a realçar.

O crescimento da economia Moçambicana em 2015 continuou a ser fortemente influenciado pelos sectores da indústria extractiva, construção e serviços financeiros, num enquadramento em que se antecipava um crescimento ainda mais forte em resultado da manutenção de elevados níveis de investimento directo estrangeiro (IDE), nomeadamente na indústria extractiva, com o arranque dos projectos no sector do gás natural. Ao invés, um clima interno marcado pela manutenção da instabilidade política, a par com a acentuada redução dos preços das mercadorias nos mercados internacionais, conduziu a um desempenho menos conseguido.

Inflação

A inflação homóloga em Moçambique atingiu, pela primeira vez desde 2011 a “casa” dos dois dígitos, nomeadamente 10,55%, cerca de +8,62 p.p. comparativamente ao ano 2014 e muito acima do objectivo de 5% a 6% fixado pelo governo. A inflação média anual fixou-se em 3,55%, 0,99 p.p. superior a inflação média de 2014.

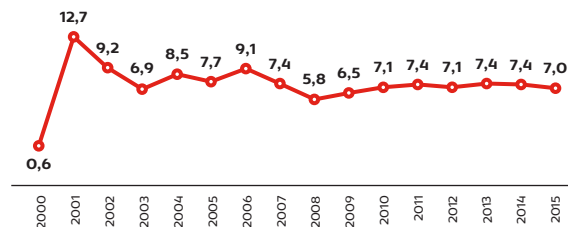
O cenário de pressão inflacionária observado em 2015 foi conduzido essencialmente pela desvalorização acentuada do metical especialmente face ao Dólar Norte-Americano (USD) e as restrições orçamentais conducentes à revisão em alta de um conjunto de subsídios concedidos num conjunto de bens e serviços prestados em Moçambique (não actualizados há vários anos), designadamente, o pão (29%), a água canalizada (1.6%) e a energia eléctrica (7,6%).

A divisão de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas foi a que maior contribuição teve na variação do nível geral de preços, tendo sido responsável por 7,87pp na variação total da inflação em 2015. Esta contribuição foi mais acentuada no mês de Dezembro devido a especulação dos preços dos produtos desta divisão, típicos da época festiva.

Taxa de Câmbio

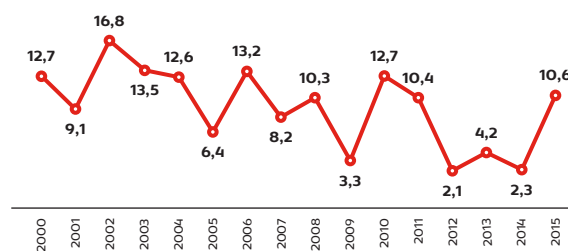
O Metical apresentou uma forte depreciação em 2015. As principais taxas de câmbio sofreram, no período entre Dezembro de 2014 e Dezembro de 2015, as seguintes depreciações nominais: (i) MZN/EUR: 22,5%; (ii) MZN/USD: 36,6%; e (iii) MZN/ZAR: 1,4%.

Crescimento do PIB – Moçambique



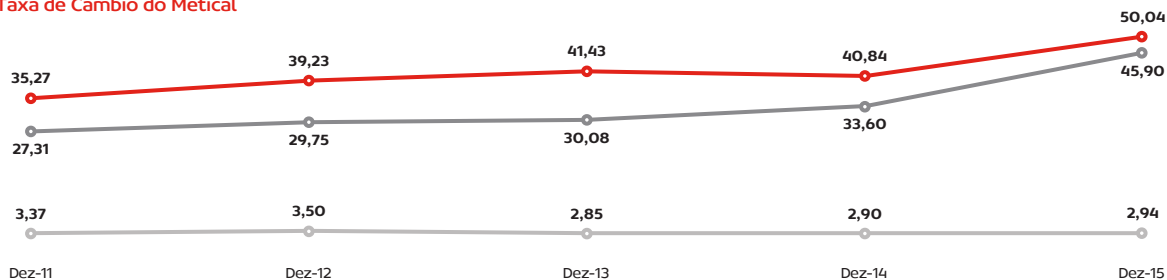
Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Janeiro de 2016; INE-Instituto Nacional de Estatística

Inflação Anual (%)



Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Janeiro de 2016; INE-Instituto Nacional de Estatística

Taxa de Câmbio do Metical



Fonte: Bloomberg; Banco de Moçambique; e MOZA.

○ MZN/USD ○ MZN/EUR ○ MZN/ZAR

A depreciação do Metical contra o Dólar Americano justifica-se essencialmente pela fortificação deste último nos mercados internacionais, pela redução dos fluxos de entrada de divisas em Moçambique, derivada da redução dos preços das *commodities* que Moçambique exporta, da redução dos fluxos de entrada de investimento directo estrangeiro, bem como pelos reduzidos fluxos de ajuda externa. Em última análise, a acentuada depreciação do Metical acabou resultando em acrescidos custos de serviço de dívida externa, que associados aos factores antes referidos, resultaram na pressão sobre as reservas internacionais líquidas, o que acabou limitando a capacidade de intervenção do Banco Central no mercado cambial com vista à estabilização da moeda.

A reduzida depreciação verificada contra o Rand da África do Sul só encontra suporte no facto desta moeda ter sido igualmente fortemente penalizada, face ao Euro e USD em resultado de um movimento de forte aversão ao risco que penalizou a maioria dos mercados emergentes.

As causas subjacentes à depreciação do Metical, ainda que externas, são igualmente internas, designadamente tendo em consideração a posição orçamental do país.

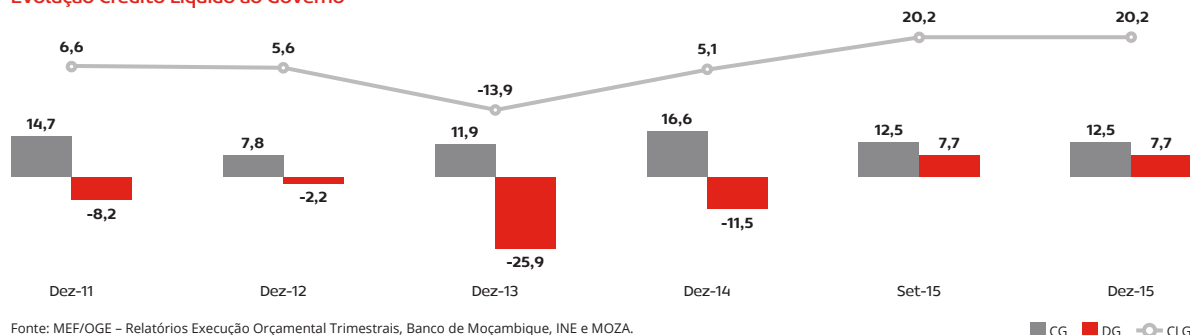
Indicador	Dez-14	Dez-15
Investimento Directo Estrangeiro (USD'mio)	3.315	2.883
Donativos (MZN'mio)	16.664	13.889
Receitas de Exportação (USD'mio)	3.927	3.557
Reservas Internacionais (USD'mio)	2.883	1.997
Meses de Importação	4	3

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Janeiro de 2016; Banco de Moçambique.

Política Orçamental

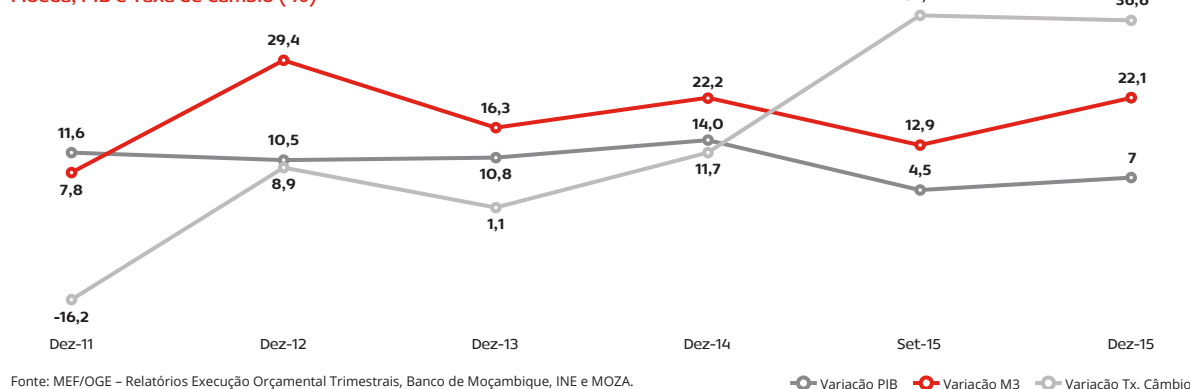
O orçamento do estado previa para o ano 2015 receitas no valor total de 160.708 milhões de Meticais, uma despesa no total de MZN 226.425 milhões de Meticais e um défice orçamental no total de (65.717) milhões de Meticais, antes de donativos. Dados publicados pelo Banco de Moçambique para o 3.º trimestre, apontam para uma execução orçamental das receitas, da despesa e do défice na ordem dos 110.440 milhões de Meticais, 154.047 milhões de Meticais e (43.607) milhões de Meticais, respectivamente. Para o mesmo período de 2014, as receitas totalizaram 110.440 milhões de Meticais, as despesas 141,196 milhões de Meticais e o saldo orçamental 31.220 milhões de Meticais.

Evolução Crédito Líquido ao Governo



Uma despesa orçamental mais acentuada exerceu pressão adicional sobre a procura de moeda externa, facto justificado por uma grande fatia dos investimentos e gastos efectuados pelo Estado se reflectirem em bens e serviços importados, aliado a uma geração de receitas de exportação que sofreu uma erosão por via da redução dos preços das principais mercadorias transaccionadas.

Moeda, PIB e Taxa de Câmbio (%)

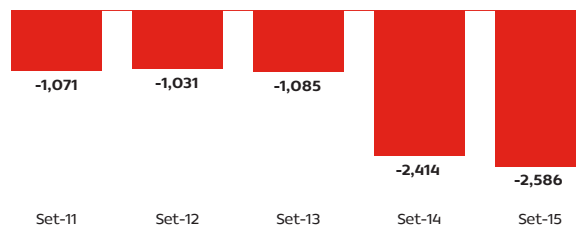


Até Setembro de 2015 a principal fonte de financiamento do défice público foi o endividamento externo que totalizou 23.264 milhões de Meticais, seguida dos donativos que totalizaram 13.889 milhões de Meticais e do financiamento interno que totalizou 11.302 milhões de Meticais. É expectável que até Dezembro de 2015 o financiamento interno líquido tenha expandido para níveis que superam os 23.000 milhões de Meticais, visto que o Tesouro fez no último trimestre do ano findo, a utilização de bilhetes de tesouro de 15.075 milhões de Meticais, o que não se verificou em 2014.

Conta Corrente

A Conta Corrente da Balança de Pagamentos de Moçambique, em Setembro de 2015, mostra uma deterioração das transacções para um saldo negativo de 2,6 biliões de dólares dos EUA. Em Setembro de 2014, a conta corrente tinha registado um défice de cerca de 2,4 biliões. A conta corrente, de Setembro de 2011 até Setembro de 2013, apresentou défices na ordem de 1 bilião de dólares. O agravamento notório do défice da Conta Corrente em cerca de 1,5 biliões, para os níveis de Setembro de 2014 e 2015, é principalmente o resultado de influxos de investimento estrangeiro e o incremento forte da despesa orçamental do Estado, que incrementaram mais rapidamente as importações do que foi possível às exportações acompanharem.

Conta Corrente BOP (Milhões USD)



Fonte: Banco de Moçambique.

Sector Financeiro

Em Dezembro de 2015, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique aumentou pela terceira vez no ano as taxas de juro da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) para 9,75% e 3,75%, respectivamente. As reservas Obrigatórias (RO) foram mantidas em 10,5%, após terem sido aumentadas de níveis de 8% que prevaleciam no final de 2014.

As taxas de juro das FPC e FPD assim como as Reservas Obrigatórias (RO) em Dezembro de 2015 são as mais altas desde finais de 2012. O aumento registado em 2015 é reflexo de uma actuação clara do Banco de Moçambique no sentido de controlar a subida da inflação que se começou a registar em finais do ano.

Indicadores Financeiros	Dez-12	Dez-13	Dez-14	Jan-15	Out-15	Nov-15	Dez-15	Variação	
								Dez-14	Dez-15
Facilidade Permanente de Cedência (FPC)	9,50%	8,25%	8,25%	7,50%	7,75%	8,25%	9,75%	0,00 pp	+1,50 pp
Facilidade Permanente de Depósito (FPD)	2,25%	1,50%	1,50%	1,50%	2,00%	2,75%	3,75%	0,00 pp	+2,25 pp
Reservas Obrigatórias (RO)	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	9,00%	10,50%	10,50%	0,00 pp	+2,50 pp
Bilhetes do Tesouro - 91 dias	2,59%	5,11%	5,37%	5,38%	5,59%	5,86%	7,52%	+0,26 pp	+2,15 pp
Bilhetes do Tesouro - 182 dias	3,38%	6,43%	6,62%	6,67%	6,95%	7,16%	7,28%	+0,19 pp	+0,66 pp
Bilhetes do Tesouro - 364 dias	3,68%	7,13%	7,25%	7,25%	7,41%	7,55%	7,55%	+0,12 pp	+0,30 pp
Taxa Juro Interbancário Overnight	2,59%	3,46%	3,11%	3,11%	3,67%	3,92%	5,55%	-0,35 pp	+2,44 pp

Fonte: Banco de Moçambique.

Em Dezembro de 2015 o activo do sistema bancário atingiu 468 biliões de Meticais, o que indica um crescimento anual na ordem dos 25,9%, contra um crescimento fixado em 24,4% em igual período de 2014.

O volume de depósitos cresceu 24,2%, atingindo 316,2 biliões de Meticais, o que representa alguma aceleração face ao ano 2014 quando cresceu 21,4%. Contrariamente, o ritmo de crescimento do crédito à economia abrandou 4,6pp para 21,3%, tendo atingido o volume de 241,2 biliões de Meticais.

5.3. Perspectivas Económicas para 2016

Economia Internacional

Espera-se em 2016 uma ligeira recuperação da actividade económica global, contudo, o ritmo de crescimento económico manter-se-á baixo, como resultado de factores conjunturais e estruturais, nomeadamente, elevados níveis de dívida e uma demografia adversa. As economias desenvolvidas, nomeadamente, os EUA e a zona Euro poderão registar crescimentos económicos estáveis, enquanto que, as economias emergentes irão registar um crescimento apenas marginal.

Espera-se em 2016 a ocorrência de pressões deflacionárias, resultantes da redução dos preços das *commodities* e do ténue crescimento dos salários a nível global, associado à globalização e automação da actividade produtiva.

É expectável que a economia dos EUA cresça 2,5% em 2016 sustentada pela actividade no sector de serviços, recuperação dos salários e dos preços da habitação, inflação baixa, e natureza muito gradual da subida de juros. No entanto, esta economia desenvolvida poderá sofrer o impacto adverso do acentuado valor do USD que em última análise tem impacto no excesso de capacidade no sector extractivo e no excesso dos *stocks*, bem como da subida dos *spreads* de crédito.

A Política orçamental irá desempenhar um papel fundamental no suporte à actividade, contudo, existe alguma incerteza relativamente à política monetária a ser adoptada em 2016. Mostra-se porém, muito provável o cenário de aumento de taxas de juro por parte do FED.

Na Zona Euro espera-se a continuidade da recuperação cíclica, que poderá resultar num crescimento do PIB na ordem dos 1.7%, suportado pela procura interna, associada à redução dos preços da energia e pelas reduzidas taxas de juro. Contudo, os riscos na arena política geram alguma incerteza, designadamente, o *Brexit*, a independência da Cataluna, a crise de refugiados, entre outros.

Na China espera-se que o ritmo de crescimento do PIB continue a reduzir. Após reduzir de 7.3% para 6.9%, entre 2014 e 2015, projecta-se que em 2016 o crescimento do PIB reduza para 6.5%. Porém, existem receios de que algumas medidas do governo com vista à redução do crédito e do investimento poderão resultar numa excessiva deflação e num *hard landing* (rápida transição de um crescimento acelerado para um crescimento lento), que poderão ser evitados mediante novos estímulos de política monetária e orçamental.

Na África Subsariana espera-se um crescimento médio em 2016 de cerca de 3%, após 2.8% em 2015. É expectável que a pressão sobre o preço das *commodities* permaneça, sobretudo nas regiões Ocidental e Oriental de África. Adicionalmente o risco de deterioração da dinâmica de dívida é um factor a realçar.

Economia Nacional

As previsões para a evolução do crescimento económico de Moçambique em 2016 são mistas. Por um lado, a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) prevê uma aceleração do crescimento do PIB para 7.8% (6.3% em 2015). Por outro, o FMI prevê uma aceleração do crescimento para níveis de 6.5% em 2016, constringido pelas políticas monetária e fiscal restritiva e por um sector extractivo estagnado. No médio prazo projecta-se que o crescimento do PIB seja de 7.5% a 8.0%, sustentado pelos massivos investimentos nos sectores do gás natural e carvão.

Espera-se no entanto, que o País continue a sofrer pressões inflacionárias, suportadas pela depreciação do Metical face as principais moedas transaccionadas na economia, pelos efeitos das calamidades naturais, as cheias na zona norte do País e as secas na zona sul do País, por eventuais subidas dos preços administrativos. Desta forma, projecta-se que os níveis de inflação atinjam níveis superiores à projecção do governo, que ronda os 5% a 6%.

A proposta de OGE para 2016 aponta para um défice orçamental na ordem dos 80.419 milhões de Meticais (65.717 milhões de Meticais em 2015), resultante de receitas públicas no valor de 178.145 milhões de Meticais (160.707 milhões de Meticais em 2015) e despesas totais de 258.564 milhões de Meticais (226.425 milhões de Meticais).

Em face dos riscos de inflação e crescimento da economia aquém dos níveis projectados para o ano 2016, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique decidiu no seu comité de 15 de Fevereiro de 2016, reforçar as medidas restritivas iniciadas no último trimestre de 2015, tendo agravado em 100 pontos base a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) para 10.75% e em 50 pontos base a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) para 4.25%. Esta medida, tem impacto directo nas taxas de juro prime praticadas pela Banca Comercial, que de um modo geral, tem aumentado na mesma proporção que a taxa de juro da FPC.

Em linha com os contínuos agravamentos das taxas de juro do mercado, o FMI prevê que o ritmo de crescimento do crédito à economia abrande de 21.3% em 2015 para 12.3% em 2016.





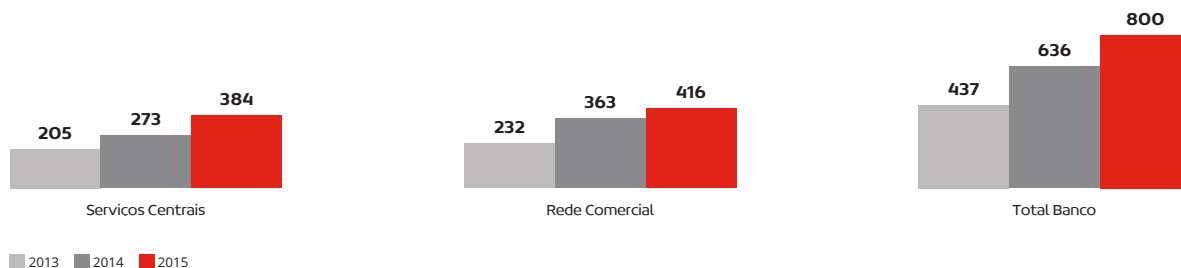
6.

Actividades

6.1. Gestão de Recursos Humanos

A expansão e o crescimento do Moza têm exigido um esforço acrescido no recrutamento e gestão dos recursos humanos do Banco. No final de 2015, o banco apresentava um total de 800 colaboradores, dos quais 52% se encontravam afectos às áreas comerciais e 48% afectos a áreas de suporte nos Serviços Centrais.

N.º Colaboradores por Área de Actividade



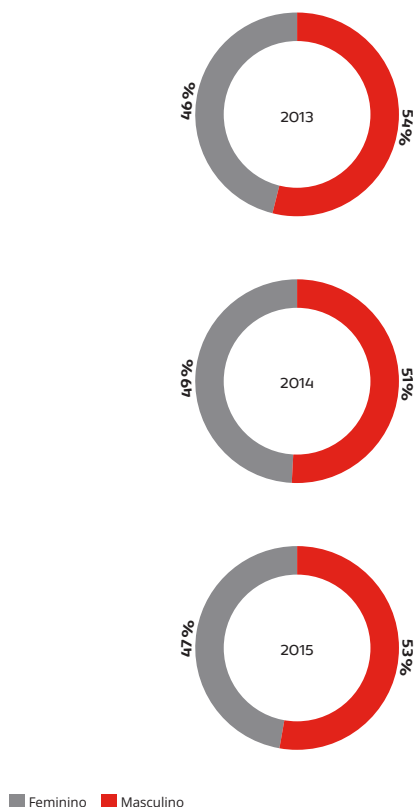
O número de colaboradores comparativamente ao ano de 2014 apresenta um crescimento de 26% (+164 novos colaboradores), facto que é justificado pela continuada estratégia de expansão da rede de distribuição do Moza.

No que respeita à distribuição de colaboradores por género, o Moza apresenta uma estrutura muito equilibrada, sendo de referir que 47% dos seus quadros são do género Feminino e os restantes 53% do género Masculino.

O Moza promove o equilíbrio e igualdade de oportunidades de género na sua política de captação e retenção de capital humano, princípios em perfeita sintonia com os seus valores corporativos e Institucionais.

A estrutura etária dos colaboradores no período em referência reflecte, igualmente, a clara aposta do Moza na criação de oportunidades de emprego e valorização pessoal e profissional dos jovens moçambicanos. Com efeito, em finais de 2015, o quadro de pessoal do Moza era constituído por colaboradores maioritariamente jovens, 60% com idade inferior a 31 anos, sendo que a média de idades se aproxima dos 31 anos.

N.º Colaboradores por Género



Formação

Com o objectivo de responder a um mercado cada vez mais competitivo e exigente, o Moza apostou ao longo do ano 2015 no contínuo desenvolvimento de competências dos seus quadros através de acções de formação técnica, comportamental, comercial e operativa.

O Plano de Formação 2015, cujo objectivo principal é o de desenvolver e potenciar os quadros do Moza por forma a dotá-los de competências que permitissem uma capacidade de resposta à altura dos desafios do mercado, envolveu o alargamento das ferramentas de formação tradicionais e a diversificação de metodologias formativas, o que resultou no aumento dos níveis de satisfação dos participantes e na eficácia das acções desenvolvidas.

No período de Janeiro a Dezembro de 2015, foram realizadas 379 acções de formação, entre programas de integração, formação curricular, formação específica e formação de projectos, abrangendo todas as áreas do Banco (Comerciais e Centrais).

O investimento total em formação ascendeu a MZN 14,2 Milhões, o que representa um crescimento de 23% face ao verificado em 2014.

No que respeita ao número total de horas de formação e número de participantes, foram realizadas cerca de 3.516 horas de formação, a que corresponderam um total de 1.549 participações.

Ainda no âmbito de Gestão de Recursos Humanos, o ano de 2015 foi pautado por alguns marcos importantes que demonstram a aposta que o Moza dedica continuamente à melhoria da qualidade de serviços prestados e ao desenvolvimento e bem-estar dos seus quadros. São exemplos disso:

- > **A criação de uma equipa multidisciplinar**, cujo grande foco é assegurar a capacitação *on the job*, dos colaboradores nas unidades de negócio no que concerne aos processos, produtos e aplicações tecnológicas, identificar debilidades nos vários processos para correcção e melhoria na execução das tarefas diárias, uniformizar conhecimentos e procedimentos no Banco e, identificar as necessidades de formação nas equipas.
- > **A criação de um serviço de assistência social especializado** que tem como objectivo, acolher e apoiar os colaboradores em situações de Emergência Social que exijam maior proximidade, como problemas relacionados com a saúde, falecimento, acidentes, reabilitação, suicídio, homicídio, entre outras, bem como, melhorar a qualidade de vida dos colaboradores e, em geral dos seus familiares, através de acções de promoção de saúde e bem-estar.

6.2. Rede de Distribuição

O Moza iniciou o ano de 2015 com uma rede comercial de 31 Agências Bancárias correspondente a 45 Unidades de Negócio, com uma abrangência global a nível do País.

Se 2014 foi caracterizado pela entrada do Moza nos mercados informais, através de um modelo inovador e único no mercado nacional, o ano de 2015 teve o reforço da posição do Moza nesta iniciativa, com a abertura de mais 9 Agências, localizadas em Maputo (5), Sofala (2) e Nampula (2), totalizando 10 Agências nos mercados informais no final de 2015.

Para além da abertura de novas Agências nos mercados informais, o ano de 2015 foi também caracterizado pelo reforço presencial do Moza, com maior destaque para os arredores de Maputo e Províncias:

- > **Maputo:** Agência Mão-Tse-Tung, Agência Ressano Garcia e Agência Marracuene
- > **Nampula:** Agência Politécnica de Nacala e Agência Mutauanha

No final de 2015, o Moza contava com 45 Agências Bancárias correspondentes a 59 Unidades de Negócio (43 Agências de Retalho, 5 Centros *Private* e 11 Centros *Corporate*), representando um crescimento da sua capilaridade em aproximadamente 45% em relação ao número de Agências do ano anterior, numa clara demonstração do compromisso da gestão e dos seus accionistas para um continuado contributo para o aumento dos níveis de inclusão financeira e bancarização em Moçambique.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS

O Moza fechou o ano de 2015 representado em **27 Agências Bancárias** na província de Maputo:

1.	25 de Setembro	15.	Julius Nyerere
2.	M. Park	16.	Mao Tse Tung
3.	Sommerschild	17.	Praça da Juventude
4.	Private Maputo	18.	Zimpeto
5.	Karl Marx	19.	Matola Rio
6.	Alto Maé	20.	Ressano Garcia
7.	24 de Julho	21.	Marracuene
8.	Aeroporto de Maputo	22.	Tsalala*
9.	Av. FPLM	23.	Malhampsene*
10.	Av. Angola	24.	Boane*
11.	Av. Trabalho	25.	Socimol*
12.	Machava	26.	Xiquelene*
13.	Matola	27.	T3*
14.	JAT		

E no resto do país, no final de 2015 o Moza contava com **18 Agências Bancárias**, nomeadamente:

1.	Xai- Xai	10.	Pemba
2.	Maxixe	11.	Jindal
3.	Beira	12.	Cuamba
4.	Chimoio	13.	Politécnica de Nacala
5.	Tete	14.	Mutauanha
6.	Matema	15.	Gôto*
7.	Quelimane	16.	Munhava*
8.	Nampula	17.	Resta*
9.	Nacala	18.	25 de Junho*

* Agências localizadas no Mercado informal.

LOCALIZAÇÃO POR PROVÍNCIAS



A estratégia bem sucedida da expansão da rede do Moza tem sido um factor chave e diferenciador do crescimento do negócio e captação de novos clientes.

6.3. Actividade Comercial

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

A evolução do Moza nos últimos anos tem sido pautada por elevados ritmos de crescimento, sendo que 2015 não foi excepção. Com a estratégia comercial direccionada à prestação de serviços aos nossos clientes, o Moza duplicou ao longo do ano o seu número de clientes, com especial incidência no segmento de retalho.

As prioridades estratégicas apontadas para 2015 foram:

- > A manutenção de elevados ritmos de captação de Clientes, assegurando a colocação de produtos chave de poupança e de transaccionalidade;
- > A captação de Clientes com salários domiciliados no Moza, tirando partido dos Protocolos Comerciais firmados com diversos organismos estatais e empresas em Moçambique;
- > Aposta no segmento das pequenas e médias empresas (PME's) com uma oferta adequada as suas necessidades, desde gestão da tesouraria, suporte ao negócio internacional com "trade finance" e operações cambiais, bem como prestação de serviços processuais, com destaque para o pagamento de salários;
- > O tratamento rigoroso dos vencimentos de operações de crédito e regularização das entradas em crédito vencido, através do contacto persistente dos Clientes em situação irregular;
- > A captação de novas operações de Crédito de boa qualidade, com coberturas adequadas em termos de garantias reais ou financeiras e domiciliação de rendimentos/receitas no Moza;
- > Reforço das contrapartidas negociadas na contratação de operações de crédito;
- > Assegurar um serviço de excelência, antecipando as soluções financeiras mais adequadas para cada Cliente e respondendo de forma célere às solicitações;
- > Inovação e desenvolvimento de uma oferta abrangente a nível do serviço electrónico, nomeadamente através de novos canais multidireccionais. Maior aposta no crescimento do parque de ATM's e POS, garantindo uma maior cobertura a nível territorial e nos principais postos de venda;
- > Consolidação e reforço da oferta de seguros, com maior foco na venda a seco (sem relação com o crédito desembolso).

Em 2015, o Banco focou na consolidação dos esforços de transformação observados nos últimos dois anos, decorrentes do Plano Estratégico em vigor. Observou-se um elevado envolvimento de toda a organização na materialização das iniciativas que visam o grau de concretização dos objectivos definidos.

Actividade Comercial

Em 2015, o Banco lançou o Plano de acção comercial, focalizando no crescimento do negócio, cuja prioridade consiste em "CRESCER" nos seguintes vectores:

- > Captação de Novos Clientes;
- > Retenção e Conquista de Depósitos;
- > Equipamento e Produtos – Chave;
- > Serviços de Qualidade;
- > Concessão de Crédito;
- > Eficácia nos Desempenhos;
- > Risco sob Controlo.

Manteve-se em 2015, o foco permanente nas principais variáveis estratégicas de negócio do Banco, através do sistema de objectivos e incentivos que visa premiar o mérito das equipas comerciais que se distinguiram pelo seu compromisso com o Banco.

Estratégia da Oferta

Em sintonia com a crescente competitividade e exigência do mercado, o Moza investiu na consolidação da sua oferta existente e na introdução de novos negócios e canais, dado o seu posicionamento gradualmente universal. Em 2015, o foco direccionou-se ao Cliente e na sua fidelização, o que passou pela melhoria dos níveis de serviço e especialização da oferta de produtos e serviços, adaptando-os à realidade do País.

Ao nível da melhoria dos níveis de serviço, apostou-se na implementação de sistemas práticos que integram uma diversidade de transacções, reduzindo o tempo de resposta e aumentando a qualidade dos serviços prestados.

Foram também intensificados os esforços para a assinatura de Acordos Comerciais com Empresas e Instituições Públicas ou Privadas, que oferecem condições vantajosas aos respectivos colaboradores que recebam os seus salários directamente no Moza, nomeadamente o acesso preferencial e rápido ao Crédito Individual e preçários mais reduzidos em operações específicas.

Enquadrado no seu papel de contribuir para o aumento da inclusão financeira, apostando também em grupos que tradicionalmente enfrentam dificuldades no acesso à Banca, como os Jovens, Mulheres e Sector Informal, o Moza lançou o Cartão Jovem, em parceria com o Conselho Nacional da Juventude e disponibilizou as Linhas de Crédito Jovem Activo, Empreendedor Activo e Mulher Activa.

Na vertente da Poupança, foram envidados esforços no sentido de disponibilizar soluções de Poupança simples, que promovem a cultura de poupança em todas as faixas etárias e de rendimento. Destaca-se nesta área a disponibilização da Poupança Automática, que permite poupar através da utilização dos Cartões de Débito Moza em todos os POS da Rede Visa.

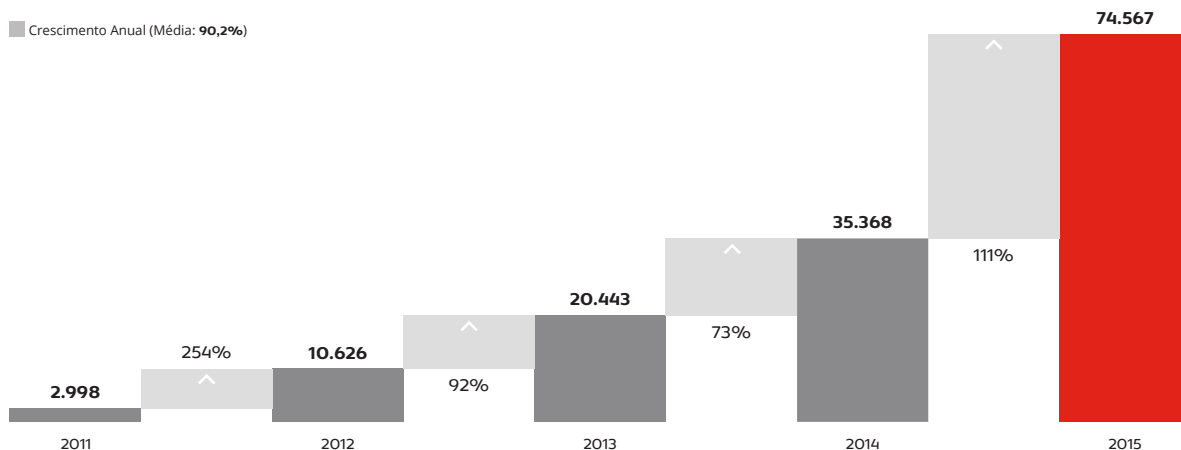
Procedeu-se, finalmente, ao lançamento de produtos de Banca Seguros, nomeadamente os Seguros de Viagem, Viaturas Usadas e Protecção Familiar.

O Banco dedicou também especial atenção à oferta de crédito a clientes, fortalecendo o seu leque de produtos com a oferta do Moza Valor Habitação, um produto em modalidade de *equity release* e do Crédito para os Mercados Informais, que pretende apoiar no desenvolvimento dos pequenos negócios dos Clientes Informais.

Crescimento do Número de Clientes

Em 2015, o Moza registou face ao ano anterior um aumento do seu número de clientes na ordem de 39.199, o correspondente a 111% de crescimento, dos quais mais de 90% são clientes Retalho, demonstrando a contínua tendência de reforço da presença do Moza neste segmento.

Crescimento do Número de Clientes

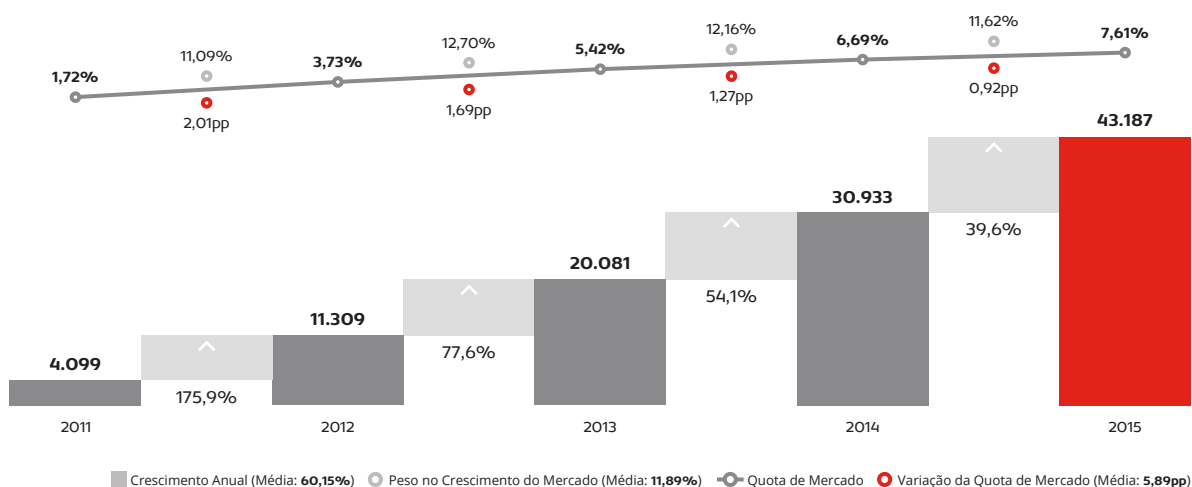


Crescimento do Volume de Negócio e Captura de Mercado

Nos últimos cinco anos (2011-2015), o volume de negócio, medido através do somatório de crédito a clientes e recursos de clientes apresentou um crescimento médio anual de cerca de 60,15%, totalizando MZN 43.187 Milhões no final de 2015. Esta evolução traduziu-se numa captura média de mercado de 11,89%, permitindo o Moza consolidar a 4.ª posição no ranking nacional, com uma quota de 7,61% (2014: 6,69%).

Relativamente a 2014, o volume de negócio apresentou um crescimento na ordem de 39,6%, um registo bastante expressivo, tendo em conta o difícil contexto macroeconómico verificado em 2015.

Movimento Financeiro (Milhões MZN)



Globalmente o Banco tem registado ao longo dos últimos cinco anos um crescimento robusto, reflexo da expansão da rede de agências e aumento da base de clientes.

Em 2015, o Moza, em comparação com os principais Bancos a operar em Moçambique, apresentou o maior crescimento anual da quota de mercado de recursos de clientes e crédito concedido, 1,18% e 0,59% respectivamente. Este registo espelha inequivocamente a trajectória de crescimento sustentado do Banco, e uma marca que conquistou o mercado e que se mantém em expansão.

CANAIS DIRECTOS E MEIOS DE PAGAMENTO

O ano 2015 ficou marcado por grandes desafios e realizações ao nível da implementação da estratégia específica ao nível dos canais directos e meios de pagamento, área que continuou a apresentar um crescimento robusto, em resultado de novos investimentos e aumento dos níveis de transaccionalidade.

POS

- Após encerrar o exercício de 2014 com 666 POS's, depois da obtenção da certificação VISA em Novembro do mesmo ano, o Banco registou um crescimento de mais de 100%, tendo a quota de mercado situado em 12% (03 de Dezembro), contra cerca de 7% e 8% em Novembro e Dezembro do ano transacto, respectivamente, com um parque no final de 2015 de 1.587 POS's.

ATM

- Com a integração SIMO/InterBancos, foram migradas todas (12) ATM's que o Moza dispunha, agora integradas com os sistemas da SIMO para a Rede Ponto24.
- A Expansão da Rede contribuiu para o crescimento do parque de ATM's Moza, que agora detém cerca de 9% da quota do mercado, contra 6% verificado no período homólogo de 2014.
- À semelhança dos POS's, o parque de ATM's conheceu um crescimento significativo, terminando 2015 com um parque de 83 ATM's, contra 46 registado em 2014. De referir que nos finais de 2015 o Moza contava com 11 ATM's remotas (2014: 4).

Internet/ Mobile Banking

- O internet e *mobile Banking* do Moza sofreram significativas alterações, nomeadamente em termos de conteúdo, funcionalidade e imagem, alinhados com a nova imagem de marca do Banco.
- Para além de acoplarem os serviços que anteriormente existiam, foi implementado um conjunto de melhorias de grande benefício aos nossos clientes, como transacções de pagamentos de serviços, compra de recargas, pagamentos ao estado, e outros. O novo internet *Banking* Moza é mais intuitivo e apresenta versões em português e inglês, respondendo aqui ao "apelo" de muitos Clientes que tinham como principal entrave a língua.

6.4. Tecnologias e Sistemas

A ano de 2015 foi marcado por profundas transformações em matéria de reforço de infra-estrutura técnica e tecnológica que suportam toda a operacionalidade do Moza. São exemplos disso as seguintes concretizações:

SAP BAIO

Entrada em funcionamento do novo sistema contabilístico, de suporte à gestão logística, de activos fixos e de recursos humanos do Banco. Permitindo tratar todas as áreas de *backoffice* do Moza de forma integrada, permitindo assim identificar de forma imediata os impactos a montante e a jusante de qualquer acção empreendida, trazendo o rigor necessário à operação.

Workflow de Processos

A adopção do *Workflow* de processos Core no ano transacto não se esgotou com os processos de Abertura de Contas e Meios de Pagamento. Este ano, demos mais alguns passos significativos neste caminho de transformação da nossa forma de trabalhar com a **entrada em produção, no primeiro semestre, das fases Piloto dos fluxos de Taxas Passivas, Cartões de Crédito (4 fluxos, em Abril 2015) e emissão de cartões de crédito campanha, OPE (Abril 2015) e migração de pagamentos antecipados OPE's.**

DATAWAREHOUSE

No mesmo sentido da abrangência e consolidação, referimos o nosso *Datawarehouse* que, cada vez mais, se assume como o repositório central e único de toda a informação de gestão do Banco. Entre os *achievements* mais relevantes, foi concluído o *Datamart Financeiro*, foi disponibilizado parcialmente o *Datamart das Operações*, nomeadamente na componente de WF de Abertura de Contas, foi implementado o *Portal Financeiro*, assim

como a **Fiabilização de Contas e Pedidos de Crédito**, foram implementados os **Adicionais ao GPS Comercial** (gestão de *leads*, gestão de campanhas, etc.) e foi implementada alarmística para a qualidade de dados.

IMPARIDADES E PROVISÕES

Não menos importante foi a **entrada em produção** da nova solução do Risco para as **Imparidades e Provisões (Live)** que veio permitir ao Banco cumprir com as suas obrigações legais de *reporting*, neste âmbito, ao Banco de Moçambique.

PORTAL PFS

O banco implementou uma solução que é capaz de garantir a partir de uma interface mais intuitiva e eficiente, uma navegação melhorada nas transacções do sistema core, maior rapidez no processo de consulta e execução das transacções, personalização rápida dos menus do utilizador e uma gestão mais simples e eficaz dos periféricos (p.e certificadoras, leitores e impressoras).

Este canal, que é o Portal PFS, possibilita também a partilha de dispositivos (melhoria na optimização e redução de custos) e integração de todas as aplicações do banco de forma centralizada e de acesso único.

PORTAL CORPORATIVO DO BANCO (WEBSITE)

Fizeram parte deste processo de transformação, o lançamento do novo portal corporativo do banco (*website*), com uma nova imagem, novos serviços, segmentação e com uma nova oferta para os nossos clientes.

INTERNET BANKING

Fez parte também deste processo de *rebranding* a implementação do novo *Internet Banking* para particulares e para empresas, onde para além de acoplarem os serviços que actualmente existiam, foi implementado um novo *set* de melhorias de grande benefício aos nossos clientes, como transacções de pagamentos de serviços, compra de recargas, pagamentos ao estado, e muito mais.

MEDIDAS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS EXTERNAS PARA DENTRO DO BANCO

No decurso de 2015, o Moza iniciou o processo de reforço interno de competências, de forma a garantir a massa crítica para as necessidades correntes e futuras. Uma das iniciativas mais relevantes para operacionalização deste processo, foram os acordos efectuados com os principais fornecedores de serviço, que têm como princípio a transferência progressiva, a curto/médio prazo, de recursos que operam no banco com competências específicas, para a Direcção de Informática. O objectivo é encurtar a curva de aprendizagem e dos custos associados a esse reforço interno de competências, bem como elevar o conhecimento técnico das equipas sobre as plataformas em uso no Moza.

6.5. Comunicação e Imagem

O ano de 2015 foi um ano de renovação das ambições para o Moza, tendo reforçado a implementação do seu plano estratégico e iniciado um ambicioso programa de profunda transformação organizacional e de expansão da sua presença geográfica, com o claro objectivo de estabelecer-se como uma instituição financeira de referência no mercado moçambicano.

Neste contexto, o Moza alinhou a sua estratégia de comunicação no apoio ao crescimento do negócio, no incentivo à poupança através de diversas campanhas de captação de recursos, no apoio à literacia financeira e reforçou a sua actuação no domínio da proximidade ao cliente, transversalmente para todos os segmentos da sociedade moçambicana.

De acordo com essa visão, procurou-se assegurar a consistência e reforço da notoriedade da marca, através da realização de um conjunto de acções, nomeadamente:

- > Mudança de identidade visual e corporativa (*Rebranding*)
- > Comunicação transversal de produtos e serviços;
- > Realinhamento do conceito visual de todas unidades de negócio e respectivos canais directos (meios de pagamento);
- > Estabelecimento de vínculos de relacionamento com os clientes, através de acções de comunicação dirigida e de eventos;
- > Participação e promoção de Feiras e conferências identificadas com o nosso âmbito de actuação;

OS NOVOS ELEMENTOS DA NOSSA IDENTIDADE

Com o crescimento em todos os sentidos que se tem verificado ao longo de todo o nosso percurso, fruto do esforço e dedicação dos nossos colaboradores e do contentamento e compromisso dos nossos clientes, a extensão dos nossos serviços ao público aumentou significativamente e estamos agora mais perto do que nunca de alcançar os nossos objectivos e metas.

Neste sentido alinhou a sua estratégia de comunicação à nova estratégia de negócio, que passa pela transformação do Moza em um Banco Universal, direccionado a todos os segmentos do mercado. O Moza efectuou em 2015, uma profunda mudança na sua identidade visual e corporativa (*Rebranding*).

O *Rebranding* incidiu sobre 4 elementos essenciais, nomeadamente: o nome, a cor, o símbolo e a assinatura.

Nome:

Fruto da vontade popular e com base num racional profundamente analisado, o Moza Banco passou a designar-se simplesmente Moza. Este é um exemplo da democratização do envolvimento do cliente/população na criação da marca.

Cor:

Optamos por uma cor que se encaixasse no nosso ADN, uma cor viva, enérgica, forte, que demonstre a nossa vontade de querer fazer mais e melhor. Partilhamos estas qualidades com o nosso País e inspiramo-nos na sua bandeira para a nova cor: o Vermelho.

Símbolo:

Para acentuar mais vincadamente a nossa origem, incorporamos no nosso nome um elemento gráfico inspirado, mais uma vez, na Bandeira Moçambicana. Assim surgiu o nosso símbolo, o cruzamento da letra “z” do nome “Moza” e a seta presente na bandeira nacional. Este símbolo, para além de remeter para a nossa nacionalidade, significa progresso, avanço e acrescentamos assim no nosso nome mais uma indicação da direcção que estamos a tomar, em frente.

Assinatura:

Mais do que mudar a assinatura antiga, redefinimos o tom de voz com o qual nos dirigimos aos nossos clientes. Trocamos o “seu” pelo “teu”, quebramos barreiras formais entre nós e o público e comunicamos de forma mais directa, próxima e calorosa. “O valor é teu” sumariza a nossa missão, somos uma instituição que promove o desenvolvimento dos valores financeiros dos nossos clientes e que projecta e patrocina os bons valores humanos.

NOTORIEDADE DA MARCA MOZA

Prémio VISA

O Moza foi galardoado pela VISA com o prémio “**VISA Product & Marketing Card Warrior Award**” pelo seu enorme contributo na promoção de meios de pagamento electrónico durante o ano de 2015.

“Most Innovative Bank 2015”

O Moza foi reconhecido como o Banco **Mais Inovador da África Austral** na edição de 2015 dos *Southern Africa Banking Awards*, evento organizado pela prestigiada revista *Banker Africa*. O prémio é em reconhecimento da criatividade e inovação nos serviços e soluções financeiras que o Banco disponibiliza aos seus clientes e ao mercado em geral. A distinção premeia ainda os esforços que vem sendo realizados na expansão dos serviços financeiros não apenas através da inovação tecnológica, mas também através das ligações que o Banco tem estado a estabelecer com o sector informal que representa parte importante da realidade económica moçambicana, através dos Balcões dos Mercados.

Estrela Mercator

O Moza conquistou o troféu Estrela Mercator, atribuído pelo livro Mercator em reconhecimento ao projecto inovador Balcão Escola, onde o Moza aposta na formação e desenvolvimento de competências de todos os seus Colaboradores.

Obrigações Visabeira

O Moza foi líder e organizador da operação de oferta pública de subscrição de Obrigações levada a cabo pelo grupo Visabeira Moçambique num montante global de 250.000.000 de Meticais, a um valor nominal unitário de 100 meticais por cada Obrigação.

Expansão da Rede

O Moza expande a sua rede comercial com a abertura de mais 14 Unidades de Negócio no ano de 2015. Com a abertura das novas Agências, o Moza dá um forte impulso ao plano de crescimento e expansão passando a contar com 45 Agências e 59 Unidades de Negócio em todo o país.

PRINCIPAIS CAMPANHAS 2015

Com objectivo de afirmar-se cada vez mais como um Banco Universal e acompanhado com o Lançamento da nova Marca (*Rebranding*), o Moza, ampliou a sua matriz de oferta disponibilizando produtos e serviços competitivos e reforçou a sua presença nos meios de comunicação, com destaque para os meios de massa (televisão e rádio), tendo como referência as seguintes campanhas:

Cartão Jovem

A pensar no jovem Moçambicano e nas suas necessidades o Moza lançou o **Cartão Jovem**, um cartão bancário válido em todo o país que oferece um conjunto de benefícios

e acesso preferencial aos nossos produtos e serviços. Agregado a esta oferta disponibilizamos duas linhas de financiamento destinadas exclusivamente a este segmento da população. Trata-se das Linhas de crédito **Jovem Activo** que tem como Objectivo financiar as despesas associadas com a frequência de cursos de Ensino Superior; e a linha **Empreendedor Activo** que visa apoiar Jovens Empreendedores a desenvolver os seus projectos de negócio, seja para o apoio às necessidades de Tesouraria, ou para financiar os investimentos.

Mercados Informais

Após abertura daquela que seria a primeira unidade informal bancário “**Banco do Mercado**” do país, o Moza reforça a sua presença com a abertura de mais duas Unidades de Negócio para o sector informal, desta feita no interior dos mercados Xiquelene e T3, na Cidade e Província de Maputo respectivamente, permitindo desta forma, um acesso mais próximo e facilitado aos nossos serviços financeiros.

Crédito Já

O Moza lançou o Crédito individual para utilização livre do Cliente, disponibilizado ao Cliente via Canal USSD através do **Serviço Moza Já** – Canal electrónico que permite que Clientes do Moza executem movimentos e transacções, como consulta de saldos, movimentos, câmbios e transferências a partir do telemóvel, sem a necessidade de instalação de aplicativos ou acesso à Internet – Com montantes de financiamento ajustados à capacidade do Cliente.

Moza d’Agente

O Moza lançou um serviço inovador, destinado a oferecer um maior acesso aos seus produtos e serviços financeiros, denominado **Moza D’Agente**. Este serviço inovador no país, permite a qualquer estabelecimento comercial tornar-se num agente Moza e convenientemente prestar serviços bancários em qualquer parte do país, através de uma máquina POS em que se pode efectuar um conjunto de transacções bancárias, tais como: Levantamentos em numerário, depósitos, Transferências bancárias, Pagamentos ao Estado (como INSS, JUE), Pagamentos de serviços (como água e luz), Compra de recargas de telemóvel, Consulta de saldos e movimentos, entre outras. Com esta inovação a população de zonas mais remotas, pode aceder com conforto e conveniência aos serviços bancários do Moza.

Novo Website e Internet Banking

Com o objectivo de melhorar continuamente a qualidade dos seus produtos e serviços o Moza renovou o seu website e serviço de Internet Banking, tornando a experiência de “*e-banking*” mais fácil, directa e intuitiva. O novo portal apresenta uma imagem totalmente renovada, alinhada com a nova identidade visual do Banco, mais segura e interactiva. Dentre as inúmeras funcionalidades destacam-se a possibilidade de se efectuar Pagamento de salários à fornecedores; efectuar pagamento de serviços diversos e compra de recargas; efectuar pagamentos ao Estado, como INSS, JUE e MCNET, Constituir Depósitos a Prazo; Fazer simulações de Crédito; Obter informações sobre produtos e serviços do Moza, entre outras.

Conta Mulher Activa

O Moza disponibiliza a **Conta Mulher Activa**, destinada à Mulher empresária com vantagens exclusivas para este segmento, nomeadamente: o acesso às **Linhas de Financiamento Moza (FECOP e AGF)** que reúnem um conjunto de benefícios e vantagens acrescentados. Com este reforço o Moza pretende potenciar de forma objectiva a Mulher moçambicana na criação de empregos e de acumulação de capital, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconómico do País.

Poupança Automática

Com a Poupança Automática o Moza cria uma solução que permite efectuar arredondamentos automáticos por excesso, dos valores pagos em compras efectuadas via POS/TPA através dos Cartões de Débito.

Conta Moza Júnior

Destinada exclusivamente a menores, entre os 0 e os 12 anos de idade, esta Conta permite aos pais ou encarregados de educação programarem ordens permanentes a partir das suas Contas à Ordem, incutindo desde muito cedo a importância da Poupança nas crianças.

Moza Valor Habitação

É lançado um Crédito destinado a financiar necessidades de Clientes particulares, mediante hipoteca de um imóvel habitacional livre de ónus (sem hipoteca registada). Com financiamento de até 100% do valor do Imóvel.

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS EM FEIRAS E EVENTOS

CRS MOZ – Corporate Social Responsibility Conference Fevereiro 2015

O Moza participou na Conferência de *Corporate Social Responsibility* que tinha como principal foco potenciar e promover relações de negócios entre empresas do sector público privado e PME'S. A CSR MOZ 2015 é uma empresa responsável pelo desenvolvimento da actual cultura de responsabilidade social empresarial em Moçambique, fornecendo um espaço onde líderes empresariais e especialistas possam identificar desafios e discutir soluções para integrar a responsabilidade social nas empresas.

Conferências da ACIS Abril 2015

No âmbito da parceria que o Moza tem com a Associação de Comércio, Indústria e Serviços – ACIS, visando oferecer vantagens em termos de produtos e serviços financeiros do Moza às mais de 300 empresas associadas a esta instituição, o Moza co-organizou "Business Cocktails" nos dias 18 e 22 de Abril nas cidades de Maputo e Beira.

O evento que juntou diversas empresas nacionais tinha por objectivo promover interacção entre as mesmas, permitindo a apresentação de seus produtos e serviços, potenciando assim oportunidades de negócios.

Network Mulher Abril 2015

Como patrocinador exclusivo no sector bancário, o Moza participou no Evento *Network Mulher* organizado pela *Essencial* uma empresa ligada a áreas de Empreendedorismo feminino e formação em várias áreas. Estes eventos acontecem trimestralmente dando oportunidade as mulheres de aprender, interagir, criar parcerias e fazer negócios.

FACIM Agosto 2015

À semelhança dos anos anteriores o Moza participou na 51.ª Edição da FACIM – Feira Internacional de Maputo, a maior mostra para a exposição de produtos e potencialidades nacionais. Nesta que é considerada "a edição dos recordes" estiverem presentes cerca de 3000 expositores em representação de mais de 30 países.

Fórum Global de Políticas da Alliance for financial Inclusion (AFI) Setembro 2015

O Moza participou no Fórum Mundial sobre políticas de inclusão financeira (AFI) organizado pelo Banco de Moçambique, onde foram apresentadas as mais recentes inovações na área tecnológica e desenho de produtos e serviços que contribuam para a expansão da inclusão financeira. O Fórum decorreu de 1-4 de Setembro no Centro de Conferências Joaquim Chissano.

Conferência Africana da Juventude Setembro 2015

O Moza participou na II Conferência Africana da Juventude e reforçando o compromisso com as causas da Juventude. A Conferência Africana da Juventude visa "criar um senso de união, tolerância, agenda comum e compromisso entre os Jovens Líderes e activistas africanos".

PROTOCOLOS E PARCERIAS

Bolsa de Mercadorias de Moçambique

O Moza e a Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM) rubricaram, Dezembro último, em Maputo um protocolo que prevê a disponibilização de crédito para operadores actuais e potenciais da BMM que transaccionam produtos agrícolas. Com o acordo, o Moza vai passar a conceder crédito, em condições bonificadas, aos operadores agrícolas no valor correspondente a até 70 por cento da mercadoria depositada nos silos ou armazéns da BMM ou entidades por si licenciadas, que servirá como garantia deste financiamento.

Moza e AJECOM

O Moza e a Associação de Jornalistas Económicos de Moçambique – AJECOM, rubricam um Memorando de entendimento visando a promoção de literacia Financeira em especial para a Classe Jornalística. O Moza compromete-se a fornecer regularmente à AJECOM informação sobre produtos e serviços financeiros para posterior divulgação, bem como apoiar na formação e especialização dos profissionais de Comunicação Social em matérias económicas.

Banco Europeu de Investimento Duplica Linha de Financiamento ao Moza

Ao abrigo da parceria entre o Moza e o Banco Europeu de Investimento foram rubricados com um apoio de dez milhões de Euros, o equivalente a mais de quatrocentos e setenta milhões de meticais, para dinamizar projectos para pequenas e médias empresas.

Moza e GIZ assinam acordo

Moza e a Agência Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) assinaram um acordo com vista a massificação do acesso a serviços e produtos financeiros que, numa primeira fase, abrange as províncias de Manica e Zambézia com o objectivo principal de promover acções de educação e dinamização financeira e bancária no seio da população, bem como promover o desenvolvimento de uma rede de agentes bancários e a respectiva formação.

Assembleia da República e Moza rubricam Protocolo

O Secretariado Geral da Assembleia da República e o Moza celebraram um Protocolo Comercial e de Cooperação, visando oferecer vantagens exclusivas aos funcionários do Secretariado Geral da AR, os quais terão acesso a um universo de produtos e serviços financeiros adequados às suas necessidades particulares.

QUALIDADE DE SERVIÇO – UMA CULTURA DE COMPROMISSO COM OS CLIENTES

Com o objectivo de melhorar o serviço prestado ao Cliente, o Moza tem implementado de forma transversal em todas as Unidades de Negócio e Departamentos, uma estratégia “*Client Centric*”, alicerçada na transparência da comunicação e no desenvolvimento de relações sólidas com os Clientes.

A “Estratégia de Orientação para o Cliente” tem sido reforçada ao longo dos anos através do desenvolvimento de mecanismos de avaliação de Qualidade, sendo um dos pilares estratégicos do Banco.

Superar as expectativas dos Clientes, oferecendo-lhes produtos e serviços adequados às suas reais necessidades, respondendo a todos os pedidos de uma forma célere e eficiente com um maior envolvimento entre colaboradores e Clientes em todas as interacções, são as preocupações diárias de toda a estrutura do Moza.

É neste pressuposto que o Moza continua a monitorizar de forma detalhada os resultados de Qualidade assente sobre métricas como:

Actualização do Sistema de Gestão Reputacional

O crescimento tem trazido enormes desafios, do ponto de vista reputacional, com uma gestão de marca, que tem em vista assegurar o necessário equilíbrio entre a notoriedade e as “experiências” concretas dos Clientes, nos diferentes “momentos da verdade” com o Moza.

Face ao crescimento e a necessidade de alinhamento ao ponto 9.1.3 do Aviso_04_GBM_2013, Directrizes de Gestão dos diferentes Riscos, foi aprovada a 05 de Outubro de 2015, a actualização do Sistema de gestão do risco reputacional através da introdução das monitorias das Manifestações Internas.

Monitoria das manifestações internas (das Unidades de Negócio aos Serviços Centrais)

Assim como as manifestações dos Clientes finais (Externos) geram oportunidades de melhoria, o mesmo se obtém das manifestações dos Clientes Internos (Unidades de Negócio e outras) que dependem dos serviços prestados pelas Unidades de Apoio (Serviços Centrais).

Neste contexto, foi identificada a necessidade e aprovada a 1 de Junho de 2015, o processo de monitoria das manifestações internas, não só em termos de Nível de Serviço, mas também em termos de qualidade de apoio prestado pelos Serviços Centrais às Unidades de negócios.

Auditorias de Qualidade realizadas às Regiões Comerciais Norte e Centro

De modo a tornar os Serviços de Apoio, o mais ajustado possível à realidade das Agências, tornou-se imperiosa a manutenção da verificação no terreno dos desafios que estas enfrentam para assegurarem o cumprimento dos Níveis de Serviço. Para o efeito, foram realizadas Auditorias de qualidade por amostragem às regiões comerciais Norte e Centro, trabalho esse que teve como seguintes Outputs:

- Identificação de constrangimentos nos processos associados aos serviços aos Clientes;
- Antecipação das incidências futuras de eventuais reclamações, proporcionando antecipadamente à Unidade de Negócio informação e conhecimento para o efeito.

Implementação da cultura de melhoria continua no processo de Tratamento e Gestão das Reclamações

A gestão das reclamações é um processo fundamental, uma vez que permite identificar e corrigir falhas que impactam directamente aos Clientes. É com este objectivo que o Banco mantém o compromisso de responder a todas as reclamações em menos de 10 dias, mantendo o Cliente informado sobre a evolução do processo, prestando todos os esclarecimentos com o máximo de rigor e Transparência.

Para este efeito, para além da melhoria no processo de reclamações, o Banco instalou um circuito/processo que tem permitido a identificação de Acções Correctivas catalogando as reclamações de acordo com o processo de origem das mesmas, que passa pela partilha às Áreas responsáveis por cada processo envolvido na respectiva reclamação e identificação das causas, assim como a definição das necessárias correcções. Esta monitorização permite identificar continuamente os aspectos que requerem ajustamentos e respectivas acções de melhoria contínua.

Os resultados desta acção integrada de diagnóstico são comunicados regularmente a todos os colaboradores, numa perspectiva de envolvimento e de total interiorização da cultura de serviço ao Cliente, bem como para o reconhecimento das boas práticas e o aperfeiçoamento contínuo das menos boas. Consequentemente, os melhores desempenhos são distinguidos, através do sistema de objectivos e incentivos no qual a qualidade de serviço também passará a ter algum impacto.

Este modelo de diagnóstico permite melhorar continuamente, aliado ao compromisso de todos os colaboradores em fazer cada vez melhor.

Monitoria dos Níveis de Serviço

A monitoria dos Níveis de Serviço consiste na medição dos tempos de resposta do Banco das diferentes solicitações dos Clientes sobre os produtos e serviços.

Os Níveis de Serviço sobre os principais processos de serviço ao Cliente, nomeadamente; Abertura de Contas; Disponibilização dos Meios de Pagamento e Financiamentos, encontram-se definidos na sua política de qualidade, permitindo assim, uma avaliação contínua do seu cumprimento por parte de todos os colaboradores do Banco.

A avaliação contínua permite a identificação de oportunidades de melhoria potencializando a implementação de Acções Correctivas sobre as dificuldades encontradas para o cumprimento tanto das boas práticas no Atendimento, assim como, no cumprimento dos Níveis de Serviço, permitindo que o processo de prestação de serviço aos clientes seja alvo de melhoria contínua.

6.6. Organização Interna

Em 2015 o Moza aprovou um conjunto de políticas, estratégias, planos, procedimentos e normas sobre a Gestão de Continuidade de Negócio, com o objectivo de garantir a capacidade do Banco operar numa base contínua e reduzir as perdas em caso de interrupção parcial ou total das suas actividades.

O plano de Continuidade de Negócio assenta em três pilares (Pessoas, Instalações e Sistemas) necessários para continuar ou restabelecer o funcionamento do Banco, em caso de uma interrupção, sendo obrigatório a sua existência e comunicação ao Banco Central.

Ainda no âmbito da organização interna, em 2015 o Moza definiu um conjunto de "Boas Práticas" de Gestão de Procurement, um instrumento importante das aquisições do Banco. A preocupação do Moza em assegurar um planeamento adequado das "Compras", em linha com os orçamentos aprovados, conduziu à implementação de um conjunto de regras que passam por:

- > Manter elevados padrões de qualidade dos materiais/ serviços;
- > Procurar soluções de custo adequado, em consonância com a qualidade e serviço pretendidos pelo Banco;
- > Garantir a continuidade de fornecimento e da existência de níveis de serviço;
- > Evitar duplicação e desperdício dos materiais;
- > Sondar continuamente o mercado em busca de soluções, produtos/serviços novos e alternativas cuja adopção permita melhorar a eficiência e resultados;
- > Uma avaliação contínua de fornecedores.





7.

RISCO

7.1. Gestão de Risco

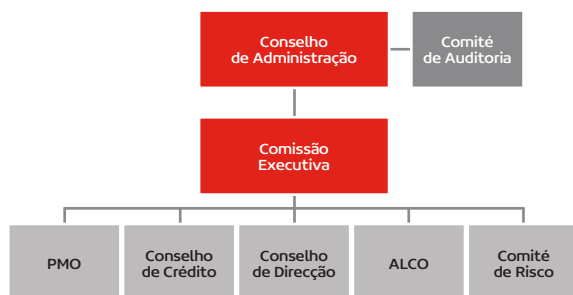
O Moza tem por política e princípio uma gestão de risco rigorosa e dotada de todos os meios necessários para assegurar a viabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio e da estratégia do Banco. Estando o Banco sujeito a diversos riscos relacionados com o desenvolvimento da sua actividade, que no seu todo formam o perfil de risco do Banco, a gestão é regida por princípios, procedimentos e metodologias de controlo e reporte ajustadas à dimensão e complexidade do Banco em cada momento.

A função de Gestão de Risco do Moza visa, essencialmente, identificar, avaliar, mensurar, controlar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que a instituição se encontra sujeita, tanto interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados e, dessa forma, não afectem negativamente a situação patrimonial do Banco.

O Perfil de Risco do Banco tem subjacentes os seguintes riscos, considerados materialmente relevantes, cuja gestão dos mesmos é essencial para o desenvolvimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio, assegurando a conformidade com os requisitos e definições legais, designadamente uma correcta determinação de fundos próprios e gestão de liquidez adequados às exposições aos diversos riscos decorrentes da actividade financeira:

- > Risco Operacional
- > Risco de Crédito
- > Risco de Taxa de Juro
- > Risco de Taxa de Câmbio
- > Risco de Liquidez
- > Risco de Concentração de Crédito
- > Risco Estratégico
- > Risco Reputacional
- > Risco de *Compliance*

O controlo e a gestão dos riscos materialmente relevantes a que o Banco está exposto são assegurados pelo Conselho de Administração (CA), Comité de Auditoria, Comité de Risco, Comissão Executiva (CE), Comité PMO, Conselho de Crédito, Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), e pelas Direcções de Risco, Tesouraria e Mercados (DTM), Auditoria Interna e Gabinete de Compliance (GC) em conjunto com os Órgãos Colegiais do Banco.



O Moza tem vindo a desenvolver uma estrutura de gestão e acompanhamento dos diferentes riscos, procurando dotar gradualmente (a medida das disponibilidades internas e de mercado), as estruturas orgânicas de meios técnicos e humanos que se revelam ajustados aos riscos a que a actividade do Banco se encontra exposta.

Face ao exigente processo de adaptação a Basileia II e às restantes necessidades decorrentes do negócio, o Banco tem vindo a implementar diversas iniciativas, no âmbito do Plano Estratégico, com vista a melhorar a sua eficiência e eficácia na gestão dos riscos. Dentre vários projectos/ iniciativas, enumeramos os seguintes:

- > Automatização do cálculo de Provisões Regulamentares;
- > Automatização e sofisticação do modelo de cálculo de imparidades;
- > Implementação da metodologia e relatório ICAAP;
- > Realização de testes de esforço (*stress Testing*);
- > Desenvolvimento do modelo de rentabilidade ajustadas ao risco (RAROC de Medição);
- > Desenvolvimento de uma Central de Balanços (ferramenta onde estará compilada a informação financeira dos clientes);
- > Desenvolvimento de ferramentas de gestão de risco de concentração (incluindo os grandes riscos).

Este processo (Basileia II) tem sido encarado como uma necessidade imperativa mas também como uma oportunidade de melhoria nos seguintes domínios:

- > Capacitação de Recursos – fortalecer a Função Risco dotando-a de colaboradores suficientes em número e em competências;
- > Instrumentos de Gestão – os resultados obtidos auxiliarão os processos de gestão de Unidades de Negócio, bem como a tomada de decisão;
- > Optimização de Investimentos – será possível estabelecer sinergias entre os investimentos a realizar e aqueles necessários para fazer face a outros desafios do Banco em matéria de gestão e negócio;
- > Optimização de Recursos – os novos processos e sistemas facilitarão a eliminação de tarefas redundantes e manuais, assegurando um melhor aproveitamento dos recursos e a redução do risco operacional;
- > Gestão de Capital – as metodologias de mensuração permitirão determinar o capital consumido pelas diferentes linhas de negócio e aferir a rentabilidade ajustada ao risco das mesmas;
- > Visão Prospectiva – as metodologias permitirão uma visão prospectiva da adequação do capital, posicionando-se como instrumentos relevantes no processo de planeamento e definição estratégica.

7.2. Capital Económico

O Banco introduziu em 2015 a metodologia Auto-avaliação da Adequação de Capital Interno (ICAAP). Este processo culminou com a definição do perfil de risco do Banco e, com a implementação de uma ferramenta de cálculo, de acordo com a metodologia de quantificação e agregação dos riscos.

Segue-se a enumeração dos riscos considerados materialmente relevantes para o cálculo e análise do ICAAP:

Riscos Materialmente Relevantes	Categorias de Risco	Metodologia Adoptada
Risco de Crédito	Risco de Crédito	Metodologia Imparidade + Standard Simplificada
Risco de Taxa de Juro	Risco de Mercado	Análise de Gaps / Análise de Sensibilidade
Risco Cambial	Risco de Mercado	Metodologia Regulamentar Standard
Risco Operacional (inclui risco de Compliance e Sistemas de Informação)	Risco Operacional	Método do Indicador Básico (BIA)
Risco de Líquidez	Risco de Líquidez	Limited Funding Approach/Stress Testing
Risco de Estratégia	Risco de Estratégia	Evolução de Risco
Risco Reputacional	Risco de Reputação	Avaliação Qualitativa

As metodologias acima mencionadas detêm uma componente maioritariamente quantitativa. No entanto, as abordagens adoptadas para o risco de reputação e operacional conjugam igualmente uma componente qualitativa, pela utilização de questionários de avaliação dos sistemas de gestão de riscos do Banco.

Paralelamente, pelos pressupostos inerentes às presentes abordagens é assegurado um maior rigor na incorporação dos controlos e mitigação dos riscos.

O Banco estabeleceu um modelo de adequação dos processos de gestão e acompanhamento do capital interno e dos riscos que garante o envolvimento de todas as unidades de negócio e se integra na cultura, gestão diária e processos de tomada de decisão do Banco.

O modelo implementado contempla um conjunto de políticas, processos e procedimentos que pretendem assegurar que os riscos são adequadamente identificados, avaliados, acompanhados e controlados, encontrando-se de acordo com a estratégia de gestão de requisitos de capital delineada para o Banco. Contudo, no âmbito da definição da *Framework* ICAAP e Modelo de Governação foi já delineado um ciclo de gestão do capital adequado à realidade da estrutura organizacional do Moza.

7.3. Risco de Crédito

Qualidade dos activos

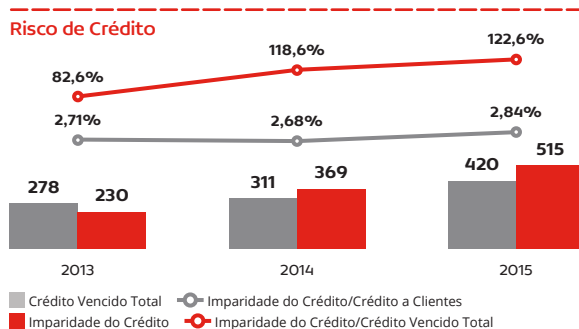
Não obstante às alterações do quadro regulamentar de cálculo de provisões com a introdução do Basileia II, o Moza continuou no final de 2015, a manter indicadores globalmente favoráveis no que diz respeito à qualidade da carteira de crédito.

O rácio de crédito vencido sobre a carteira de crédito registou um ligeiro aumento ao situar-se em 2,31%, face a 2,26% registados no exercício de 2014. O Rácio de crédito vencido + 90 dias apresenta um aumento de 0,3 p.p face a 2014, situando-se em 2,04%.

As imparidades acumuladas do Balanço totalizaram MZN 515 Milhões, tendo o rácio de cobertura de provisões registado um aumento de 0,16 p.p face a 2014, fixando-se em 2,84%.

Para o total de exposições de crédito em risco, o nível de cobertura integral, situou-se em 123%, e para exposições em risco + 90 dias em 139%, reflectindo o compromisso do Moza em garantir a curto e médio/longo prazo a qualidade do balanço, em linha com o objectivo estratégico definido.

No final de 2015, o crédito vencido do Banco situou-se em MZN 420 Milhões, representando um crescimento de 35% face ao registado em 2014. O mesmo espelha o cenário macroeconómico adverso vivido em 2015, e que impactou consideravelmente a tesouraria das empresas. De referir que a evolução deste indicador ao longo de 2015 apresentou na maioria dos Bancos a operar em Moçambique um agravamento.



ANÁLISE DO RISCO DE CRÉDITO

Decomposição da Carteira por qualidade de Crédito

A árvore de decomposição da carteira de crédito (por desembolso) a clientes do Banco permite aferir adequadamente a sua composição, evolução e nível de cobertura de imparidades por categoria.

Milhares de Meticais

Crédito Bruto a Cliente (MZN)																													
2015	18.140.391																												
2014	13.787.627																												
<table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th colspan="2">Imparidade</th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td>514.602</td> <td>368.832</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>2,84%</td> <td>2,68%</td> </tr> </tbody> </table>				Imparidade		2015	2014			514.602	368.832			2,84%	2,68%														
Imparidade		2015	2014																										
		514.602	368.832																										
		2,84%	2,68%																										
<table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th colspan="2">Crédito Vivo</th> <th colspan="2">Peso (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>17.720.642</td> <td>97,69%</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>13.476.612</td> <td>97,74%</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				Crédito Vivo		Peso (%)		2015	17.720.642	97,69%		2014	13.476.612	97,74%		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Crédito Vencido</th> <th colspan="2">Peso (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>419.733</td> <td>2,31%</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>311.015</td> <td>2,26%</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Crédito Vencido		Peso (%)		2015	419.733	2,31%		2014	311.015	2,26%	
Crédito Vivo		Peso (%)																											
2015	17.720.642	97,69%																											
2014	13.476.612	97,74%																											
Crédito Vencido		Peso (%)																											
2015	419.733	2,31%																											
2014	311.015	2,26%																											
<table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th colspan="2">Imparidade</th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td>214.267</td> <td>135.736</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>1,21%</td> <td>1,01%</td> </tr> </tbody> </table>				Imparidade		2015	2014			214.267	135.736			1,21%	1,01%	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Imparidade</th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td>300.335</td> <td>233.096</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>71,55%</td> <td>74,95%</td> </tr> </tbody> </table>		Imparidade		2015	2014			300.335	233.096			71,55%	74,95%
Imparidade		2015	2014																										
		214.267	135.736																										
		1,21%	1,01%																										
Imparidade		2015	2014																										
		300.335	233.096																										
		71,55%	74,95%																										
<table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th colspan="2">Vivo e sem Imparidade Alocada</th> <th colspan="2">Peso (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>3.681.078</td> <td>20,77%</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>4.230.413</td> <td>31,39%</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				Vivo e sem Imparidade Alocada		Peso (%)		2015	3.681.078	20,77%		2014	4.230.413	31,39%															
Vivo e sem Imparidade Alocada		Peso (%)																											
2015	3.681.078	20,77%																											
2014	4.230.413	31,39%																											
<table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th colspan="2">Vivo com Imparidade Alocada</th> <th colspan="2">Peso (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>14.039.564</td> <td>79,23%</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>9.246.201</td> <td>68,61%</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				Vivo com Imparidade Alocada		Peso (%)		2015	14.039.564	79,23%		2014	9.246.201	68,61%															
Vivo com Imparidade Alocada		Peso (%)																											
2015	14.039.564	79,23%																											
2014	9.246.201	68,61%																											
<table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th colspan="2">Imparidade</th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td>214.267</td> <td>135.736</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>1,53%</td> <td>1,47%</td> </tr> </tbody> </table>				Imparidade		2015	2014			214.267	135.736			1,53%	1,47%														
Imparidade		2015	2014																										
		214.267	135.736																										
		1,53%	1,47%																										

7.4. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez traduz-se na perda potencial decorrente de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda de activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado) para suprir necessidades de fundos, decorrentes das obrigações a que o Banco se encontra sujeito.

Este risco está associado à possibilidade do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão do Banco tem procurado diversas fontes de financiamento, para além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de garantias de alto grau, que possam ser utilizados para assegurar um financiamento adicional, caso seja necessário.

Os Testes de Esforço relativos ao Risco de Liquidez foram definidos com o objectivo de avaliar a exposição do Banco a este tipo de risco e a capacidade do mesmo em absorver choques que condicionem o nível de liquidez do Banco.

Ainda que o grau de alavancagem do Banco permita cobrir as necessidades de crédito, a gestão de liquidez é uma condição necessária ao funcionamento do Banco e, dado que existe uma percentagem considerável das necessidades de financiamento que é assegurada pelos capitais próprios, considera-se o Risco de Liquidez como materialmente relevante.

Neste sentido, foram definidos os seguintes testes de Esforço:

- > RLIQ01: Aumento do Crédito Concedido – O teste visa inferir quanto ao impacto na posição de liquidez a um ano resultante, de um aumento do volume de crédito concedido.
- > RLIQ02: Diminuição dos Recursos de Clientes – O teste visa inferir quanto ao impacto na liquidez de uma diminuição dos recursos de Clientes.
- > RLIQ03: Aumento do crédito mal parado – O teste visa inferir quanto ao impacto na liquidez do Banco como resultado de um aumento do crédito mal parado.

Os resultados dos Testes de Esforço efectuados no processo de avaliação de risco de liquidez, não demonstram exposição significativa ao risco e o Banco tem mecanismos alternativos de financiamento à sua disposição. Apesar da situação confortável em que se encontra, o Banco mantém e procura inclusivamente fortalecer as suas relações com outras instituições de crédito que lhe proporcionem alternativas viáveis e competitivas de financiamento.

Adicionalmente, o Banco mantém uma carteira de activos com bastante liquidez e diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa.

A par disto, o Banco estabeleceu linhas de crédito, a fim de obter liquidez caso seja necessário, para além de deter reservas obrigatórias correspondentes a 10,5% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado.

Gestão de Liquidez

Como previsto no Aviso 4/2013 do Banco de Moçambique, que versa sobre as directrizes de Gestão de Risco, o Moza dispõe de um conjunto de políticas que orientam o processo de gestão de risco de liquidez.

A Política de Gestão de Liquidez do Moza, onde constam as estratégias e princípios de gestão da liquidez de curto e de longo prazo é definida pela Comissão Executiva do Banco. A responsabilidade de condução da mesma recai sobre a Direcção de Mercados e Tesouraria. O acompanhamento, avaliação e monitoria da política recaem sobre a Comissão Executiva, com apoio do Comité de Activos e Passivos (ALCO).

O ALCO é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva (PCE), e composto pelos membros da Comissão e pelos responsáveis das seguintes direcções:

- > Mercados e Tesouraria;
- > Financeira;
- > Risco; e
- > Crédito.

A política de gestão do Banco consiste nas directrizes gestão do risco de curto prazo por parte da Direcção de Mercados e Tesouraria, que inclui a gestão da liquidez

diária, os fluxos de caixa diários e os níveis de exposição e endividamento no Mercado Monetário Interbancário, com vista a observância dos limites internos e regulamentares de indicadores de liquidez, bem como da maximização dos retornos do risco de liquidez.

A política de liquidez do Moza inclui igualmente as orientações para a gestão de risco de liquidez no médio e longo prazo, designadamente; a definição do apetite para o risco de liquidez; do rácio de transformação e outros rácios de liquidez; da estrutura do balanço por moeda, prazos de maturidade, segmentação, fontes de financiamento e áreas de investimento.

A gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazo é responsabilidade da área de Mercados e Tesouraria. A Comissão Executiva e o ALCO monitoram e avaliam o risco de liquidez com base nos relatórios, análises e recomendações fornecidas pela área de mercados numa base diária e mensal.

A posição de liquidez Integrada, os mapas diários de liquidez em Meticais e em moeda estrangeira e o fluxo de caixa, o *mismatch* de maturidade, o mix de liquidez, a posição de liquidez a longo prazo, o risco de concentração, o *stress testing* e a análise de estabilidade/volatilidade de contas correntes, entre outros, são algumas das ferramentas que apoiam a gestão da liquidez do Banco.

Consta igualmente como a atribuição do ALCO, o acompanhamento e avaliação dos sinais indicadores de uma eventual crise de liquidez, no âmbito do Plano de contingência de liquidez, que visa propor a resposta do Banco diante de um problema de liquidez. Este inclui a identificação atempada de uma crise de liquidez, dos seus mecanismos de gestão, bem como dos seus impactos sobre os vários *stakeholders* do Banco.

7.5. Compliance e Branqueamento de Capitais

Considerando a dinâmica dos mercados mundiais e os impactos no sistema bancário, é expectável que a regulamentação Nacional e Internacional seja revista e as regras de controlo e monitorização sejam cada vez mais exigentes.

É nesta esfera que o Compliance actua, promovendo para cumprimento, a todo o momento, com as exigências regulamentares aplicáveis, adequando o ambiente de controlo e supervisão definido pelas entidades reguladoras competentes.

No quadro regulamentar destacamos, no ano 2015, com maior foco e envolvimento do Compliance a implementação dos seguintes dispositivos:

- > Aviso n.02/GBM/2015 – “Ligação à Rede Única Nacional de Pagamentos Electrónico” onde o Moza alinhou desde o 1.º momento.
- > Aviso n.03/GBM/2015 – “Regime de Acesso e Exercício de actividade de Agentes Bancários” que culminou com o lançamento em Outubro do Moza D’Agente.
- > Aviso n.04/GBM/2015 – “Directrizes de Prevenção e Repressão do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo” que complementou o quadro regulamentar nacional sobre esta matéria (Lei

14/2013 e Regulamento de Lei - Decreto Lei 66/2014) que vieram incorporar novas regras de controlo sobre clientes e transacções;

- > Aviso n.11/GBM/2015 – “Pagamentos ao Exterior com Recurso Cartões Bancários Internacionais” emitido a 7 de Dezembro e com entrada em vigor a partir de Janeiro 2016.
- > Circular n.01/DLC/2015 – “Conversão e Transferência de Receitas de Exportação e de Capitais Importados” com impacto significativo nos clientes do Banco e que implicaram o reforço dos procedimentos de controlo internamente implementados.

Para além do cumprimento dos dispositivos regulamentares aplicáveis, o Compliance promove para a actualização do Sistema de Controlo Interno do Banco, através de recomendações de revisão e reforço de procedimentos de controlo dos processos implementados, revisão de normativos e regras de Ética e Conduta dos colaboradores.



A black and white close-up portrait of a woman's face, showing her eye, nose with a ring, and lips. She has braided hair. The background is dark and out of focus.

8.

Análise Financeira

8.1. Nota introdutória

O ano de 2015 foi o segundo ano de implementação do plano estratégico (2014-2018). Os níveis de realização dos diversos subprogramas operacionais, à semelhança de 2014, foram bastantes satisfatórios.

Em 2015, o Banco tinha como principal objectivo estratégico a consolidação das infra-estruturas de apoio, introduzir novos negócios e canais e continuar a expandir no Retalho, dado o seu posicionamento gradualmente universal.

Para a materialização dos objectivos, foram tomadas diversas iniciativas tais como: a operacionalização de novo modelo de dinamização comercial, abertura de novas agências Bancárias, assinatura de linhas de financiamento multilaterais com vista a acelerar a concessão de crédito a PME's e particulares, *rebranding* da marca para uma maior aproximação e fidelização dos clientes, implementação de novas ferramentas de gestão de risco, lançamentos de novos produtos e imagem corporativa (*website*), maior cobertura de ATM's e POS e cartões visa, simplificação e digitalização de processos (optimização dos processos internos).

Como resultado das políticas descritas, e apesar de um contexto de negócio adverso marcado pela desaceleração do crescimento do PIB (6,3%), aceleração da inflação cifrando-se em 10.55% (2014: 1.10%), redução geral de preços das principais mercadorias exportadas e depreciação anual do metical em 49,6% contribuindo para o agravamento dos custos de importação de bens e serviços, o volume de negócio do Banco cresceu consideravelmente face a 2014 (+37%).

O crédito concedido atingiu MZN 18.452 Milhões, apresentando um crescimento homólogo de 32%. Os recursos de clientes fixaram-se em MZN 24.735 Milhões, um incremento de 46% comparativamente a 2014. Crescimento considerado relevante, num contexto macroeconómico difícil.

O rácio de transformação, medido pela carteira de crédito bruto sobre o total de recursos de clientes, atingiu 74.6% no final de 2015, abaixo dos 82.9% alcançados em 2014.

O crescimento do negócio ocorrido em 2015 é justificado pelo aumento de número de clientes, duplicação da base de clientes comparativamente a 2014 situando-se em 74.567, e uma maior abrangência de rede de distribuição (+ 14 unidades de negócio) e canais directos (+37 unidades de ATM's e +921 unidades de POS).

Em consequência do crescimento do Moza em 2015, num contexto de negócio exigente, registou-se um crescimento significativo da quota, tendo terminado o ano com uma quota de 7,52% (+0,59 p.p) no crédito a clientes, 7,68% (+1,18 p.p) em Depósito de clientes e 8,88% (+1,41 p.p) em activos totais, consolidando a sua posição no mercado como o 4.º maior Banco no sistema financeiro Moçambicano.

Não obstante o crescimento expressivo da sua actividade, a base de capital do Moza permanece adequada para suportar a sua estrutura actual de negócio, proporcionando espaço para manutenção dos níveis de crescimento verificado nos últimos anos. Destaca-se o apoio dos accionistas na contribuição para o crescimento do Banco, com injeção de capital em 2015 na ordem de MZN 249 Milhões (2014: MZN 630 Milhões). O Rácio de solvabilidade situou-se em 9.95%, acima do limite regulamentar (8.00%).

O Moza mantém uma política conservadora de gestão de risco, reforçando em 2015 os níveis de provisionamento de crédito. O rácio de imparidades para crédito sobre o total de crédito vencido situou-se em 122,6% (2014: 118.6%) e o rácio de cobertura de imparidade, medido por imparidades do balanço sobre total da carteira de crédito, fixou-se em 2.84% (2014: 2.68%).

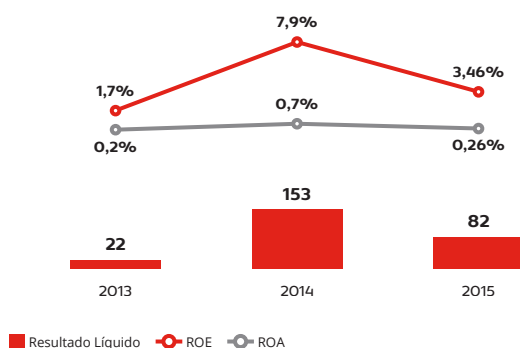
No final de 2015, o Moza registou um resultado líquido de MZN 81,7 Milhões, que compara com os MZN 153 Milhões verificados em 2014. De referir que o abrandamento no crescimento do resultado positivo alcançado pelo Banco em 2015 é expectável e normal, uma vez que o mesmo encontra-se na fase de expansão da sua rede e consolidação dos processos e negócios, sendo que os custos absorvem a maior parte de receitas neste estágio em que o Banco se encontra.

8.2. Resultados e Rentabilidade

Apesar das dificuldades e constrangimentos, na envolvente externa, que caracterizaram o exercício de 2015, o Moza desenvolveu um conjunto de iniciativas comerciais com vista a manutenção dos níveis de rentabilidade.

A evolução do negócio em 2015 traduziu-se num Produto Bancário de MZN 2.507 Milhões, +40% em comparação com igual período do ano anterior, impulsionado significativamente pelo ganho nas operações financeiras. Contudo, os resultados foram grandemente afectados pelo reforço dos níveis de provisionamento, requeridos pelo novo modelo de imparidade, decorrente da implementação de uma política conservadora de gestão de risco de crédito.

Resultado Líquido (Milhões MZN)

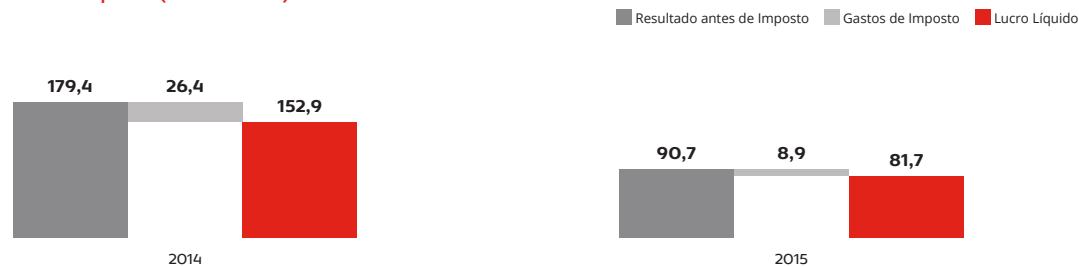


Os rácios de rentabilidade apresentam um ligeiro decréscimo comparativamente a 2014, a rentabilidade de capitais próprios (ROE) e rentabilidade dos activos (ROA) situaram-se em 3.46% e 0.26% respectivamente, níveis considerados satisfatórios tendo em consideração o estágio em que o Moza se encontra, expansão da rede e o foco no crescimento e captura da quota do mercado.

Resultado Líquido

No final de 2015, o Moza alcançou um resultado líquido de MZN 81.7 Milhões, comparado com os MZN 153 Milhões registados em 2014. Esta evolução foi condicionada basicamente pelo crescimento superior global de custos operacionais e de imparidade de crédito face ao produto bancário quando comparado a 2014. Os custos totais cresceram na ordem de +48%, um crescimento superior ao de produto bancário, +40%.

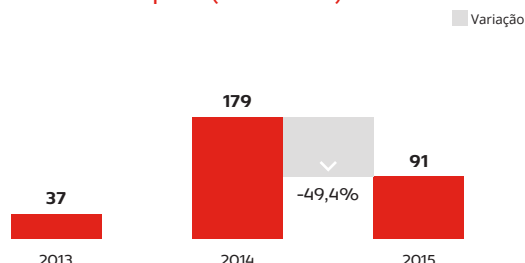
Resultado antes de Imposto (Milhões MZN)



Resultado Antes do Imposto

No final de 2015, o resultado antes do imposto cifrou-se em MZN 91 Milhões, decréscimo em 49% comparativamente ao registado no exercício de 2014.

Resultado antes de Imposto (Milhões MZN)

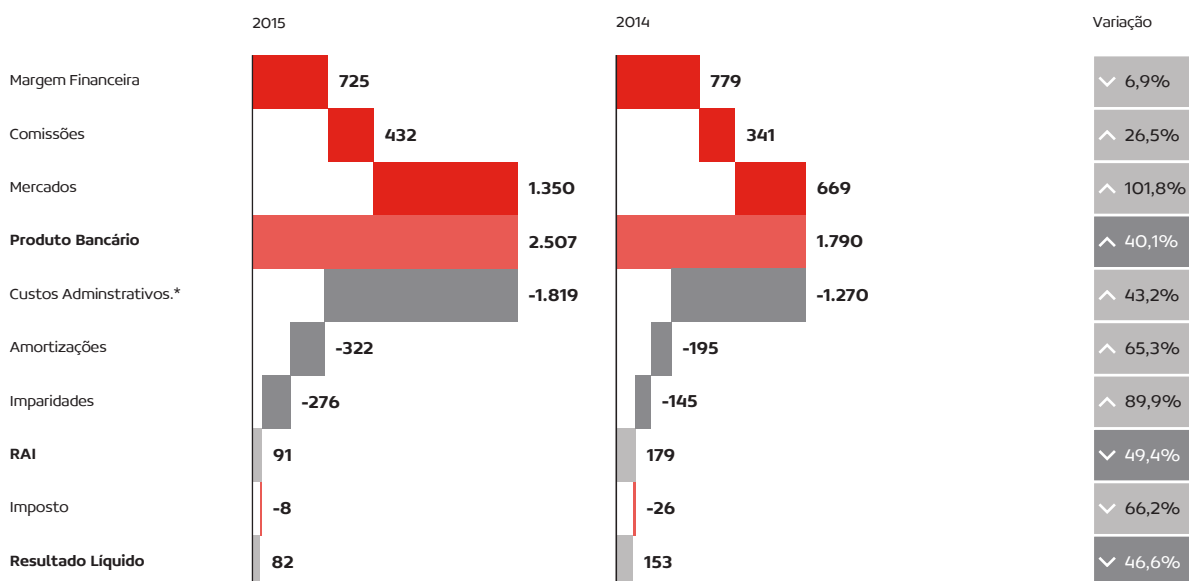


Neste período destaca-se a evolução da margem complementar do Banco, tendo apresentado um crescimento de 76% face ao período homólogo de 2014. Esta evolução foi influenciada pelo aumento dos níveis de comissionamento e resultados de operações financeiras.

No entanto, o decréscimo do Resultado Antes do Imposto registado em 2015 foi influenciado pelos seguintes factores:

- > Crescimento do custo de imparidade em 41 p.b. face a 2014, situando-se em MZN 276 Milhões. O mesmo é resultante do reforço dos níveis de cobertura da carteira de crédito;
- > Aumento de Custos Operacionais em 44% (MZN +630 Milhões) em relação ao período homólogo de 2014, decorrente da expansão da rede e consequente aumento do número de colaboradores e investimento em infra-estrutura de suporte de negócio.

Composição do Resultado Líquido (Milhões MZN)



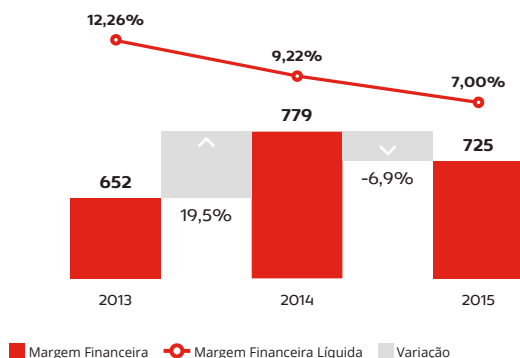
* Inclui FSE's, Custos com Pessoal e Outros Gastos de exploração.

Margem Financeira

A margem financeira totalizou MZN 725 Milhões, correspondendo a um decréscimo face ao período homólogo de 2014 na ordem de 6.9%. O crescimento do volume de negócio em 2015 (+40% face a 2014) não se traduziu no crescimento da Margem Financeira explicado pelo efeito da redução da margem financeira líquida, medido pela diferença entre as taxas activas e passivas, das operações do Banco. Na sua estratégia de captação de maior volume de negócio aliada a uma maior concorrência verificada no sector, o Moza tem assistido nos últimos anos a um esmagamento das margens nas suas operações, tendo em 2015 apresentado um decréscimo da margem líquida de 2.23 p.p.

As taxas activas aplicadas aos volumes de crédito concedidos a clientes apresentam uma tendência de redução. No sentido inverso, a captação de recursos de clientes, devido principalmente ao cenário de escassez de liquidez verificado no mercado ao longo do ano, mostrou um movimento de crescimento.

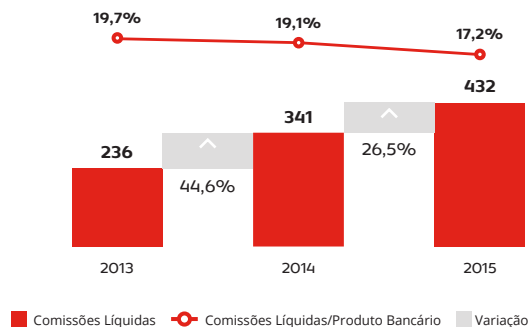
Margem Financeira (Milhões MZN)



Comissões Líquidas

As comissões líquidas situaram-se em MZN 432 Milhões, reflectindo uma variação de 26.5% face ao período homólogo de 2014. O crescimento registado é o reflexo do aumento da carteira de crédito desembolso, volume e número de transacções em ATM's e POS e emissão de garantias bancárias.

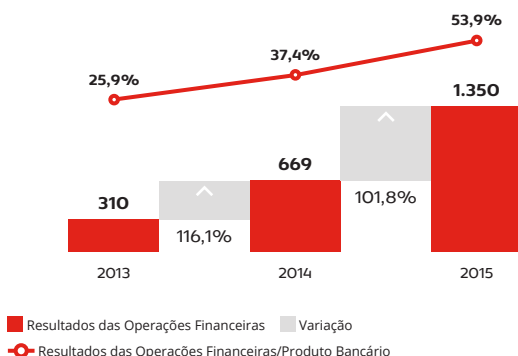
Comissões Líquidas (Milhões MZN)



Resultados em Operações Financeiras

O resultado de mercado cifrou-se em MZN 1.350 Milhões (+101.8% em comparação com igual período do ano anterior), explicado em larga medida por resultados não recorrentes relacionados com mais-valia na reavaliação de activos registados na carteira de activos disponíveis para venda e pelo reconhecimento do valor de mercado (justo valor) de instrumentos financeiros derivados detidos para negociação, nomeadamente operações cambiais a prazo e *swap*.

Resultados das Operações Financeiras (Milhões MZN)

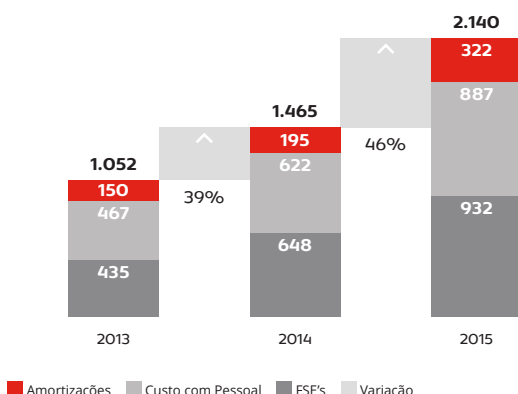


A evolução dos proveitos traduziu-se num produto bancário de MZN 2.507 Milhões, um crescimento de 40.1% em relação a 2014, para o qual contribuiu significativamente o desempenho dos resultados das operações financeiras.

Custos de Estrutura

Os custos de Estrutura apresentaram um valor de MZN 2.140 Milhões em 2015, o que representa um acréscimo anual de 46.1%. Esta evolução deve-se principalmente à abertura de novas agências e investimentos em áreas de apoio ao negócio (IT e pessoal), em linha com o estipulado no Plano Estratégico 2014-2018.

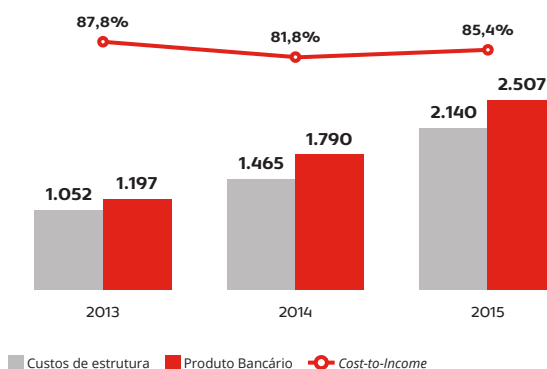
Custos de Estrutura (Milhões MZN)



O custo com amortizações dos activos do Banco apresentam um maior crescimento percentual face ao período homólogo de 2014, +65.3%. Igualmente, os custos com gastos gerais administrativos (FSE's) e Gastos com Pessoal apresentam um incremento face a 2014, 43.7% e 42.7% respectivamente.

De referir que em 2015 o Moza abriu 14 novas unidades de negócio, o que implicou um aumento da sua força de trabalho (+164 novos colaboradores).

Cost-to-Income (%)



No final de 2015, o rácio de eficiência (*cost-to-income*), que representa os Custos Operacionais em percentagem do Produto Bancário, atingiu 85.3%, +3.52 p.p comparativamente a 2014. Este resultado surge em consequência das receitas terem crescido a um ritmo inferior ao de custos operacionais, 40.1% e 46.1% respectivamente.

Gastos Com Pessoal

Os Gastos com pessoal totalizaram MZN 887 Milhões, uma variação de +43% face ao montante registado em 2014. O acréscimo é justificado pelas contratações ocorridas ao longo de 2015, +164 novos colaboradores, para fazer face ao programa de expansão da rede de Balcões, totalizando no final de exercício cerca de 800 colaboradores.

Gastos Gerais Administrativos

Os Gastos Gerais Administrativos apresentaram um acréscimo de 44% face a 2014, explicado pela abertura de novas unidades de negócio, manutenção dos sistemas informáticos, custos associados a campanhas e evento de marketing (*rebranding* da marca), e acréscimos de custos indexados, directa ou indirectamente ao dólar norte-americano.

Amortizações do Exercício

As Amortizações fixaram-se em MZN 322 Milhões, um crescimento de 65% face ao período homólogo de 2014, em consequência de novos investimentos em projectos (IT) e abertura de novas unidades de negócio.

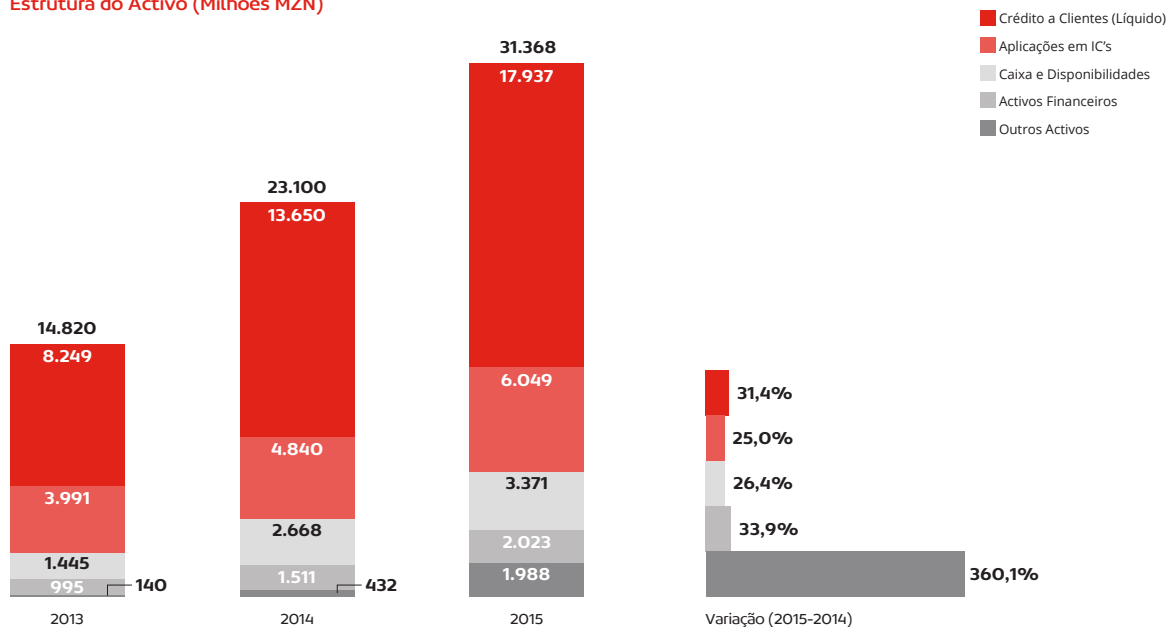
Imparidades do exercício

Os custos com imparidades situaram-se em MZN 276 Milhões (2014: 145 Milhões). O acréscimo é explicado pelo reforço de níveis de provisionamento de crédito, em linha com a gestão conservadora do Banco. Assim, o custo médio de imparidades, medido pelo peso de imparidade para crédito sobre a carteira de crédito total, fixou-se em 170 pb, correspondendo a um incremento de 41 pb face a 2014.

8.3. Análise do Balanço

Os activos do Banco têm crescido ao longo dos últimos anos a um ritmo bastante acelerado, sustentado basicamente pelos sucessivos aumentos de capital e crescimento de recursos de clientes. No final de 2015, os activos totais situaram-se em 31.368 Milhões, representando um crescimento de 36% face ao período homólogo de 2014.

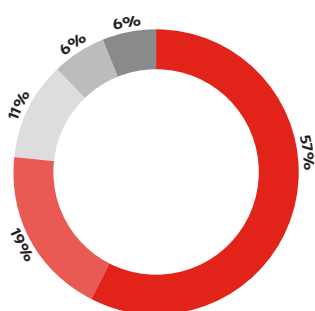
Estrutura do Activo (Milhões MZN)



O crescimento verificado em 2015 do activo total deveu-se principalmente à evolução da carteira de crédito líquida (MZN +4.288 Milhões), outros activos (MZN 1.556 Milhões) e aplicações em Instituições de Crédito "IC's" (MZN 1.209 Milhões). A composição do activo do Banco demonstra de uma forma clara a estratégia de diversificação da aplicação de fundos, e consequente manutenção de um nível de liquidez equilibrado.

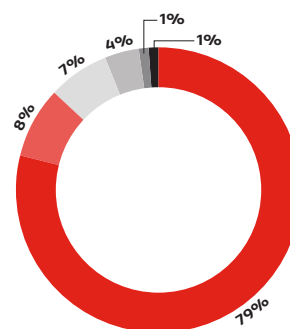
Em 2015, a carteira de crédito apresentava uma concentração de 57% no total do activo do Banco, constituindo igualmente os depósitos de clientes a maior fonte de financiamento, 79.4%.

Aplicação de Fundos (Peso % sobre o total)



■ Crédito a Clientes (Líquido)
 ■ Aplicações em IC's
 ■ Caixa e Disponibilidades
 ■ Activos Financeiros
 ■ Outros Activos

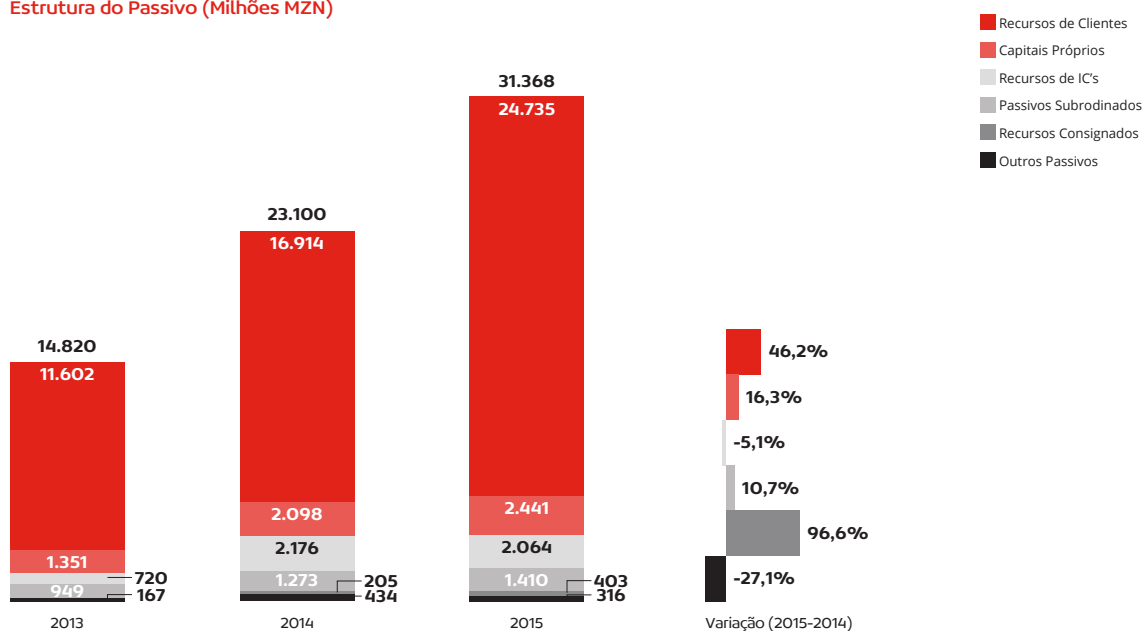
Origem dos Fundos (Peso % sobre o total)



■ Recursos de Clientes
 ■ Capitais Próprios
 ■ Recursos de IC's
 ■ Passivos Subordinados
 ■ Recursos Consignados
 ■ Outros Passivos

Relativamente à estrutura de financiamento, o Banco tem demonstrado uma forte capacidade de captação de fundos, tendo a base de financiamento do Banco crescido a ritmos bastantes significativos nos últimos anos, impulsionado fundamentalmente pelo crescimento acelerado de recursos de clientes.

Estrutura do Passivo (Milhões MZN)



Os recursos de clientes e Fundos Próprios constituem a principal fonte de financiamento do Banco, contribuindo no total em 87%.

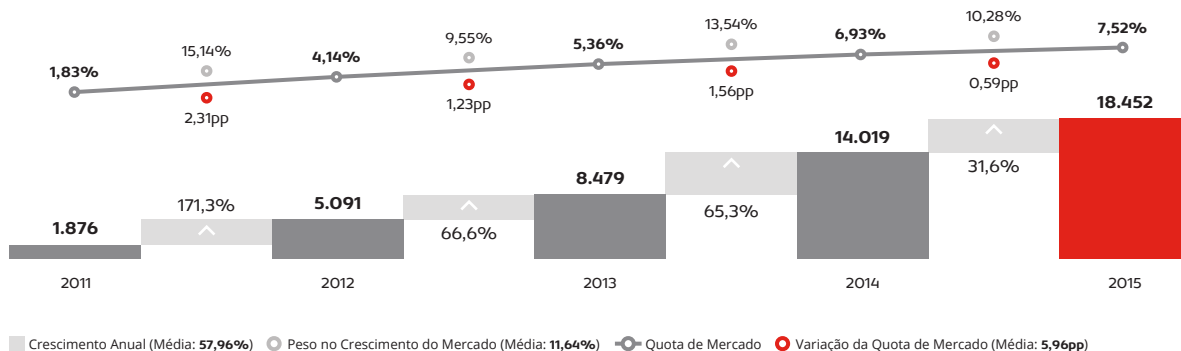
De modo a diversificar e alargar a sua base de financiamento, em 2015 o Moza rubricou um novo financiamento no valor de MZN 200 Milhões (EUR 5 Milhões) com o Banco Europeu de Investimento, duplicando a sua carteira de financiamento via recursos consignados.

Ainda em 2015, a base de financiamento do Banco foi ainda mais reforçada pela emissão do papel comercial no valor de MZN 270 milhões, tendo o Banco aumentando a sua posição de financiamento via mercado de capitais para MZN 659 Milhões, variação de +26% face a 2014.

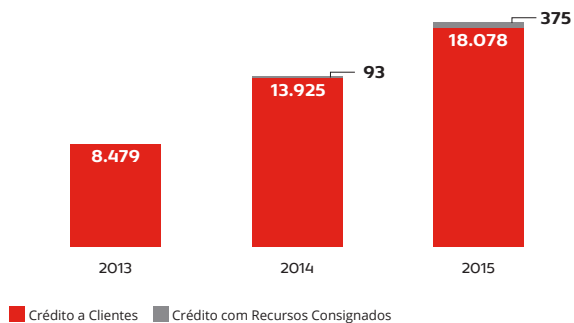
Crédito a clientes

Em 2015, a carteira de crédito a clientes apresentou um crescimento de 31,6% comparativamente a 2014, atingindo MZN 18.452 milhões. O crescimento verificado em 2015 foi superior ao registado no mercado, 24,2%, o que reflecte o crescimento da actividade comercial do Moza fruto do contínuo crescimento da máquina comercial e de uma maior presença a nível territorial.

Crédito a Clientes (Milhões MZN)



Crédito por Linhas de Apoio (Milhões MZN)



O crescimento da carteira de crédito permitiu ao Moza atingir no final de 2015 uma quota de mercado de 7.52% e uma quota no crescimento anual do mercado de 10.28% (3.º maior contributo para o crescimento do mercado).

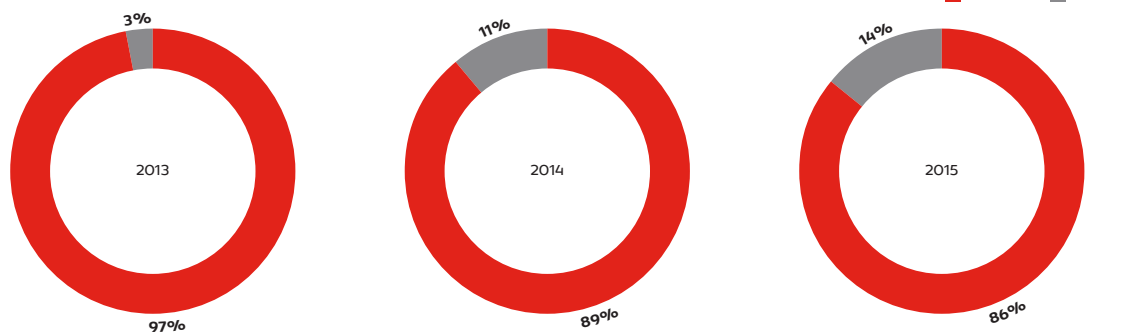
Em 2015, verificou-se um aumento de crédito financiado por linhas de apoio multilateral na ordem de MZN 281 Milhões face ao período homólogo de 2014. O mesmo destina-se basicamente ao desenvolvimento e consolidação das pequenas e médias empresas (PME's), em linha com a estratégia do Banco.

Crédito por Moeda

No final de 2015, a carteira de crédito em moeda local (MZN) apresentava maior peso no total de crédito, 86%. De referir que o aumento da exposição em moeda estrangeira face ao período homólogo de 2014 (+0.2 p.p) é originada pelo efeito cambial (desvalorização do metical).

A estratégia do Banco, dado a restrições legais e do mercado, passa por concessão de crédito em moeda nacional com vista a mitigar o risco cambial.

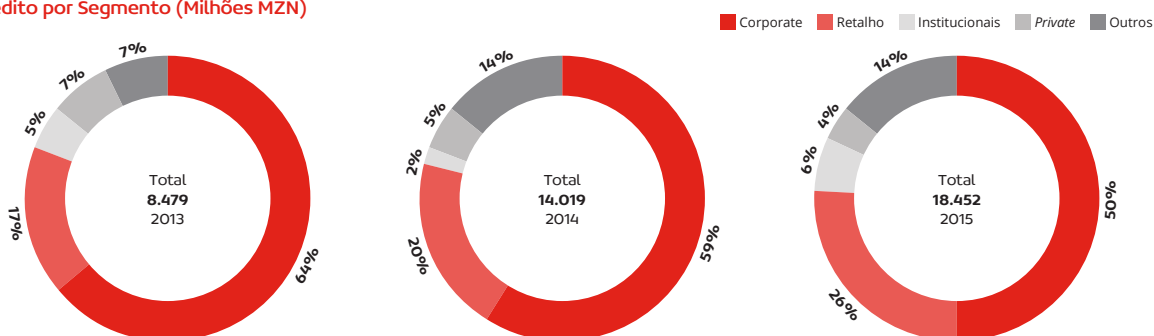
Crédito por Moeda (%)



Distribuição da carteira de crédito por segmento

O crédito concedido ao segmento *Corporate* representa, actualmente, maior peso na carteira total de crédito, 50% (2014: 59%), seguido pelo *Retail* com 26% (2014: 20%), *Institucional* 6% (2014: 2%) e *Private* 4% (2014: 5%).

Crédito por Segmento (Milhões MZN)



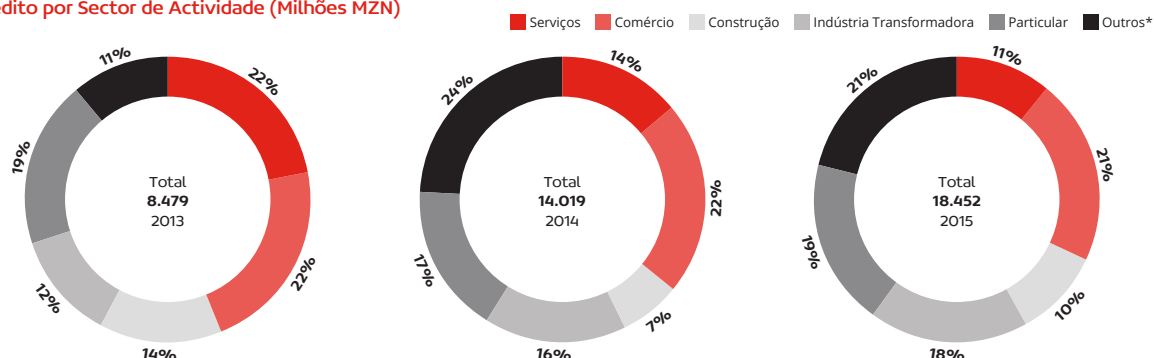
Na sequência da mudança estratégica do Banco ocorrida em 2014, maior presença no terreno e um posicionamento gradualmente universal, verifica-se um significativo crescimento do segmento *Retail* (PME's e *Affluent*). Em 2015, este segmento teve um maior crescimento comparativamente a 2014 (+74.8%), incrementando o seu contributo no total da carteira de crédito do Banco, 26% contra os 20% e 17% registados em 2014 e 2013 respectivamente.

O Crédito concedido ao Segmento *Corporate* ascendeu a MZN 9.226 milhões, reflectindo um crescimento homólogo de 11.5%. O Segmento *Retail*, face a 2014 apresenta um incremento de 71.1%, tendo o crédito concedido no âmbito das linhas PME's uma posição destacada.

Distribuição da carteira de crédito por sectores de actividade

Os sectores que mais beneficiaram do crédito do Moza em 2015 foram os serviços, comércio, construção, indústria transformadora e particular, contribuindo para uma concentração de 79.1%. Destaca-se neste período, o crescimento face a 2014 do crédito para a indústria transformadora e particulares, com um incremento de 48% e 43% respectivamente.

Crédito por Sector de Actividade (Milhões MZN)

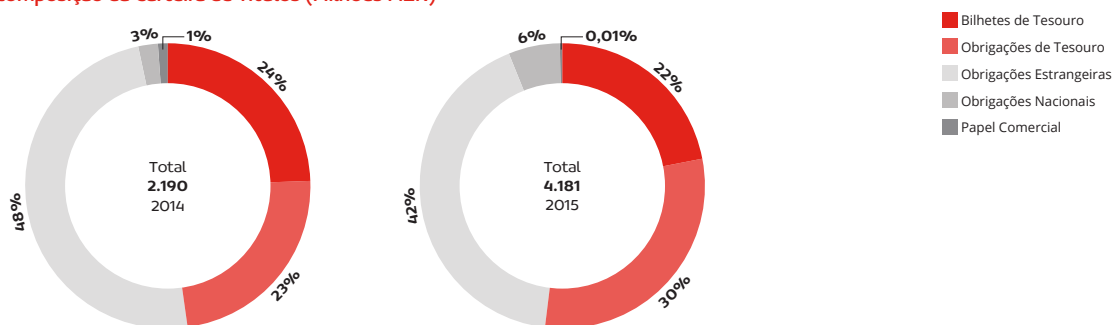


* Energia, Hotelaria e Turismo; Transporte e Comunicação, Agricultura e Pesca.

Carteira de Títulos

Como o objectivo de diversificação dos riscos de aplicações dos recursos do Banco, regista-se nos últimos anos um crescimento nos investimentos em títulos e obrigações, totalizando em 2015 MZN 4.181 Milhões, variação de 91% comparativamente a 2014. A 31 de Dezembro de 2015 a mesma apresentava a seguinte decomposição:

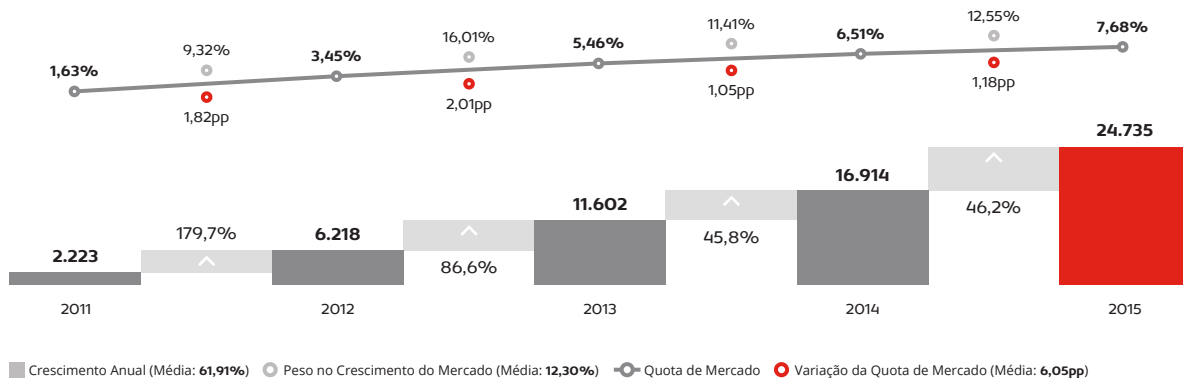
Decomposição da Carteira de Títulos (Milhões MZN)



Recursos de clientes

Os recursos de clientes, no final de 2015, totalizaram MZN 24.735 Milhões, um crescimento de 46.2% em relação ao valor registado no período homólogo de 2014, em consequência das estratégias de captação de tesouraria para os clientes *Corporate* e Particulares. Salienta-se que este crescimento foi realizado num contexto macroeconómico adverso, marcado pela significativa concorrência entre os Bancos para captação de depósitos, num cenário de escassez de liquidez no mercado, o que agravou o custo de remuneração dos depósitos.

Recursos de Clientes (Milhões MZN)

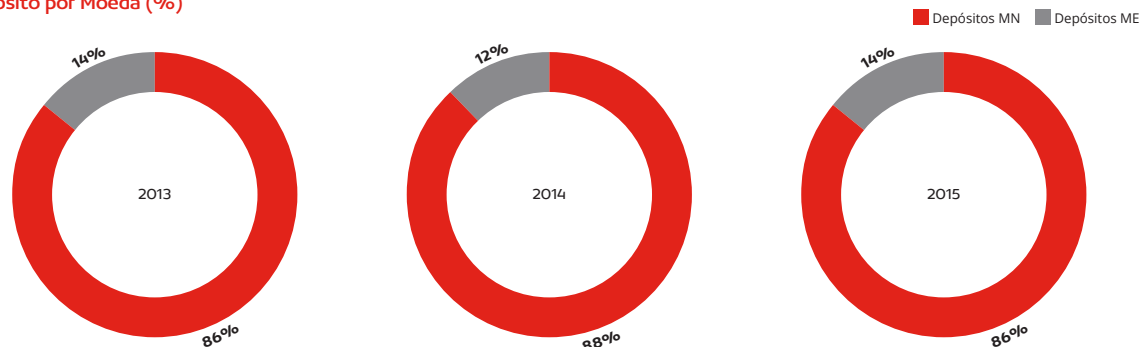


Nos últimos anos, os recursos de clientes apresentam uma evolução satisfatória, com crescimento médio anual acima de 50%, com reflexo na captura de mercado e aumento da quota. Em 2015, o Moza apresentou uma quota de 7.68%, traduzindo-se em uma quota na de crescimento anual verificado no mercado de 12.55% (4.º maior contributo para o crescimento do mercado).

Depósito por moeda

Em 2015, os depósitos em moeda nacional registaram uma redução de 2.6 p.p. face ao período anterior, em consequência da depreciação da moeda nacional face às principais moedas transaccionadas no mercado, nomeadamente Dólar norte-americano e Rand.

Depósito por Moeda (%)



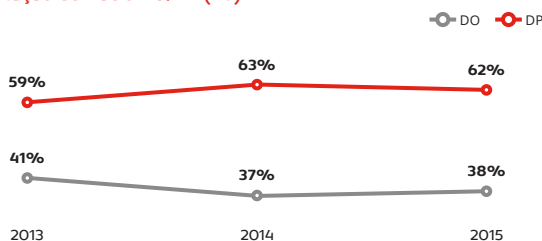
Evolução do Rácio DO/DP

No final de 2015, o Moza continuou a apresentar uma carteira de recursos de clientes financiada maioritariamente pelo depósitos a prazo, com o rácio DO/DP a fixar-se em 38/62. No entanto, face ao período anterior, verifica-se uma ligeira melhoria na estrutura do *funding*, com os depósitos à ordem a crescerem em 1 p.p.

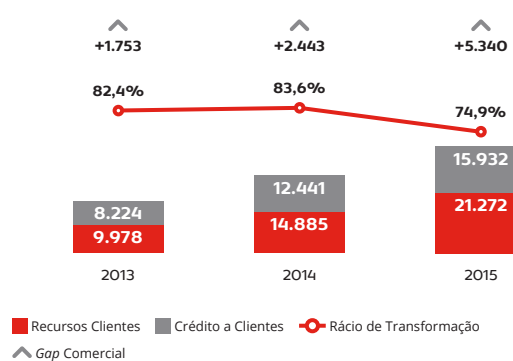
A redução do nível do rácio de transformação traduz-se numa melhoria da posição de liquidez do Banco. No final de 2015, o *gap* comercial apresentou uma melhoria de MZN 3.387 Milhões face a 2014, fixando-se em MZN 6.283 Milhões.

O *Gap* comercial apresentou uma posição excedentária de liquidez com maior contributo para a moeda nacional comparativamente à moeda estrangeira, conforme ilustram os gráficos abaixo:

Evolução do Rácio DO/DP (%)



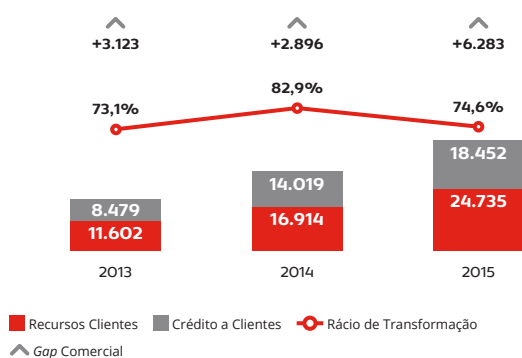
Rácio de Transformação em moeda nacional (Milhões MZN)



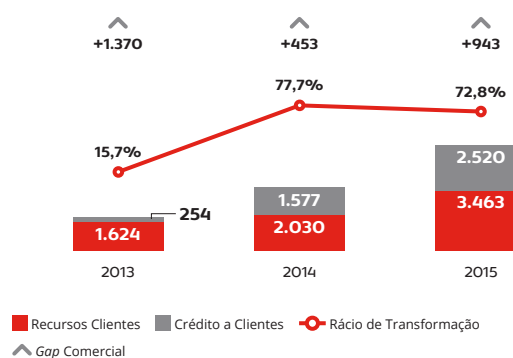
Evolução do Rácio Transformação

O rácio de transformação global, medido pelo peso do crédito total nos depósitos totais, atingiu 74.6% no final de 2015, abaixo dos 82.9% registados em 2014. A melhoria do rácio reflecte a conjuntura de crescimento superior dos depósitos face ao crédito, 46% e 32% respectivamente.

Rácio de Transformação Global (Milhões MZN)



Rácio de Transformação em moeda estrangeira (Milhões MZN)



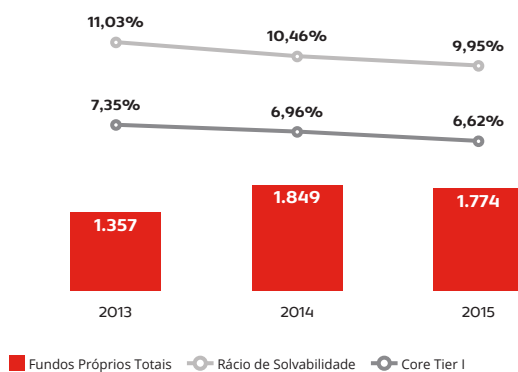
8.4. Capitais Próprios e Solvabilidade

Em 2015, com o objectivo de reforçar a solidez da estrutura do balanço e fazer face ao crescimento da rede de distribuição, os accionistas do Banco procederam a um aumento de capital social no valor global de MZN 249 Milhões (2014: MZN 630 Milhões), totalizando MZN 2.129 Milhões.

Capitais Próprios	2013	2014	2015	Variação 2015-2014	
				Absoluta	%
Capital Social	1.250	1.880	2.129	249	13%
Reservas	43	10	45	35	331%
Resultados Transitados	36	55	185	130	237%
Resultados do exercício	22	153	82	(71)	-47%
Total	1.351	2.098	2.441	343	16%

Para além do aumento do capital social, os resultados transitados do exercício de 2014 no valor de MZN 153 Mio reforçou a base de capital do Banco.

Rádios Prudenciais (Milhões MZN)



Rádios Prudenciais

Não obstante o crescimento significativo de crédito concedido aos clientes, a expansão da rede de agências bancárias e investimentos avultados em projectos enquadrados no Plano Estratégico, no final de 2015, o Moza continuou a demonstrar uma situação de solvência robusta, com o rácio de adequação de fundos próprios totais a alcançar 9.95% (acima do limite regulamentar definido pelo Banco de Moçambique em 8%) e um rácio core Tier I de 6.62%.





9.

Responsabilidade Social

9.1. Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social tem, desde sempre, constituído uma prioridade do Moza, enquanto instituição comprometida com o desenvolvimento social e económico sustentável de Moçambique. Este compromisso é evidenciado através das inúmeras acções, atitudes e iniciativas que temos vindo a implementar ou a apoiar neste domínio ao longo destes anos.

O Moza assume-se como uma instituição orientada para gerir seus negócios com base nos princípios da Responsabilidade Social, de forma a gerar resultados sustentáveis.

É com base nestes pressupostos e por forma a aprofundar e sistematizar as atitudes e práticas de Responsabilidade Social, que o Banco aprovou a política de Responsabilidade Social, um documento que define e elenca os princípios do Moza no âmbito da sua Responsabilidade Social Corporativa, da sua Cidadania Empresarial. De acordo com a nova política, a Responsabilidade social é a forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e actividades e das suas relações com todos os públicos de interesse/*stakeholders* (Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Accionistas, Autoridades reguladores, concorrentes, Medias, sociedade em geral, entre outros) promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho degradante, contribuindo na Sustentabilidade social, económica e ambiental.

Os princípios resumem-se em:

- > **Diversidade:** Respeitamos a diversidade humana e cultural na sua relação com as partes interessadas;
- > **Trabalho:** Defendemos e apoiamos a erradicação do trabalho escravo e degradante na cadeia de valor e promovemos o princípio de trabalho decente e da não discriminação;

- > **Investimento Social:** Apoiamos iniciativas da sociedade visando a promoção da Cidadania, Cultura, Educação Financeira, Meio Ambiente e Empreendedorismo com vista à inclusão financeira e social;
- > **Direitos Humanos:** Respeitamos e defendemos os direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
- > **Gestão Integrada:** Garantimos uma gestão integrada em Responsabilidade Social comprometida com a ética e transparência na relação com as partes interessadas visando o equilíbrio social, económico e ambiental;
- > **Sustentabilidade:** As nossas actividades são desenvolvidas com responsabilidade social e alinhadas às boas práticas internacionais visando contribuir para o desenvolvimento sustentável. Com a adopção de uma política de responsabilidade social, o Moza pretende continuar a conduzir a sua estratégia de negócio com foco na qualidade das relações para que possa efectivamente gerar valor para todos.

O Moza no seu exercício da responsabilidade social corporativa integra as duas perspectivas:

Responsabilidade Social a nível interno (Público interno) – relaciona-se com os trabalhadores e todas as partes afectadas pelo Banco e que, podem influenciar no seu desempenho e resultados, cônjuges e filhos dos colaboradores.

Responsabilidade Social a nível externo (Comunidade) – relaciona-se com as consequências das acções do Banco sobre o meio ambiente, os seus parceiros de negócio e o meio em que estão inseridos.

9.2. Responsabilidade Social a Nível Interno

Em 2015 foi criado o **Clube Moza** com objectivo de ser um elemento agregador de convivência social dos colaboradores Moza e suas famílias, assim como de melhorar a qualidade de vida e apostar no desenvolvimento de espírito solidário e de cidadania.

Durante o ano 2015 foram realizadas diversas actividades, destacando-se: *Team Building*; Desporto; Dança; Programa de educação postural, Campanhas (emissão de bilhete de identidade); entre outros.

Team Building Outdoor

O Clube Moza apostou na ferramenta “*team building*” como forma de acção de diversão motivacional que abrange pontos como entusiasmo, autoconhecimento – permitindo que os participantes explorassem situações de força, autoconfiança e superação – e também oferecer oportunidades para que os colaboradores, descontraidamente, conheçam-se um pouco mais enquanto parceiros de trabalho.

Adoptamos dois jogos (“*Know your partner*” e **Caça ao Tesouro**) transportados para o universo corporativo com vista a proporcionar uma vivência marcante, com alto grau de comprometimento e que permite valorizar diversos

elementos e competências necessárias para o ambiente de trabalho: INTEGRAÇÃO, SUPERAÇÃO, MOTIVAÇÃO, ESTRATÉGIA, FOCO, além de diversão.

Com este programa conseguimos elevar o nível motivacional dos colaboradores e reforçar maior coesão das equipas, dinâmica de grupo e maior interacção.

Desporto

Em 2015 movimentamos em eventos desportivos um total de 224 colaboradores quer em femininos quer em masculinos, em 4 modalidades, nomeadamente, o Futebol de Praia, Basquetebol, Futsal, Vólei de Praia, em Maputo, Ressano Garcia, Xai-Xai, Maxixe, Beira, Tete, Jindal, Matema, Nampula, Quelimane e Pemba.

De referir que o Moza sagrou-se campeão na modalidade de Futsal em Maputo e ocupou posições de relevo nas tabelas classificativas em cada uma das províncias, facto

que estimulou a ideia de que os nossos colaboradores têm uma ferramenta de lazer e de saúde para desfrutar nos seus tempos livres.

Dança

Em 2015 promovemos Workshop Kizomba, com o objectivo de sensibilizar os colaboradores sobre a importância do movimento na saúde e bem-estar do corpo, oferecendo uma possibilidade de actividade física como a dança.

Esta iniciativa tem vindo a proporcionar lazer, diversão, aprendizado e integração dos nossos colaboradores. A dança é uma ferramenta que contribui para a estabilidade social e emocional do colaborador.

Programa de Educação Postural (PEP)

Em 2015 promovemos o PEP, um Programa ligado à saúde e bem-estar do colaborador, que reeduca a postura corporal, facto que pode contribuir na prevenção dos distúrbios osteomusculares relacionados com o trabalho.

Por outro lado, o programa ajuda a aumentar a produtividade, a motivação e a disposição para o trabalho. Com este programa procuramos reduzir os factores de risco, para além de melhorar o sistema cardiorrespiratório, a resistência muscular localizada, a flexibilidade articular, a qualidade do sono e também a auto-estima.

Campanhas

Ao longo de 2015 estivemos envolvidos em duas campanhas: Operação Bilhete de identidade (B.I) e a campanha ajude-nos a Ajudar.

Operação BI: Esta operação tem em vista facilitar os colaboradores, seus cônjuges e filhos na renovação, aquisição e modificação do Bilhete de Identidade. Foram emitidos no total, 398 Bilhetes de Identidade, dos quais 362 de colaboradores e 36 de cônjuges e dependentes dos colaboradores.

Ajude-nos a Ajudar: Em 2015 promovemos a campanha Ajuda-nos a Ajudar no quadro da celebração do dia 16 de Junho, (dia do Moza e da criança africana) em simultâneo nas 3 direcções regionais comerciais do Banco, nomeadamente, Sul, Centro e Norte com o objectivo de estimular os colaboradores a desenvolver o espírito de solidariedade e transmitir a esperança para as crianças vivendo em orfanatos ou em situações de emergência, doando bens a seu favor.

Na zona Sul foi angariado e distribuído diverso material escolar, livros, roupas, etc., para cerca de 236 crianças que vivem no bairro Ndambine-Povoado de Chinjiguir, Distrito de Homóine, tendo a Agência da Maxixe, liderado o processo de entrega na Escola Primária Completa de Chinjiguir.

Na zona Norte foi angariado e distribuído diversos géneros alimentícios, vestuários, produtos de higiene, utensílios para cozinha e refeitório, material escolar, didáctico e de terapia ocupacional para crianças desfavorecidas na Cidade de Pemba, província de Cabo Delgado beneficiando um total de 110 crianças, das quais 3 apresentam deficiência de locomoção.

Lazer

Em 2015 pela primeira vez, o Moza promoveu uma visita colectiva ao MUSEU dos CFM seguido de um passeio de comboio privado até a estação de Marracuene, com o objectivo de proporcionar um dia diferente em que os colaboradores pudessem passar junto de suas famílias, explorando oportunidade de conhecimento e aproximação o que permite a estabilidade emocional do colaborador. Participaram da iniciativa 286 colaboradores entre cônjuges e filhos.

PARCERIAS E PROTOCOLOS

Ginásio Physical

Estabelecemos uma parceria com o Physical, Lda, uma empresa que dispõe das melhores condições para a prática de ginástica e de cultura física. Desta parceria, os nossos colaboradores beneficiam-se de 20% de desconto no acesso aos serviços multidisciplinares oferecidos pelo parceiro.

Disponibilizamos uma campanha com 500 convites para acesso ao Physical de forma gratuita aos nossos colaboradores para que possam praticar a Sauna e outras actividades como a dança, ginástica, ciclismo indoor, aeróbica, etc.

Ginásio LC - Beira

Estabelecemos uma parceria com este ginásio sediado na cidade da Beira e dispõe igualmente das melhores condições para a prática de ginástica, musculação, aeróbica e dança.

9.3. Responsabilidade Social a Nível Externo

Durante o ano de 2015 foram realizados vários eventos e iniciativas de responsabilidade social alinhados com a política do Moza. Das iniciativas realizadas, destacam-se as seguintes:

Moza Challenge

Este é um programa de Simulação efectuado em estabelecimentos de ensino secundário seleccionados sobre escolhas, felicidade e literacia financeira. A consciência de se ter a vida nas mãos é o principal objectivo desta actividade através da qual os participantes são confrontados com várias decisões e com as suas respectivas consequências. Escolhem o trabalho que têm, o nível de educação, consumo, endividamento, o grau de risco profissional, e muitas outras variáveis, sempre num ambiente dinâmico. O jogo é regulado por duas variáveis principais: tempo e dinheiro.

Minuto Moza

Enquadrado no amplo programa de Literacia financeira e educação, o Moza reforça em 2015 a transmissão do programa televisivo “Minuto Moza”, programa que visa formar, educar e comunicar conceitos financeiros básicos, para que os cidadãos possam tomar decisões económicas e financeiras fundamentadas, sensatas e estáveis, que contribuam para a sua qualidade de vida.

Promoção da Poupança

Enquadrado nas comemorações do Dia Mundial da Poupança, o Moza levou a cabo junto de escolas ao longo do país, uma campanha de educação financeira voltada para a promoção da poupança. A campanha, parte do programa de literacia financeira do Moza, compreendeu um conjunto de actividades tais como a capacitação de professores em matérias de poupança, a formação de alunos em sala de aula, bem como a realização de palestras e concursos sobre a Importância da Poupança junto nas escolas abrangidas. Os principais objectivos eram os de sensibilizar as crianças e jovens estudantes sobre a importância da Poupança, elucidá-los sobre as diferentes formas de fazer poupança e promover a literacia financeira nesta faixa etária.

Reabilitação da Escola “A Luta Continua”

Moza no âmbito da sua iniciativa de Responsabilidade Social patrocinou as obras de reabilitação e pintura da Escola Primária Completa “A Luta Continua” em Maputo, numa iniciativa que contou ainda com o apoio de seus parceiros, nomeadamente: a Casais Lda, a DSP Plascom Lda, a IEN Moçambique Lda e a Gavedra Moçambique Lda.

Premiação “Melhores Estudantes”

Moza premiou os melhores estudantes dos cursos de Contabilidade e Auditoria, Gestão Financeira e bancária, economia Monetária e Seguros no Instituto Superior de Tecnologias e Gestão (Maputo) e Ciências e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades e faculdade de Ciências agrárias na Unizambeze (Beira) e do Instituto Superior Politécnica de Manica.

Adesão ao Clube dos Amigos da Educação

O Moza aderiu ao Clube dos Amigos da Educação, uma plataforma coordenada e criada pelo Ministério

de Educação e Desenvolvimento Humano para promover uma participação activa, transparente e democrática da sociedade na gestão da educação. O principal objectivo é, através de uma acção concertada com diversos parceiros, contribuir para a melhoria da qualidade da educação e formação ao longo da vida, valorizando a inclusão, a cooperação, a criatividade e o empreendedorismo, promovendo o desenvolvimento integral do homem através da ligação escola-sociedade educativa.

PATROCÍNIOS

Colecção Crescente

A Associação Kulungwana inaugurou em Abril de 2015 a Galeria “Sala de Espera”, na Estação Central dos Caminhos de Ferro em Maputo, a exposição colectiva “COLECÇÃO CRESCENTE 2015”, que conta com o apoio do Moza no âmbito da sua aposta na promoção da arte e cultura nacionais. A exposição contou com a participação de cerca de 77 Artistas nacionais, entre estabelecidos e emergentes, onde os participantes apresentaram as suas obras, trabalhadas de forma totalmente livre e criativa, explorando os vários estilos, usando painéis de madeira prensada (MDF) de 18x18cm. Através deste Projecto, o Moza e a Associação Kulungwana pretende abrir novos espaços para que os artistas moçambicanos desenvolvam os seus conceitos, estimulando não só o fazer artístico, mas também a ampliação das oportunidades de produção e de disseminação dos valores culturais nacionais nas suas diferentes técnicas artísticas.

Projecto Xiquitsi

O Moza apoia o projecto Xiquitsi que é um dos projectos administrados pela Kulungwana, que visa a integração e inserção social bem como capacitação profissional por intermédio do ensino colectivo de Música, iniciando desta maneira a formação daquela que será a primeira Orquestra Juvenil de Música Clássica em Moçambique. Anualmente a Kulungwana organiza oito edições do Festival Internacional de Música de Maputo. Os Eventos contam com a participação de diversos artistas Nacionais e internacionais permitindo um intercâmbio importante e criando a oportunidade para o público jovem em particular, conhecer de perto um género musical e instrumentos menos divulgados em Moçambique.

Apoio ao Desporto

O Moza patrocinou a Selecção Nacional de Judo, nos escalões de Cadetes e Juniores, na sua deslocação a “Sharm El Sheik” – Egipto – onde participou no Campeonato Africano da modalidade. Na competição a equipa nacional conquistou três medalhas de bronze na especialidade individual. Ainda no âmbito do apoio ao Desporto e promoção da saúde e bem-estar, o Moza patrocinou a **Taça dos Combatentes** promovida pelo Esposo da Governadora da Província de Gaza, bem como a **Meia-Maratona Marechal Samora Machel**, levada a cabo pela academia Militar Samora Machel, em Nampula, e que contou com participantes civis e militares de ambos os sexos.





10.

Referências
e Proposta
de Aplicação
de Resultados

10.1. Referências e Agradecimentos

O Conselho de Administração do Moza manifesta o seu reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que têm contribuído para o crescimento do Moza e para a sua afirmação no mercado nacional, em especial:

- > Aos nossos clientes, pela preferência e pela confiança depositada no projecto "Moza";
- > Aos nossos fornecedores, pela disponibilidade e compreensão manifestada;
- > Às autoridades de supervisão e governamentais, por todo o seu apoio e cooperação;
- > À mesa da Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal, pela colaboração manifestada ao longo do exercício;
- > Aos accionistas, pela confiança manifestada no futuro do Moza;
- > Aos membros dos órgãos Sociais que cessaram as suas funções no decurso do ano de 2015;
- > Aos colaboradores em geral, pela lealdade, profissionalismo, dedicação empregue em prol do projecto Moza.

10.2. Proposta de Aplicação de Resultados

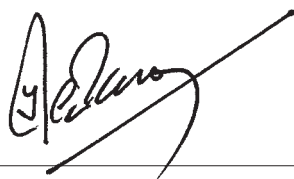
O exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2015, originou resultados positivos, após impostos, no valor de 81.741.543 MZN, considerando tal facto assim como as disposições legais e estatutárias relativas à constituição de reservas, vem desta forma a gestão propor a seguinte distribuição e aplicação do resultado do exercício:

- > 15% do resultado do exercício, correspondente a 12.261.231 MZN, serão transferidos para as reservas legais;
- > 85% do resultado do exercício, correspondentes a 69.480.312 MZN, transferidos para resultados transitados.

Assim, e após aplicação de resultados acima proposta, a estrutura do capital próprio será a seguinte:

	Saldo a 31 Dez 2015 (antes de aplicação proposta)	Reserva legal	Dividendos	Proposta Resultados acumulados	Saldo a 31 Dez 2015 (após aplicação proposta)
Capital	2.129.192.000				2.129.192.000
Reserva legal	49.287.168	12.261.231			61.548.399
Reservas estatutárias	(4.167.307)				(4.167.307)
Resultados do exercício anterior	184.848.656			69.480.312	254.328.968
Resultados do exercício	81.741.543	(12.261.231)		(69.480.312)	0
	2.440.902.060				2.440.902.060

Maputo, ao 19 de Fevereiro de 2016



Ibraimo Ibraimo
Presidente da Comissão Executiva



Prakash Ratilal
Presidente do Conselho de Administração





11.

Demonstrações
Financeiras e
Respectivas
Notas

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores do Banco são responsáveis pela preparação e apresentação adequadas das demonstrações financeiras anuais do Moza Banco, SA, que compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro.

Ao preparar as demonstrações financeiras do Banco, os Administradores são responsáveis pela:

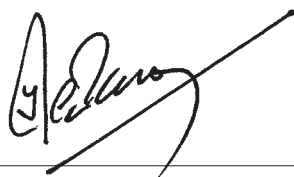
- > Concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erros;
- > Selecção de políticas contabilísticas adequadas e aplicação de forma consistente; e
- > Apuramento de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis e prudentes.

Os Administradores são igualmente responsáveis pela manutenção de registos contabilísticos adequados e de um sistema de gestão de risco eficaz.

Os Administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade do Banco poder continuar a operar segundo esse princípio no futuro próximo.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

As demonstrações financeiras anuais do Moza Banco, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de Fevereiro de 2016 e foram assinadas em seu nome por:



Ibraimo Ibraimo
Presidente da Comissão Executiva



Prakash Ratilal
Presidente do Conselho de Administração

11.1.

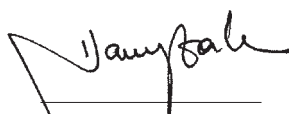
Demonstrações Financeiras
e Respectivas Notas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares	4	2.588.062	2.003.923
Juros e gastos similares	4	(1.862.806)	(1.224.836)
Margem financeira	4	725.255	779.087
Rendimentos de serviços e comissões	5	503.783	367.526
Encargos com serviços e comissões	5	(72.047)	(26.223)
Serviços e comissões líquidas	5	431.735	341.303
Operações financeiras líquidas	6	1.350.369	669.121
Rendimentos operacionais		2.507.359	1.789.511
Imparidade líquida do exercício	16	(276.266)	(145.491)
Rendimentos operacionais líquidos		2.231.093	1.644.019
Gastos com pessoal	7	(886.995)	(621.620)
Depreciações e amortizações	19,20	(321.838)	(194.669)
Outros gastos operacionais	8	(976.485)	(675.747)
Outros ganhos operacionais	8	44.903	27.368
Lucro antes de imposto		90.678	179.351
Imposto corrente	9	-	(15.157)
Imposto diferido	9	(8.937)	(11.250)
Lucro do exercício		81.741	152.944
Ganhos por acção			
Básicos	10	1,34	2,62
Diluídos	10	1,34	2,62

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INTEGRAL

	Notas	2015	2014
Lucro do exercício		81.741	152.944
Outros resultados integrais para serem reclassificados em rendimentos em períodos subsequentes			
Activos financeiros disponíveis para venda	15	13.946	(42.959)
Impostos sobre o rendimento	9	(2.231)	6.913
Demonstração do rendimento integral, líquido de impostos		93.456	116.899



David Zavale
Técnico de Contas



Ibraimo Ibraimo
Presidente da Comissão Executiva

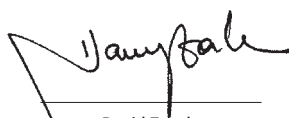


Prakash Ratilal
Presidente do Conselho de Administração

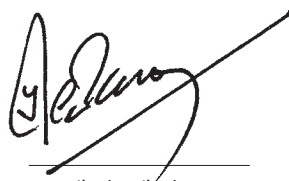
Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Notas	2015	2014
Activo			
Caixa e disponibilidades em Banco Central	11	2.891.637	1.706.271
Disponibilidades sobre instituições de crédito	12	479.149	961.467
Aplicações em instituições de crédito	13	1.868.335	2.649.495
Activos financeiros detidos para negociação	14	1.667.475	776.868
Activos financeiros disponíveis para venda	15	2.513.524	1.413.516
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16	17.937.497	13.649.852
Outros activos	17	1.492.487	215.010
Activos não correntes detidos para venda	18	295.951	149.244
Activos tangíveis	19	1.410.092	1.075.527
Activos intangíveis	20	612.929	435.268
Activos por impostos correntes	21	100.550	64.789
Activos por impostos diferidos	9	98.994	3.072
Total do activo		31.368.621	23.100.379
Passivo			
Recursos de instituições de crédito	22	2.063.618	2.175.616
Depósitos e contas correntes	23	24.734.711	16.914.452
Recursos consignados	24	403.393	205.179
Outros passivos	25	188.396	413.085
Empréstimos obrigacionistas	26	1.409.693	1.272.975
Passivos por impostos diferidos	9	127.908	20.818
Total do passivo		28.927.720	21.002.126
Capital Próprio			
Capital social	27	2.129.192	1.880.000
Reserva de justo valor	15	(4.167)	(15.882)
Reserva legal	28	49.287	26.346
Resultados transitados		184.849	54.846
Resultado líquido do exercício		81.741	152.944
Total do capital próprio		2.440.902	2.098.253
Total do capital próprio e passivo		31.368.621	23.100.379



David Zavale
Técnico de Contas



Ibraimo Ibraimo
Presidente da Comissão Executiva

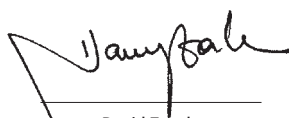


Prakash Ratilal
Presidente do Conselho de Administração


Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social	Reserva legal	Reserva de justo valor	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
	(nota 27)	(nota 28)	(nota 15)			
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	1.250.000	23.008	20.164	35.932	22.252	1.351.355
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	3.338	-	18.914	(22.252)	-
Aumento do capital social	630.000	-	-	-	-	630.000
Justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda (nota 15)	-	-	(42.959)	-	-	(42.959)
Impostos diferidos (Nota 9)	-	-	6.913	-	-	6.913
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	152.944	152.944
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	1.880.000	26.346	(15.881)	54.846	152.944	2.098.254
Aumento do capital social	249.192	-	-	-	-	249.192
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	22.942	-	130.003	(152.944)	-
Justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda (nota 15)	-	-	13.946	-	-	13.946
Impostos diferidos (nota 9)	-	-	(2.231)	-	-	(2.231)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	81.741	81.741
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	2.129.192	49.287	(4.167)	184.849	81.741	2.440.901



David Zavale
Técnico de Contas



Ibraimo Ibraimo
Presidente da Comissão Executiva



Prakash Ratilal
Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2015	2014
Actividades operacionais		
Resultado antes de imposto	90.678	179.352
Ajustamentos de:		
Depreciações e amortizações	321.838	194.669
Perdas por imparidade de crédito	276.266	145.491
(Ganhos)/Perdas em activos financeiros detidos para negociação	(375.913)	(9.303)
Acréscimos de juros	(4.590)	-
(Ganhos)/Perdas na alienação de activos tangíveis	(465)	(3)
Variação de activos operacionais	(7.891.498)	(6.915.231)
Variação de passivos operacionais	7.590.662	7.209.648
Diferenças cambiais não realizadas	(252.512)	-
Impostos sobre o rendimento	(8.937)	(26.408)
Cash flow gerado / (usado) das actividades operacionais	(254.470)	778.215
Actividades de investimento		
Aquisição de activos tangíveis	(530.470)	(466.937)
Alienação de activos tangíveis	6.394	459
Aquisição de activos intangíveis	(291.113)	(244.358)
Alienação de activos intangíveis	4.909	-
Aquisição de activos financeiros disponíveis para venda	(1.511.687)	3.880
Reembolsos de activos financeiros disponíveis para venda	700.217	-
Cash flow usado nas actividades de investimento	(1.621.750)	(706.956)
Actividades de financiamento		
Aumento do capital social	249.192	630.000
Recursos consignados	198.214	205.179
Emissão obrigacionista	388.620	323.759
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(251.901)	-
Cash flow gerado nas actividades de financiamento	584.125	1.158.939
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1.292.096)	1.230.198
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.103.662	2.873.463
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.811.566	4.103.662

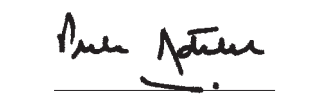
Caixa e equivalentes de caixa apresentam-se como se segue:

	2015	2014
Caixa e disponibilidades em Banco Central	2.891.637	1.706.271
Reservas junto do Banco Central	(2.427.557)	(1.213.572)
Disponibilidades sobre instituições de crédito	479.149	961.467
Aplicações em instituições de crédito	1.868.335	2.649.495
	2.811.565	4.103.662

A redução dos fluxos de caixa das actividades operacionais refere-se ao aumento da constituição de reservas obrigatórias deliberado pelo Banco de Moçambique, passando de um rácio de 8,0% para 10,5%, de acordo com o Aviso n.º 12/GBM/2015, de 07 de Dezembro de 2015.


David Zavale
Técnico de Contas


Ibraimo Ibraimo
Presidente da Comissão Executiva


Prakash Ratilal
Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

O Moza Banco, S.A. (doravante designado como Moza Banco ou Banco) é um banco privado comercial, criado em 2007, com sede social em Maputo, subsidiária da Moçambique Capitais, S.A. e associada do Novo Banco Africa S.G.P.S, S.A. (banco português).

O Moza Banco rege a sua actividade pelos seus estatutos e toda a legislação aplicável ao sector financeiro em Moçambique.

Moza Banco presta serviços bancários ao longo de todo o país, com base numa rede de 45 agências (4.ª maior rede de agências no sistema bancário moçambicano), oferecendo produtos e serviços para uma ampla gama de clientes Empresariais, Individuais e de Retalho.

1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras em referência a 31 de Dezembro de 2015, encontram-se em conformidade com as disposições de relato financeiro definidas pelo Banco de Moçambique, e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB").

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio do custo histórico, modificada pela aplicação do justo valor quando especificamente indicado nas políticas contabilísticas.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer a utilização de julgamentos, estimativas e pressupostos de aplicação de determinadas políticas contabilísticas fundamentais. Além disso, exige também que a Administração intervenha criticamente no que diz respeito à aplicação das políticas contabilísticas do Banco. As notas às demonstrações financeiras incluem as áreas que envolvem um maior grau de complexidade, e as áreas em que os pressupostos e estimativas tenham um impacto significativo para o Banco. As presentes demonstrações financeiras são expressas em milhares de Meticais e são idênticas às que foram preparadas pelo Banco a partir dos seus registos contabilísticos e aprovadas pelo seu Conselho de Administração e pela Assembleia-Geral de Accionistas.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de Fevereiro de 2016 e serão submetidas à aprovação da Assembleia-Geral de Accionistas na mesma data.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias e com uma base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. As principais estimativas e julgamentos contabilísticos são analisados como segue:

Princípio da continuidade

A Administração do Banco efectuou uma avaliação sobre o princípio da continuidade, estando satisfeita com os resultados obtidos em resultado de ter os recursos necessários para a prossecução da actividade num futuro mais próximo. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de eventuais incertezas materiais que possam colocar em causa o princípio da continuidade do Banco. Consequentemente, as demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações do Banco.

Perdas por imparidade em crédito

O Banco avalia os valores que dizem respeito a crédito vivo e mal parado periodicamente, a fim de determinar se uma perda por imparidade deverá ser ou não reconhecida. Em particular, a Administração utiliza estimativas do valor recuperável do activo no cálculo dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros ao determinar o nível da perda potencial. Tais estimativas são baseadas na experiência passada e pressupostos de um número de factores, podendo conduzir a alteração de resultados actuais, resultando em alterações futuras dos montantes criados para fazer face a perdas efectivas.

Para além da imparidade específica para cobrir o risco relacionado com os créditos com prova objectiva de existir imparidade, o Banco determina uma imparidade numa base colectiva para os créditos para os quais embora não tenha sido identificada uma necessidade específica de reconhecer a perda por imparidade, possuem um nível de risco mais elevado em relação ao assumido no momento da concessão do crédito. Para o efeito, toma em consideração factores como a qualidade de crédito que é dada pelo rácio médio dos últimos três anos, entre o crédito em imparidade com o total da carteira, suportada em modelos estatísticos, internacionalmente aplicados e devidamente adaptados à realidade do Banco.

O Banco considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito.

Justo valor de instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do método dos cash flows descontados. Os dados de base a estes modelos são calculados com base na informação disponível de mercados, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

- > **Nível 1** – Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;
- > **Nível 2** – Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como preços), ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados como utilização de preços em mercados cotados em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos

os insumos sejam directamente ou indirectamente observáveis a partir de dados de mercado;

- > **Nível 3** – Técnicas de valorização utilizando *inputs* não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui *inputs* não baseados em dados não observáveis e os *inputs* não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos são baseados em preços de mercados cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e *inputs* utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes de tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relatório, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de Contribuição Industrial, IRPS (Impostos sobre singulares), IRPC (Imposto sobre Empresas) e IVA.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito.

1.3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios, sendo descritas como segue:

a) Transacções em moeda estrangeira (NIC 21)

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Meticais, sendo a moeda funcional do Banco e moeda de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média à data de balanço, as diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas

em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros e pagamentos efectivos durante o ano, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas nos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2015	2014
Dólar Norte-Americano	45,90	33,60
Euro	50,04	40,84
Rand Sul Africano	2,95	2,90

b) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente (NIC 32 e NIC 39)

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Banco o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os 'inputs' se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

c) Instrumentos Financeiros – classificação (NIC 39)

A classificação dos activos financeiros depende do objectivo

para o qual foi adquirido bem como as suas características. Compete à Administração definir a classificação e reconhecimento inicial.

O Banco classifica os seus activos financeiros de acordo com as seguintes categorias: instrumentos financeiros detidos para negociação, activos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber.

i) Instrumentos financeiros detidos para negociação

Os instrumentos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na posição financeira ao justo valor. As variações de justo valor são reconhecidas na demonstração dos resultados. Os juros e dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os termos do contrato, ou quando o direito ao pagamento tiver sido estabelecido.

Estão incluídas nesta classificação obrigações e acções que foram adquiridas com o objecto principal de alienação o curto prazo.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um activo financeiro disponível para venda é reconhecido directamente no capital próprio até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através dos lucros ou prejuízos.

iii) Activos financeiros detidos até à maturidade

Activos financeiros detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método do juro efectivo, e são deduzidos de perdas de imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em "juros e rendimentos similares" na demonstração de resultados.

Se o Banco vender ou reclassificar uma parte maior que insignificante de um investimento detido até à maturidade antes da sua maturidade (que não em circunstâncias específicas), toda a categoria é reclassificada para disponíveis para venda. Quando tais circunstâncias se verificarem, o Banco não deverá classificar investimentos detidos até à maturidade

durante os dois anos seguintes. O Banco não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

iv) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo. Resultam quando o Banco concede crédito, bens ou serviços, directamente ao devedor, com nenhuma intenção de negociar o recebimento.

Após a mensuração inicial, os empréstimos e contas a receber são mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efectiva, menos provisão para perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização é incluída em "juros e rendimentos similares" na demonstração de resultados. As perdas decorrentes de imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Banco classifica os seus passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias: Empréstimos e contas a pagar e passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

i) Passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Os passivos financeiros detidos para negociação são adquiridos com o objectivo de alienação num futuro próximo. Esta categoria também inclui os instrumentos financeiros derivados que não estejam designados como instrumentos de cobertura pela NIC 39. Derivados embutidos estão também classificados na categoria de detidos para negociação caso não estejam designados como instrumentos de cobertura.

Os ganhos e perdas de detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros classificados ao justo valor por via dos resultados são registados na data de reconhecimento inicial, apenas se o critério da NIC 39 for cumprido. O Banco não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

ii) Empréstimos e contas a pagar

Esta é a categoria mais relevante para o Banco. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos bem como ao longo do processo de amortização com base na taxa de juro efectiva.

O custo amortizado é calculado de acordo com o desconto ou prémio de aquisição e as comissões ou gastos que fazem parte do método de taxa de juro efectivo. O juro efectivo está incluído como um gasto financeiro na demonstração dos resultados.

d) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros (NIC 32 e NIC 39)

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando:

- > Expira o direito contratual a receber fluxos de caixa; e
- > O Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Quando o Banco procede à transferência dos seus direitos em receber dinheiro de um activo, ou celebrou um acordo de cedência de crédito, avalia se e em que extensão ficou com algum risco e benefício associado à sua retenção. Quando não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo, o activo é reconhecido na extensão em que o Banco continue envolvido com o activo. Neste caso, o Banco também reconhecerá um passivo associado. O activo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflecta os direitos e benefícios associados à detenção do Banco.

A anulação dos passivos financeiros é efectuada quando:

- > A obrigação sob a responsabilidade financeira deixar de existir ou um passivo financeiro for substituído, para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, sendo que, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e o reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida em resultados.

e) Determinação do custo amortizado (NIC 39)

O “custo amortizado” de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

f) Determinação do justo valor (NIRF 13)

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data da posição financeira. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- > No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- > Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco.

O justo valor do activo ou do passivo é mensurado através dos pressupostos que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade que um participante tem no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo no seu pleno e melhor uso ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar no seu pleno ou melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontra-se reconhecido de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseada no mais baixo nível de *inputs* para a mensuração do justo valor:

- > **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração
- > **Nível 2** – Justo valor determinado com base em *inputs* de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente.
- > **Nível 3** – Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em *inputs* que não são baseados em informação observável em mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de *input* para a mensuração do justo valor).

g) Imparidade de activos financeiros (NIC 32 e 39)

O Banco avalia, a cada data de balanço se há qualquer prova objectiva de que um activo financeiro ou uma carteira de activos financeiros esteja em imparidade. Após o reconhecimento inicial, um activo financeiro, ou uma carteira de activos financeiros, poderão ser considerados em imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros. A evidência de imparidade pode incluir diversos indicadores, tais como a exposição de cada cliente ao crédito vencido, evidência de dificuldades financeiras por parte do cliente e da sua capacidade de fazer face a obrigações futuras, e o património do cliente encontrar-se em situação de liquidação ou falência.

i) Activos financeiros disponíveis para venda

Um activo classificado nesta categoria encontra-se em imparidade quando um declínio significativo no justo valor de um activo financeiro se verifique durante um período prolongado. O conceito “significativo” é avaliado de acordo com o custo de aquisição, enquanto o conceito “prolongado” se avalia pelo período de tempo que o seu justo valor é inferior ao custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas por imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados), é transferida de reservas e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados.

As perdas por imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, quando reverterem, são registadas por contrapartida de reservas.

ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes

Para os empréstimos e adiantamentos a clientes que se encontram valorizados ao custo amortizado, o Banco avalia individualmente as provas objectivas de imparidade para activos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou colectivamente para activos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Banco determinar que não existe prova objectiva de imparidade de um activo financeiro avaliado individualmente, quer este seja significativo ou não, o Banco inclui este activo numa carteira de activos financeiros com características semelhantes ao risco de crédito, e avalia-os colectivamente quanto à imparidade.

Se existirem provas objectivas de perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos a clientes, ou em investimentos detidos até à maturidade, que sejam mensuráveis pelo custo amortizado, as perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas na demonstração de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no Balanço Líquido das perdas acumuladas de imparidade.

Os valores presentes dos fluxos de caixa futuros estimados são descontados à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juro variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda é a actual taxa de juro efectiva. O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos da obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Segundo o estabelecido pela NIC 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em activos financeiros:

- > Incumprimento de cláusulas contratuais, como atrasos no pagamento de juros ou capital;
- > Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- > Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de créditos;
- > Dificuldades financeiras significativas do devedor em dívida;
- > Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor de dívida;
- > Diminuição competitiva da posição do devedor; e
- > Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será cobrado na totalidade.

Para a finalidade de uma avaliação colectiva da imparidade, os activos financeiros são agrupados de acordo com as características de risco de crédito semelhantes que são indicativas da capacidade do devedor para pagar as quantias devidas de acordo

com os termos contratuais. A imparidade colectiva do Banco tem em consideração qualidade média do crédito durante os últimos dois anos. O Banco toma em consideração a qualidade do crédito que é dada pelo rácio entre o crédito vencido e a carteira total.

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas tendo em consideração a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível de perdas históricas e o período estimado entre a ocorrência e a sua identificação. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas e o nível actual de perdas.

As estimativas de alterações nos fluxos de caixa futuros reflectem e são direccionalmente consistentes com as alterações nos dados observáveis relacionados de ano para ano (tais como mudanças nas taxas de desemprego, os preços dos imóveis, preços de *commodities*, status de pagamento ou outros factores que são indicativos de perdas incorridas no grupo e a sua magnitude). A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

iii) Investimentos detidos até à maturidade

Para os activos detidos até à maturidade, o Banco avalia individualmente se existe evidência de perdas por imparidade. Se existe prova objectiva que essa perda tenha ocorrido, o valor é mensurado como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados. A quantia escriturada do activo é reduzida e o valor da perda é reconhecido na demonstração de resultados.

Se, no ano subsequente, o montante da perda estimada diminuir, devido a um qualquer evento após a perda por imparidade ter sido reconhecida, os valores são revertidos e creditados na demonstração de resultados.

iv) Empréstimos renegociados

Sempre que possível, o Banco procura renegociar os empréstimos em vez de exercer a opção sobre o colateral. Isto significa que pode existir um alargamento no prazo de liquidação do empréstimo. Uma vez renegociado o empréstimo, o mesmo não é considerado vencido. A Administração do Banco está a rever continuamente a questão da renegociação dos empréstimos, a fim de evitar que os mesmos sejam considerados vencidos. Os empréstimos continuam a ser alvo de avaliação individual ou colectiva de perdas por imparidade sendo calculados de acordo com a taxa de juro efectiva original.

v) Avaliação dos colaterais

O Banco procura utilizar colaterais, sempre que possível, para mitigar o risco nas demonstrações financeiras. Os colaterais apresentam-se de diversas formas, tais como depósitos à ordem, carteiras de títulos, cartas de crédito/garantias, hipotecas, recebimentos, inventários, outros activos não financeiros e avales. O justo valor do colateral é determinado, no mínimo, no início e com base no cronograma de relatórios trimestrais do Banco, no entanto, algumas garantias, por exemplo, depósitos

à ordem ou títulos relativos aos requisitos de margem, são avaliados diariamente.

Sempre que possível, o Banco utiliza dados activos do mercado para avaliar os activos financeiros detidos como garantias. Outros activos financeiros que não têm um valor de mercado activo são avaliados por via de modelos de avaliação. Garantias não financeiras, como hipotecas, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, tais como correctores de hipotecas, os índices de preços da habitação, as demonstrações financeiras auditadas, e outras fontes independentes.

vi) Colaterais readquiridos

A política do Banco é determinar se é preferível proceder à utilização interna de um activo readquirido ou se este deve ser alienado.

Os activos cuja decisão seja a utilização interna são transferidos para a respectiva categoria de activo ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o valor original. Os activos cuja decisão seja a alienação são transferidos para activos não correntes detidos para venda e mensurados ao justo valor menos os custos de venda à data da reintegração, de acordo com a política do Banco.

h) Compensação de instrumentos financeiros (NIC 32 e NIC 39)

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido na posição financeira, se apenas existir um direito jurídico vinculativo que obrigue as entidades a reconhecer os valores e se existe intenção de compensar numa base líquida, ou de realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

i) Garantias financeiras (NIC 37)

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias e avales. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (em 'Outros passivos') ao justo valor, sendo o prémio recebido.

Em termos de mensuração subsequente, a responsabilidade do Banco relativa a cada garantia é mensurada ao valor mais alto entre o montante inicialmente reconhecido menos amortizações acumuladas reconhecidas na demonstração de resultados e a melhor estimativa da despesa necessária para regularizar qualquer obrigação que possa decorrer em resultado da garantia.

Qualquer aumento no valor do passivo relativo à garantia financeira é reconhecido na demonstração de resultados em Gastos com perdas em créditos. O prémio recebido é reconhecido na demonstração de resultados em 'Rendimento líquido de taxas e comissões' numa base da vida útil da garantia.

j) Reconhecimento de réditos e gastos (NIC 18)

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento do rédito obedece aos seguintes critérios por rubrica:

i) Juros, rendimentos e gastos similares

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e juros dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, o juro ou o gasto é registado com base na taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros

estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para a quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

Uma vez que o activo financeiro ou grupo de activos financeiros tenha sido reduzido como resultado de uma perda por imparidade, o rendimento do juro é daí em diante reconhecido usando a taxa de juro utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para efeitos de quantificação da perda por imparidade.

ii) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através de uma diversificada rede de serviços que presta aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

> Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

São obtidas à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período em que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão das Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

> Comissões cobradas pela prestação de serviços

Resultam da prestação de serviços, sendo o seu reconhecimento efectuado quando o serviço está concluído.

iii) Rendimento líquido em operações financeiras

O rendimento líquido em operações financeiras inclui ganhos e perdas das transacções em moeda estrangeira e operações de conversão dos itens monetários denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, o Banco procede ao reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor de activos financeiros detidos para negociação.

iv) Instrumentos financeiros derivados

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao justo valor na data em que um contrato de derivados é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu justo valor. Os valores justos são obtidos com base em preços cotados em mercados activos, incluindo transacções de mercado recentes e técnicas de avaliações, incluindo modelos de fluxo de caixa descontado, conforme o caso. Todos os derivados são contabilizados como activos quando o justo valor é positivo e como passivos quando o justo valor for negativo.

k) Caixa e equivalentes de caixa (NIC 32 e NIC 39)

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

l) Activos não correntes detidos para venda (NIRF 5)

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor na posição financeira seja essencialmente recuperado através da venda e que a mesma seja considerada altamente provável. Para que um activo (ou grupo de alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

1. A probabilidade de venda seja elevada;
2. O activo esteja disponível para venda no seu estado actual; e
3. Deverá existir expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nessa rubrica.

Os activos registados nessa rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o seu justo valor, deduzidos do custo a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas.

A Administração compromete-se a desenvolver todos os esforços tendentes a que a sua alienação se verifique no máximo um ano após a sua classificação nesta categoria.

Os imóveis não são depreciados quando são classificados na categoria de activos não correntes detidos para venda.

m) Activos tangíveis (NIC 16)

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Edifícios arrendados	10
Equipamentos	10
Outros	4—5

O Banco efectua regularmente a análise da adequabilidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil esperada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.

As despesas em edifícios arrendados são depreciadas em prazo compatível com a sua utilidade esperada no contrato de arrendamento.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido dos activos exceda

o valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados. O Banco procede à reversão das perdas por imparidade caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em “outros rendimentos operacionais” ou “outros gastos operacionais” na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

n) Activos intangíveis (NIC 38)

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças). O software adquirido pelo Banco é registado ao custo menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o Banco consegue demonstrar que a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 5 anos.

o) Imparidade de activos não financeiros (NIC 36)

O Banco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estimativa o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

A cada data de relato, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

A reversão da imparidade está limitada ao valor da quantia recuperável do activo, sendo revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

p) Impostos (NIC 12)

i) Impostos correntes

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou

a recuperar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data da posição financeira entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- > Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- > No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data da posição financeira.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

q) Contratos de locação (NIC 17)

A determinação de um acordo é ou contém operações de locação baseia-se na substância do acordo em relação a data de início e obriga a uma avaliação sobre se o cumprimento do acordo depende do uso dum bem ou bens específicos e se o acordo transmite o direito de usar o bem.

Locações operacionais – Banco como locatário

As locações que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um activo para o Banco são capitalizados na data inicial do contrato pelo valor justo do activo ou o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, seja qual for o menor e incluídos em activos tangíveis, com o passivo correspondente ao locatário a ser reconhecido em outros passivos financeiros.

Os activos tangíveis adquiridos através de locação são depreciados de acordo com o período de vida útil do contrato de locação, qualquer que seja o seu período mais reduzido. Os pagamentos relativamente a locações são divididos de acordo com os planos financeiros, cujos passivos são reduzidos pela parte correspondente aos pagamentos de capital. Os pagamentos de juros são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o exercício.

Os pagamentos associados a locações operacionais não são reconhecidas na posição financeira. As locações operacionais são reconhecidas através de um método linear durante o período a que respeita a locação.

r) Dividendos sobre acções ordinárias (NIC 10)

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidos ao capital próprio quando são aprovados pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados que não estão mais à disposição do Banco.

Dividendos para o fim do exercício que são aprovados após a data de balanço são divulgados como um evento subsequente.

s) Reservas de capital (NIC 32 e 39)

As reservas reconhecidas em capital próprio do Banco na demonstração da posição financeira incluem a reserva de justo valor, que compreende as variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

t) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registadas como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício.

u) Normas emitidas mas não efectivas

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do banco são descritas abaixo. O Banco pretende adoptar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornem efectivas.

NIRF 16 Locações

O IASB emitiu a NIRF 16 Locações que requer que a maior parte das locações sejam reconhecidas em balanço. Os locatários terão o único modelo de contabilização para todas as locações, com determinadas excepções. A contabilização pelos locadores vai ser substancialmente inalterada. A norma contém requisitos de divulgação

adicionais para os contratos de locação celebrados. Esta nova norma tornar-se-á efectiva em 1 de Janeiro de 2019, com a adopção antecipada muito limitada. O impacto da adopção desta norma nas demonstrações financeiras do Banco ainda se encontra em análise.

NIRF 9 Instrumentos financeiros

Em Julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da NIRF 9 Instrumentos Financeiros que reflecte todas as fases do projecto dos instrumentos financeiros e substitui a NIC 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da NIRF 9. A NIRF 9 apresenta em conjunto os três aspectos do projecto de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, imparidade e contabilidade de cobertura. A NIRF 9 é efectiva para os períodos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018, sendo permitida a adopção antecipada. Excepto para a contabilidade de cobertura, a aplicação retrospectiva é obrigatória mas a divulgação comparativa não é obrigatória. Para a contabilidade de cobertura, os requerimentos são geralmente aplicados prospectivamente, com algumas limitações. O Banco pretende adoptar a nova norma na data efectiva da aplicação.

a. Classificação e mensuração

O Banco não espera um impacto significativo decorrido da aplicação da classificação e mensuração dos requisitos da NIRF 9. É expectável que se continue a mensurar ao justo valor os instrumentos que actualmente são mensurados ao justo valor. As participações financeiras que actualmente estão classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, cujos ganhos e perdas são reconhecidos na reserva de justo valor serão mensuradas ao justo valor através dos resultados, o que aumentará a volatilidade em resultados. As reservas de justo valor serão transferidas para resultados transitados. Os instrumentos de dívida deverão ser mensurados ao justo valor, de acordo com a NIRF 9, uma vez que é expectável que o Banco não só receba rendas mas também proceda à alienação dos títulos frequentemente.

As participações financeiras em entidades não cotadas serão detidas para ser mantidas num futuro imediato. O Banco pretenderá adoptar a opção de classificação de justo valor com variações em reservas de justo valor, e, conseqüentemente, não são expectáveis grandes impactos na adopção.

Os empréstimos e contas a receber são detidas com o objectivo de obter fluxos de caixa contratuais e espera-se dar origem a fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de juros e capital. Assim, o Banco espera que estes continuem a ser mensurados através custo amortizado de acordo com a NIRF 9. No entanto, o Banco vai analisar as características de fluxo de caixa contratuais desses instrumentos de forma mais detalhada antes de concluir se todos os instrumentos satisfazem os critérios para a avaliação dos custos amortizados de acordo com a NIRF 9.

b. Imparidade

A NIRF 9 requer que o Banco registe perdas expectáveis em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber numa base de 12 meses, ou ao longo da sua materialidade. O Banco espera aplicar a abordagem simplificada e reconhecer as perdas esperadas ao longo da vida para todos os empréstimos e contas a receber. O Banco espera um impacto significativo sobre o seu capital próprio, devido à natureza não colateralizada dos seus empréstimos e contas a receber, mas vai necessitar

de realizar uma análise mais detalhada que considera toda a informação razoável e suportável, incluindo prospectivas elementos para determinar a extensão do impacto.

NIRF 15 Réditos de contratos com clientes

A NIRF 15 foi emitida em Maio de 2014 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar o rédito provenientes de contratos com clientes. Segundo o NIRF 15, o rédito é reconhecido por um montante que reflecte a consideração a que uma entidade espera ter o direito, em troca de transferência de bens ou serviços a um cliente. O novo padrão de rédito substituirá todos os requisitos de reconhecimento de rédito correntes em NIRF. Ou uma aplicação retrospectiva completa ou uma aplicação retrospectiva alterado será necessário para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida. O Banco não espera que esta norma tenha um impacto significativo.

Alterações à NIRF 11 Acordos conjuntos - Contabilização de aquisições de interesses

As alterações à NIRF 11 exigem que a contabilização da aquisição de um interesse conjunto de um operador conjunto consista numa concentração de actividades empresariais, tendo por isso de aplicar as disposições da NIRF 3 para a contabilização de concentrações de actividades empresariais. Estas alterações também esclarecem que as participações anteriormente detidas não são mensuráveis sobre a aquisição de eventuais aumentos nas participações, enquanto o controlo conjunto é mantido. Adicionalmente, foi excluído do âmbito da NIRF 11 as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham o controlo conjunto, incluindo a entidade que relata, estejam sob controlo comum da mesma parte sob controlo final. As alterações aplicam-se tanto na aquisição do interesse inicial em uma operação conjunta e na aquisição de quaisquer interesses adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, com a adopção antecipada permitida. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto sobre o Banco.

Alterações à NIC 16 e NIC 38: Clarificação na aceitação dos métodos de depreciação e amortização

As alterações esclarecem o princípio da NIC 16 e NIC 38 que a produção reflecte um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir operar um negócio (do qual o activo é parte), em vez de os benefícios económicos que são consumidos por meio do uso do activo. Como resultado, um método baseado na produção não pode ser usado para depreciar propriedades, fábricas e equipamentos e só pode ser utilizado em circunstâncias muito limitadas de amortizar activos intangíveis. As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, com a adopção antecipada permitida. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto ao Banco dado que o Banco não tenha utilizado um método baseado na produção para depreciar os seus activos não correntes.

Alterações à NIC 27: Método de Equivalência Patrimonial nas demonstrações financeiras individuais

As alterações vão permitir que as entidades possam usar o método da equivalência patrimonial para reconhecer os investimentos em subsidiárias, "joint ventures" e associadas nas suas demonstrações financeiras individuais. As entidades que já aplicam as NIRF e que pretendam alterar para o método de equivalência patrimonial nas suas demonstrações financeiras individuais terão de aplicar esse método retrospectivamente.

Para os que adoptem pela primeira vez o método da equivalência patrimonial nas suas demonstrações financeiras, terão apenas de aplicar este método a partir da data de transição para as NIRF. As alterações são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, a adopção antecipada é permitida. Estas alterações não apresentam qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco, uma vez que o Banco não detém investimentos em subsidiárias e associadas.

Alterações à NIRF 10 e NIC 28: Alienação ou entrada de activos entre um investidor e a sua associada ou *joint venture*

Estas alterações resolvem o conflito entre NIRF 10 e NIC 28 em lidar com a perda de controlo de uma subsidiária que é alienada ou cedida para uma associada ou *joint venture*. As alterações clarificam que o ganho ou perda resultante da alienação ou a entrada de activos que constituem um negócio, tal como definido na NIRF 3, entre um investidor e sua associada ou *joint venture*, é reconhecida integralmente. Qualquer ganho ou perda resultante da alienação ou a entrada de activos que não constituem um negócio, no entanto, é reconhecido apenas na medida dos interesses dos investidores independentes na associada ou *joint venture*. Em Dezembro de 2015, o IASB adiou a data de vigência desta alteração indefinidamente enquanto aguarda o resultado do seu projecto de pesquisa sobre o método de equivalência patrimonial. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto sobre o Banco.

MELHORIAS ANUAIS CICLO 2012–2014

Estas melhorias são efectivas para os períodos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016, incluindo:

NIRF 5 Activos Não-correntes Detidos Para Venda e Operações descontinuadas

Activos (ou grupo para alienação) são geralmente eliminados quer através de venda ou através de distribuição aos accionistas. A alteração à NIRF 5 esclarece que a mudança de um destes métodos de eliminação para o outro não deve ser considerada como um novo plano de eliminação, pelo contrário, é uma continuação do plano original. Assim, não há interrupção da aplicação dos requisitos da NIRF 5. A alteração também esclarece que a mudança do método de eliminação não altera a data de classificação. A alteração é aplicada prospectivamente

NIRF 7 Divulgação de Instrumentos Financeiros

i) Contratos de serviços

A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclui uma taxa pode constituir envolvimento continuado num activo financeiro. A avaliação de que os contratos de manutenção constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. No entanto, as divulgações exigidas não precisam ser fornecidas para qualquer período com início antes do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez as alterações.

ii) Aplicabilidade das alterações à NIRF 7 às demonstrações financeiras intercalares

A alteração esclarece que os requisitos de divulgação de compensação não se aplicam às demonstrações financeiras intercalares, a menos que tais divulgações fornecem uma actualização significativa para a informação reportada no relatório anual mais recente.

Esta alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto significativo para o Banco.

NIC 19 – Benefícios aos empregados

Esta alteração esclarece que a existência de títulos corporativos de alta qualidade do mercado é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, ao invés do país onde a obrigação está localizada. Quando não existe um mercado activo para títulos corporativos de alta qualidade na moeda, as taxas de obrigações de dívida pública devem ser utilizadas. Esta alteração deverá ser aplicada prospectivamente. Estas alterações não deverão ter impactos significativos no Banco.

NIC 34 – Demonstrações financeiras intercalares

A alteração esclarece que as divulgações provisórias requeridas devem ser incorporadas quer nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporados por referência cruzada (por exemplo, no comentário gestão ou relatório de risco). A outra informação dentro do relatório financeiro intercalar deve estar disponível para utilizadores nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares de outra natureza financeira. Esta alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto sobre o Banco.

Alterações à NIC 1 – Iniciativas de divulgação financeira

As alterações à NIC 1 Apresentação de demonstrações financeiras clarifica que, em vez de alterações significativas, os requerimentos significativos da NIC 1 já existente. As alterações clarificam:

- > Os requerimentos de materialidade da NIC 1;
- > A rubrica específica na demonstração dos resultados, demonstração do rendimento integral e demonstração da posição financeira que deverá ser desagregada;
- > Que entidades têm flexibilidade quanto à ordem em que eles apresentam as notas explicativas das demonstrações financeiras; e
- > Que a parcela de resultados de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial devem ser apresentados de forma agregada como um único item de linha, e classificado entre os itens que serão ou não ser posteriormente reclassificados para resultados. Além disso, as alterações deverão esclarecer os requisitos que se aplicam quando subtotais adicionais são apresentados na demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados ou demonstração do rendimento integral.

Estas alterações são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, com a adopção antecipada permitida. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto sobre o Banco.

Alterações à NIRF 10, NIRF 12 e IAS 28 – Entidades de investimento: aplicação do princípio de excepção na consolidação

Estas alterações abordam as questões que surgiram na aplicação da excepção entidades de investimento na NIRF 10. As alterações à NIRF 10 esclarecerem que a isenção de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica a uma entidade que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao justo valor. Além disso, as alterações à NIRF 10 esclarecerem que só uma subsidiária de uma entidade de investimento que não é uma entidade de investimento

e que presta serviços de apoio à entidade de investimento é consolidada. Todas as outras subsidiárias de uma entidade de investimento são mensuradas ao valor justo. As alterações à NIC 28 permitem que o investidor, ao aplicar o método da equivalência patrimonial, mantenha a mensuração do justo valor aplicada pela entidade de investimento associada ou jointventure nos seus interesses em subsidiárias. Estas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, com a adopção antecipada permitida. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto sobre o Banco.

2. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Novas normas e alterações das normas e interpretações

O Banco procedeu à aplicação de determinadas normas e alterações primeira vez, que são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2015. O Banco não adoptou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida mas que ainda não é eficaz. A natureza e o impacto dessas alterações são apresentadas abaixo. Embora estas novas normas e alterações aplicadas pela primeira vez em 2015, as mesmas não apresentaram um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco. A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração apresenta-se como segue:

Alterações à NIC 19 Plano de benefícios definidos: Contribuições dos empregados

A NIC 19 exige que uma entidade considere contribuições dos empregados ou terceiros na contabilização dos planos de benefícios definidos. Quando as contribuições são vinculadas ao serviço, devem ser atribuídas aos períodos de serviço como um benefício negativo. Estas alterações tornam mais claro que, se o montante das contribuições é independente do número de anos de serviço, uma entidade pode reconhecer essa contribuição tal como uma redução do custo do serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar a contribuições para os períodos de serviço. Esta alteração não é relevante para o Banco, uma vez que o Banco não tem planos de benefício definido com contribuições de empregados ou terceiros.

MELHORIAS DO CICLO DE 2010-2012

O Banco procedeu à adopção destas melhorias pela primeira vez nas suas demonstrações financeiras, incluindo:

NIRF 2 Pagamento com base em acções

Esta melhoria é aplicada prospectivamente e esclarece várias questões relativas às definições das condições de desempenho e serviços que são condições de aquisição. Os esclarecimentos são consistentes com a forma como o Banco identificou quaisquer condições de desempenho e serviços que tenham condições de aquisição em períodos anteriores. Além disso, o Banco não tinha concedido nenhum pagamento com base em acções durante o segundo semestre de 2014 e 2015. Assim, estas alterações não apresentaram qualquer impacto nas demonstrações financeiras ou políticas contabilísticas do Banco.

NIRF 8 Relato por segmentos

Estas alterações são aplicáveis retrospectivamente, e clarificam que:

- > Uma entidade deve divulgar os julgamentos efectuados pela administração na aplicação dos critérios de agregação no parágrafo 12 da NIRF 8, incluindo uma breve descrição dos segmentos operacionais que foram agregados e as características económicas (por exemplo, vendas e margens brutas) utilizados para avaliar se os segmentos são semelhantes;
- > A reconciliação dos activos do segmento ao total de activos só é obrigado a ser divulgada se a reconciliação é reportada para o utilizador de decisões operacionais, similar à divulgação necessária para passivos do segmento. O Banco não aplicou os critérios de agregação em IFRS 8.12.

Esta norma não apresentou qualquer impacto visto que o Banco não apresenta segmentos operacionais.

NIC 16 – Activos tangíveis e NIC 38 – Activos intangíveis

Esta alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que, quer na NIC 16 e NIC 38, o activo possa ser reavaliado com base em dados observáveis por qualquer ajustando a quantia escriturada bruta do activo ao valor de mercado ou através da determinação do valor de mercado e ajustar a quantia bruta proporcionalmente de modo que a quantia escriturada resultante é igual ao valor de mercado. Além disso, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores brutos e contabilísticos do activo.

Esta alteração não teve qualquer impacto devido ao facto de que não foram reconhecidas quaisquer avaliações durante o exercício.

NIC 24- Divulgações de partes relacionadas

Esta alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de gestão (uma entidade que fornece os principais serviços de pessoal de gestão) é um é uma parte relacionada com as divulgações de partes relacionadas. Além disso, uma entidade que utiliza uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos para serviços de gestão.

Esta alteração não é relevante para o Banco, uma vez que não recebe quaisquer serviços de gestão de partes relacionadas.

MELHORIAS DO CICLO DE 2011-2013

NIRF 3 Concentrações de actividades empresariais

Estas alterações são aplicadas prospectivamente e clarifica algumas excepções da norma:

- > Acordos conjuntos, e não apenas joint ventures, estão fora do âmbito da norma
- > Esta excepção aplica-se apenas à contabilização das próprias demonstrações financeiras do acordo conjunto

NIRF 13 Justo valor

A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que a excepção da carteira em NIRF 13 pode ser aplicado não só aos activos e passivos financeiros, mas também para outros contratos no âmbito da NIC 39. O Banco não aplica o princípio de excepção de carteira, de acordo com a NIRF 13.

NIC 40 – Propriedades de investimento

A descrição original de serviços dentro da NIC 40 diferencia entre propriedade de investimento e propriedade ocupada pelo dono (ou seja, imóveis, instalações e equipamentos).

A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que a NIRF 3, e não a descrição de serviços auxiliares na NIC 40, é usada para determinar se a operação é a compra de um activo ou de uma concentração de actividades. Em períodos anteriores, o Banco atendeu à NIRF 3, e não a NIC 40, para determinar se uma aquisição é de um activo ou é uma aquisição de concentração de actividades empresariais. Assim, esta alteração não impactou a política contabilística do Banco.

Além disso, não ocorreram alterações nas estimativas, e sem erros identificados que podem ter impacto sobre a actualização dos valores comparativos.

3. GESTÃO DO RISCO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS

A gestão de riscos assenta na constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos (crédito, mercado, liquidez, operacional e outros), e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas.

A actividade do Banco é exposta a um conjunto de riscos financeiros e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de determinados graus de risco ou combinação de riscos. O objectivo do Banco é atingir um equilíbrio entre o risco e o retorno e minimizar os potenciais impactos adversos no seu desempenho financeiro.

Por natureza, a actividade do Banco assenta, essencialmente, na utilização de instrumentos financeiros. O Banco aceita depósitos de clientes quer a taxa de juro fixa, quer variável, e, durante vários períodos, procura obter margens acima da média investindo em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar as margens consolidando os fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais prolongados a taxas mais elevadas mantendo a liquidez suficiente para todos os desembolsos necessários que eventualmente ocorram.

Assim, as políticas de gestão de risco do Banco estão desenhadas para identificar e analisar esses riscos a fim de estabelecer determinados limites de risco e controlos a fim de os monitorar e assegurar a sua aderência aos limites estabelecidos, por meio de sistemas actualizados. O Banco regularmente revê as políticas de gestão de risco e sistemas de forma a reflectir as alterações nos mercados, produtos e melhores práticas.

A gestão do risco é gerida pelo departamento de risco sob políticas aprovadas pela Administração. Este departamento identifica, avalia e cobre os riscos financeiros em cooperação com as unidades de negócio do Banco. A Administração faculta princípios para a gestão de risco global, bem como as políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juro, risco de crédito e do uso de instrumentos financeiros derivados e não derivados. Além disso, a auditoria interna é responsável pela avaliação independente da gestão de riscos e do ambiente de controlo. Os tipos mais importantes de risco são o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de mercado e outros riscos operacionais. O risco de mercado inclui o risco de moeda, o risco de taxa de juro e o risco de preço.

De acordo com as políticas de gestão de activos e passivos (ALM), o Banco procura assegurar uma gestão prudente de liquidez, gastos de capital e controlo associado a riscos financeiros, com particular detalhe na liquidez, taxa de juro e taxa de câmbio.

O seu departamento de compliance abrange todas as áreas do Banco, processos e actividades, com o objectivo de auxiliar as actividades de prevenção e mitigação dos “riscos de compliance”, que se traduzem no risco de sanções legais ou regulamentares, perda financeira ou de reputação, como consequência de uma falha no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de conduta e de boas práticas bancárias, promovendo o cumprimento de todas as normas aplicáveis, quer pelo Banco, quer pelo seu pessoal, através de uma intervenção independente ou em conjunto com todas as unidades orgânicas do Banco.

A análise qualitativa da gestão do risco do Banco é apresentada como segue:

3.1. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contrapartes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contrapartes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do Banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminua. O risco de crédito que o Banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.

Embora a exposição ao crédito surja pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante aos dos empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venha a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos na posição financeira, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar caso a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, relativamente ao risco de crédito na posição financeira, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter

em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito de clientes que são, fundamentalmente, hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço	2015	2014
Caixa e disponibilidades em Banco Central	2.891.637	1.706.271
Disponibilidades sobre instituições de crédito	479.149	961.467
Aplicações em instituições de crédito	1.868.335	2.649.495
Activos financeiros detidos para negociação	1.644.212	776.868
Activos financeiros disponíveis para venda	2.510.842	1.413.516
Empréstimos e adiantamentos a clientes	17.937.497	13.649.852
Outros activos	117.562	-
Total do activo na demonstração da posição financeira	27.449.236	21.157.469
Exposição do risco de crédito relativa a elementos patrimoniais		
Garantias	3.126.166	2.793.474
Cartas de crédito	1.264.802	1.606.171
	4.390.968	4.399.645
Total da exposição ao risco de crédito	31.840.204	25.557.115

Qualidade do crédito:

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Banco, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

2015	Nem vencido nem em imparidade	Vencido mas não em imparidade	Imparidade	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	2.891.637	-	-	2.891.637
Disponibilidades sobre instituições de crédito	479.149	-	-	479.149
Aplicações em instituições de crédito	1.868.335	-	-	1.868.335
Activos financeiros detidos para negociação	1.644.212	-	-	1.644.212
Activos financeiros disponíveis para venda	2.510.842	-	-	2.510.842
Empréstimos e adiantamentos a clientes	18.032.366	419.733	(514.602)	17.937.497
Outros activos	117.562	-	-	117.562
Total	27.544.105	419.733	(514.602)	27.449.236

2014	Nem vencido nem em imparidade	Vencido mas não em imparidade	Imparidade	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	1.706.271	-	-	1.706.271
Disponibilidades sobre instituições de crédito	961.467	-	-	961.467
Aplicações em instituições de crédito	2.649.495	-	-	2.649.495
Activos financeiros detidos para negociação	776.868	-	-	776.868
Activos financeiros disponíveis para venda	1.413.516	-	-	1.413.516
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13.707.669	311.015	(368.832)	13.649.852
Outros activos	-	-	-	-
Total	21.215.287	311.015	(368.832)	21.157.469

2015	Valor	Imparidade	Exposição líquida
Crédito Vencendo	16.579.592	214.267	16.365.326
Crédito Vencido	1.872.507	300.335	1.572.172
Exposição vencida	419.733	-	-
Exposição com indício de Imparidade	1.452.774	-	-
	18.452.099	514.602	17.937.497

2014	Valor	Imparidade	Exposição líquida
Crédito Vencendo	13.076.378	135.736	12.940.642
Crédito Vencido	942.306	233.096	709.210
Exposição vencida	311.015		
Exposição com indício de Imparidade	631.291		
	14.018.685	368.832	13.649.852

O crédito vencido inclui a totalidade da exposição de clientes com prestações vencidas assim como os valores das prestações vincendas de créditos que já apresentam prestações vencidas. Em 31 de Dezembro de 2015 a exposição vencida ascendia aos 419,7 milhões de Meticais (2014: 311,0 milhões de Meticais).

O crédito vincendo e vencido por produto a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresenta-se como segue:

2015	Empréstimos	Contas correntes e descobertos	Crédito ao consumo	Hipoteca	Outros	Total
Crédito vincendo sem imparidade	5.947.821	4.689.627	4.440.209	870.133	631.803	16.579.592
Imparidade	(36.857)	(75.292)	(68.554)	(2.612)	(30.952)	(214.267)
Crédito vencido com imparidade	218.988	465.879	1.102.386	69.703	15.552	1.872.507
Imparidade	(3.724)	(142.381)	(143.140)	(8.768)	(2.322)	(300.335)
Total	6.126.227	4.937.833	5.330.900	928.457	614.080	17.937.497

2014	Empréstimos	Contas correntes e descobertos	Crédito ao consumo	Hipoteca	Outros	Total
Crédito vincendo sem imparidade	4.798.682	3.952.795	3.008.907	627.050	688.944	13.076.378
Imparidade	(40.915)	(48.234)	(28.738)	(6.449)	(11.399)	(135.736)
Crédito vencido com imparidade	7.019	216.161	419.154	25.688	274.285	942.306
Imparidade	(84)	(71.603)	(87.228)	(9.217)	(64.964)	(233.096)
Total	4.764.702	4.049.118	3.312.095	637.070	886.866	13.649.852

O quadro a seguir apresenta o detalhe do crédito vencido por categoria e a respectiva imparidade (individualmente analisada) em 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

2015	Até 3 meses	De 3 meses até 6 meses	De 6 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Crédito vencido (CV)	170.974	7.053	24.228	217.478	419.733
Imparidade	(54.950)	(62.746)	(7.278)	(171.031)	(296.006)
Rácio de cobertura (Imparidade/CV)	32%	890%	30%	79%	71%
Total	116.023	(55.693)	16.951	46.446	123.727

2014	Até 3 meses	De 3 meses até 6 meses	De 6 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Crédito vencido (CV)	80.409	18.199	72.875	139.532	311.015
Imparidade	(51.410)	(9.995)	(36.596)	(135.095)	(233.096)
Rácio de cobertura (Imparidade/CV)	63,94%	54,92%	50,22%	96,82%	74,95%
Total	28.999	8.204	36.279	4.437	77.919

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são, as seguintes:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra reversão, dinheiro ou títulos;

- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito de retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação;

O Banco também obtém garantias da empresa-mãe para empréstimos aos seus clientes.

2015	Justo valor das garantias de crédito					Garantias líquidas	Exposição líquida
	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito / Garantias bancárias	Hipotecas	Outros		
Disponibilidades sobre instituições de crédito	479.149	-	-	-	-	-	479.149
Aplicações em instituições de crédito	1.868.335	-	-	-	-	-	1.868.335
Activos financeiros detidos para negociação	1.667.475	-	-	-	-	-	1.667.475
Activos financeiros disponíveis para venda	2.513.524	-	-	-	-	-	2.513.524
Empréstimos e adiantamentos a clientes							
Grandes empresas	8.960.392	469.995	2.185.773	1.889.604	737.240	5.282.612	3.677.780
Pequenas e médias empresas	5.908.672	247.188	145.561	4.171.730	1.114.337	5.678.816	229.856
Particulares	2.947.412	429.090	-	1.378.882	41.726	1.849.698	1.097.714
Outros	635.623	2.236	-	521.262	60.761	584.259	51.364
Outros activos	117.562	-	-	-	-	-	117.562
	25.098.146	1.148.509	2.331.334	7.961.477	1.954.065	13.395.385	11.702.761

2014	Justo valor das garantias de crédito					Garantias líquidas	Exposição líquida
	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito / Garantias bancárias	Hipotecas	Outros		
Disponibilidades sobre instituições de crédito	961.467	-	-	-	-	-	961.467
Aplicações em instituições de crédito	2.649.495	-	-	-	-	-	2.649.495
Activos financeiros detidos para negociação	776.868	-	-	-	-	-	776.868
Activos financeiros disponíveis para venda	1.413.516	-	-	-	-	-	1.413.516
Empréstimos e adiantamentos a clientes							
Grandes empresas	6.929.367	405.660	2.944.271	2.015.117	168.483	5.533.531	1.395.836
Pequenas e médias empresas	4.673.843	252.744	-	4.964.715	811.213	6.028.672	(1.354.829)
Particulares	1.972.528	270.711	-	994.964	32.233	1.297.907	674.620
Outros	442.947	-	-	241.240	174	241.414	201.533
	19.820.030	929.115	2.944.271	8.216.036	1.012.103	13.101.525	6.718.506

O Banco considera como "hair-cut" 80% do valor das hipotecas para mensuração do justo valor.

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Activos renegociados incluem empréstimos que foram transferidos dos créditos em imparidade para os créditos vigentes dentro dos últimos 12 meses depois de terem sido reestruturados e não poderão ser renegociados mais de uma vez no período de 12 meses.

Activos financeiros que estão vencidos, mas não em imparidade

Dizem respeito a empréstimos e adiantamentos a clientes em que o cliente incumpriu com o pagamento dos juros ou capital mas o Banco acredita que não é apropriado reconhecer uma imparidade identificada tendo em linha de conta o nível do colateral que o cliente entregou ao Banco como garantia. O Banco não apresenta quaisquer activos financeiros que estão vencidos, mas que não se encontrem em imparidade.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco avalia regularmente se existe uma evidência objectiva de que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado esteja a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e

existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo na posição financeira e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possa ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- > Dificuldades financeiras do cliente;
- > Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- > Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em bancarrota ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- > O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- > Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - i) Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - ii) Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
 - iii) Depreciação do valor do colateral; e
 - iv) Deterioração da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- > O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pague a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que tenha de exercer a opção sobre o colateral;
- > Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos.

Todas as exposições com indicação de crédito mal parado são avaliadas individualmente quanto à imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido, não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado, reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução, menos os custos de obtenção e da venda, da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Abates

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridos inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O abate irá existir, quando, a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. A periodicidade e a extensão dos abates podem envolver algum julgamento subjectivo. No entanto, o abate será sempre antecedido de um evento específico, como, o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade da dívida vai além das perspectivas realistas de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

A análise dos empréstimos e adiantamento a clientes em imparidade apresenta-se como segue:

2015	Valor	Imparidade individual	Imparidade colectiva	Valor líquido contabilístico final
Retalho	3.923.816	147.536	32.290	3.743.990
Construção civil	1.832.460	12.803	16.857	1.802.799
Energia	769.188	2.424	150	766.614
Turismo	464.205	4.528	3.762	455.916
Indústria transformadora	3.309.131	127.904	4.377	3.176.850
Particulares	3.425.463	31.002	52.384	3.342.078
Serviços	2.110.350	12.956	16.692	2.080.702
Transporte e comunicações	2.504.518	37.147	7.192	2.460.179
Agricultura e pesca	102.976	893	3.355	98.728
Outros	9.993	253	97	9.643
	18.452.099	377.446	137.156	17.937.497

2014	Valor	Imparidade individual	Imparidade colectiva	Valor líquido contabilístico final
Retalho	3.100.674	65.079	35.413	3.000.181
Construção civil	1.001.078	27.070	8.029	965.979
Energia	658.548	-	-	658.548
Turismo	407.430	3.944	3.997	399.489
Indústria transformadora	2.218.315	5.348	12.183	2.200.785
Particulares	2.357.694	96.143	23.893	2.237.658
Serviços	101.723	9.294	875	91.554
Transporte e comunicações	2.015.134	3.903	21.996	1.989.234
Agricultura e pesca	1.440.153	39.912	4.412	1.395.829
Outros	717.937	169	7.173	710.594
	14.018.685	250.863	117.970	13.649.852

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, e onde a mesma adversidade possa por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não

é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito por indústria apresenta-se como segue:

2015	Caixa e disponibilidades em Banco Central	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governamental	2.472.465	-	-	981.101	1.259.345	-	-	4.712.911
Seguros	-	-	-	23.263	-	-	-	23.263
Financeiro	-	479.149	1.868.335	60.240	310.332	-	-	2.718.057
Petróleo e Gás Natural	-	-	-	75.085	293.313	-	-	368.398
Retalho	-	-	-	-	-	3.743.990	-	3.743.990
Construção civil	-	-	-	-	-	1.802.799	-	1.802.799
Energia	-	-	-	-	-	766.614	-	766.614
Turismo	-	-	-	-	-	455.916	-	455.916
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	3.176.850	-	3.176.850
Particulares	-	-	-	-	-	3.342.078	-	3.342.078
Serviços	-	-	-	-	-	2.080.702	-	2.080.702
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	2.460.179	-	2.460.179
Agricultura e pesca	-	-	-	-	650.534	98.728	-	749.262
Outros	419.173	-	-	527.786	-	9.643	117.562	1.074.164
	2.891.637	479.149	1.868.335	1.667.475	2.513.524	17.937.497	117.562	27.475.181

2014	Caixa e disponibilidades em Banco Central	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Total
Governamental	1.353.481	-	-	420.259	437.362	-	2.211.101
Seguros	-	-	-	23.263	-	-	23.263
Financeiro	-	961.467	2.649.495	56.592	164.094	-	3.831.647
Petróleo e Gás Natural	-	-	-	276.755	287.152	-	563.907
Retalho	-	-	-	-	-	3.000.181	3.000.181
Construção civil	-	-	-	-	-	965.979	965.979
Energia	-	-	-	-	-	658.548	658.548
Turismo	-	-	-	-	-	399.489	399.489
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	2.200.785	2.200.785
Particulares	-	-	-	-	-	2.237.658	2.237.658
Serviços	-	-	-	-	-	1.989.234	1.989.234
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	1.395.829	1.395.829
Agricultura e pesca	-	-	-	-	524.908	91.554	616.463
Outros	352.790	-	-	-	-	710.594	1.063.385
	1.706.271	961.467	2.649.495	776.869	1.413.516	13.649.851	21.157.469

3.2. Risco de Liquidez

O Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO "Assets and Liabilities Committee") é um Órgão de consulta da Comissão Executiva para a execução da política financeira definida para o Banco, sobre a forma de gestão integrada de activos e passivos, garantindo a implementação de acções no âmbito de normas e procedimentos visando a gestão efectiva dos riscos de mercado (cambial, variação de taxa de juro, *repricing*) e de liquidez. Desempenha um papel activo na elaboração de propostas de política de preços, baseada na atempada avaliação dos desenvolvimentos em matéria macroeconómica interna e externa, em estrita coordenação com o Gabinete de Estudos.

Mais especificamente, o processo de gestão de liquidez do Banco é realizado internamente e monitorado por uma equipa separada do departamento de Tesouraria e inclui:

- > Financiamento do dia-a-dia, gerido através da monitorização dos fluxos de caixa futuros para assegurar que as exigências possam ser cumpridas. Isso inclui reposição de fundos à medida que atingem a maturidade ou são emprestados pelos clientes. O Banco mantém uma presença activa nos mercados monetários locais e regionais para permitir que isso aconteça;
- > A manutenção de uma carteira de activos altamente comercializáveis que podem ser facilmente liquidados

como protecção contra qualquer interrupção imprevista ao fluxo de caixa;

- > Monitorização de rácios de liquidez de posições financeiras em relação aos requisitos internos e regulamentares; e
- > Gestão da concentração e perfil de vencimentos da dívida.

Monitoramento e relatórios como forma de medição de fluxo de caixa e as projecções para o próximo dia, semana e mês, respectivamente, uma vez que estes são períodos fundamentais para a gestão de liquidez. O ponto de partida para estas projecções é uma análise da maturidade contratual dos passivos financeiros e a data de maturidade esperada dos activos financeiros.

O departamento de Tesouraria também monitoriza os activos de médio prazo cujas maturidades não são coincidentes, o nível e tipo de compromissos de crédito não utilizadas, a utilização de descobertos, e o impacto de passivos contingentes, tais como cartas de crédito e garantias.

Maturidades contratuais não descontadas dos passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

2015	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	262.821	1.800.797	-	-	-	2.063.618
Depósitos e contas correntes	10.935.938	7.796.061	5.999.005	787	2.920	24.734.711
Recursos consignados	-	-	25.151	378.242	-	403.393
Empréstimos obrigacionistas	-	-	270.240	388.547	750.906	1.409.693
Outros passivos	188.396	-	-	-	-	188.396
Total passivos não descontados	11.387.154	9.596.858	6.294.396	767.576	753.826	28.799.811

2014	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	929.787	1.245.828	-	-	-	2.175.616
Depósitos e contas correntes	6.268.429	5.613.976	4.714.254	645	317.147	16.914.452
Recursos consignados	-	-	-	205.179	-	205.179
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	522.068	750.906	1.272.975
Outros passivos	304.634	-	-	-	-	304.634
Total passivos não descontados	7.502.850	6.859.805	4.714.254	727.893	1.068.054	20.872.856

Para todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano, espera-se que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após a data da Posição Financeira.

3.3. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros possa variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio e cotações.

3.3.1. Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos

financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A gestão da política e estratégia relacionada com a taxa de juro é definida no comité ALCO, implementado pelo Departamento de Tesouraria e controlado pelo Departamento de Gestão de Risco.

2015	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	2.891.637	-	-	-	2.891.637
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	-	479.149	479.149
Aplicações em instituições de crédito	1.831.830	36.505	-	-	1.868.335
Activos financeiros detidos para negociação	669.609	388.826	209.864	399.176	1.667.475
Activos financeiros disponíveis para venda	-	396.607	2.114.235	2.682	2.513.524
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.993.105	2.811.534	13.210.774	-	18.015.413
Outros activos	-	-	-	117.562	117.562
Total dos activos não descontados	7.386.182	3.633.473	15.534.873	998.570	27.553.097
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	2.063.618	-	-	-	2.063.618
Depósitos e contas correntes	17.235.985	5.999.005	3.706	1.496.014	24.734.711
Recursos consignados	-	25.151	378.242	-	403.393
Empréstimos obrigacionistas	-	397.037	1.012.656	-	1.409.693
Outros activos	188.396	-	-	188.396	
Total dos passivos não descontados	19.487.999	6.421.193	1.394.605	1.684.410	28.611.415
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	(12.101.817)	(2.787.721)	14.140.268	(685.841)	(1.058.318)
<hr/>					
2014	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	1.706.271	-	-	-	1.706.271
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	-	961.467	961.467
Aplicações em instituições de crédito	2.649.495	-	-	-	2.649.495
Activos financeiros detidos para negociação	309.123	398.819	45.663	23.263	776.868
Activos financeiros disponíveis para venda	-	190.083	1.220.751	2.682	1.413.516
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.584.144	3.002.033	8.432.508	-	14.018.685
Total dos activos não descontados	7.249.033	3.590.935	9.698.921	987.412	21.526.302
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	929.787	1.245.828	-	-	2.175.616
Depósitos e contas correntes	11.882.405	4.714.254	317.793	-	16.914.452
Recursos consignados	-	-	205.179	-	205.179
Empréstimos obrigacionistas	-	-	1.272.975	-	1.272.975
Total dos passivos não descontados	12.812.192	5.960.083	1.795.946	-	20.568.221
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	(5.563.159)	(2.369.147)	7.902.975	987.412	958.080

A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é a seguinte:

	Aumento/ (diminuição de pontos base)	Impacto nos resultados (depois do imposto)
2015	+75pb	(2.150)
	-75pb	2.150
2014	+50pb	(1.195)
	-50pb	1.195

3.3.2. Risco de taxa de câmbio

O risco cambial é o risco do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda. De acordo com a política do Banco, as posições cambiais são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos.

A gestão da política e estratégia relacionada com o risco de taxa de câmbio é definida no comité ALCO, implementado pelo Departamento de Tesouraria e controlado pelo Departamento de Gestão de Risco.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014.

2015	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em Banco Central	2.621.411	232.512	13.310	23.946	459	2.891.637
Disponibilidades sobre instituições de crédito	304.935	137.511	3.740	32.944	19	479.149
Aplicações em instituições de crédito	28.000	1.628.418	36.750	175.148	19	1.868.335
Activos financeiros detidos para negociação	1.667.475	-	-	-	-	1.667.475
Activos financeiros disponíveis para venda	1.607.582	905.943	-	-	-	2.513.524
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.931.852	2.082.372	1	1.189	-	18.015.413
Outros activos	117.562	-	-	-	-	117.562
	22.278.817	4.986.756	53.801	233.227	497	27.553.097
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	1.650.482	413.136	-	-	-	2.063.618
Depósitos e contas correntes	20.361.245	3.836.162	37.790	81.653	417.861	24.734.711
Recursos consignados	403.393	-	-	-	-	403.393
Empréstimos obrigacionistas	1.409.693	-	-	-	-	1.409.693
	23.824.814	4.249.298	37.790	81.653	417.861	28.611.415
Exposição líquida	(1.545.997)	737.458	16.011	151.574	(417.364)	(1.058.318)
2014						
	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em Banco Central	1.501.708	164.499	12.439	27.412	214	1.706.271
Disponibilidades sobre instituições de crédito	268.639	608.670	17.133	50.089	16.936	961.467
Aplicações em instituições de crédito	1.648.661	540.142	-	6	460.686	2.649.495
Activos financeiros detidos para negociação	776.868	-	-	-	-	776.868
Activos financeiros disponíveis para venda	440.044	973.472	-	-	-	1.413.516
Empréstimos e adiantamentos a clientes	12.114.128	1.535.718	-	8	(2)	13.649.852
Outros activos	2.317.414	(2.087.472)	7.543	9.003	(78.566)	167.922
	19.067.461	1.735.029	37.115	86.518	399.267	21.325.391
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	1.899.708	275.908	-	-	-	2.175.616
Depósitos e contas correntes	14.975.840	1.416.992	36.294	79.245	406.082	16.914.452
Recursos consignados	205.179	-	-	-	-	205.179
Empréstimos obrigacionistas	1.272.975	-	-	-	-	1.272.975
Outros passivos	449.299	11.183	833	7.274	127	468.716
	18.803.001	1.704.083	37.128	86.519	406.208	21.036.938
Exposição líquida	264.461	30.946	(12)	(0)	(6.941)	288.453

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade para eventuais alterações em USD, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração dos resultados (antes de imposto) é a mesma que em capital próprio.

	Impacto na variação da taxa de câmbio em USD	Impacto nos resultados depois do impostos
2015	+6%	44.247
	-6%	(44.247)
2014	+5%	(1.547)
	-5%	1.547

Os efeitos individuais por moeda sobre os resultados, assim como sobre os capitais próprios, são determinados de forma independente, o que significa que não há nenhuma compensação económica entre eles.

3.4. Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. O risco operacional inclui os riscos legais mas exclui os riscos de negócio, estratégico e reputacional.

O Banco ambiciona eliminar todos os riscos operacionais, contudo, através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. O risco operacional pode ser dividido entre elevada frequência/ baixa severidade que podem ocorrer frequentemente mas nos quais cada evento expõe o Banco a baixos níveis de perdas, e baixa frequência/elevada severidade que são geralmente acontecimentos raros mas pelos quais as perdas na organização podem ser imensas.

O Banco conduz os seus esforços no sentido de mitigar estes riscos através duma forte estrutura governativa e controlos internos, que incluem uma adequada segregação de funções, acessos, autorização e processos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

A Administração é responsável pela introdução e manutenção operacional e manutenção de processos e procedimentos operacionais eficazes, sendo estes documentados em vários manuais que são revistos periodicamente para ter em conta a necessidade de mudança. O Departamento de Auditoria Interna analisa a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias para a Administração, quando aplicável.

3.5. Gestão de capital e risco de solvência

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- > Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- > Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- > Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A adequabilidade de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorados regularmente pela Administração do Banco, aplicando técnicas baseadas na legislação emanada pelo Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique. O Banco Central requer que cada banco cumpra um mínimo de activo de ponderação de risco (rácio de adequabilidade de capital) acima ou no limite de 8%.

O capital regulamentar do Banco é gerido pelo departamento de gestão de risco e é dividido em duas tiers:

- > Tier 1 capital: capital social (liquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- > Tier 2 capital: dívida subordinada, imparidade colectiva e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através duma hierarquia de cinco riscos, classificada de acordo com a natureza e reflectindo uma estimativa de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas das extrapatrimoniais com alguns ajustamentos a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

	Montantes expressos em milhares de Meticais	
	2015	2014
Fundos próprios de Base (Tier I)		
Capital social	2.129.192	1.880.000
Reservas elegíveis e resultados transitados	234.136	81.192
Activos intangíveis	(612.929)	(435.268)
Diferença entre imparidades de crédito e provisões regulamentares mínimas*	(569.058)	(294.388)
Fundos próprios de Base (Tier I)	1.181.341	1.231.536
Fundos próprios complementares (Tier II)		
Empréstimos obrigacionistas subordinados	590.670	615.768
Outros	2.187	1.868
Fundos próprios complementares (Tier II)	592.858	617.636
Fundos próprios de base e complementares (Tier I e II)	1.774.198	1.849.172
Activos ponderados pelo Risco		
Na posição financeira	14.984.760	12.738.937
Fora da posição financeira	2.512.507	2.207.326
Risco operacional e de mercado	342.576	2.736.484
Total dos activos ponderados	17.839.843	17.682.747
Rácios prudenciais		
Tier I	6,62%	6,96%
Tier II	3,32%	3,49%
Rácio de solvabilidade	9,95%	10,46%
Rácio de solvabilidade requerido	8,00%	8,00%

* Significa a diferença entre o cálculo da imparidade de crédito com base no Aviso do BdM e o modelo interno.

4. MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira apresenta-se como segue:

	2015	2014
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	2.354.368	1.763.431
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	21.567	41.192
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	212.126	199.301
	2.588.062	2.003.923
Juros e gastos similares		
Juros de recursos de clientes	1.436.649	988.177
Juros de recursos consignados	35.381	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	61.951	43.625
Juros de passivos subordinados	108.750	108.750
Juros de recursos do banco central e instituições de crédito	220.075	84.284
	1.862.806	1.224.836
	725.255	779.087

5. SERVIÇOS E COMISSÕES LÍQUIDOS

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2015	2014
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas	122.238	105.971
Por serviços bancários realizados	200.130	138.578
Outros rendimentos de serviços e comissões	181.414	122.977
	503.783	367.526
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	6.401	4.081
Por serviços bancários prestados por terceiros	18.478	15.773
VISA e Mastercard	36.101	5.385
Outros encargos com serviços e comissões	11.068	984
	72.047	26.223
	431.735	341.303

6. OPERAÇÕES FINANCEIRAS LÍQUIDAS

As operações financeiras líquidas apresentam-se como segue:

	2015	2014
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em operações cambiais	907.766	623.532
Ganhos em activos disponíveis para venda (Nota 14)	375.913	9.303
Outros ganhos em operações financeiras	66.689	87.710
	1.350.369	720.544
Perdas em operações financeiras		
Outras perdas em operações financeiras	-	51.424
	-	51.424
Rendimento líquido	1.350.369	669.121

7. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal apresentam-se como segue:

	2015	2014
Vencimentos e salários	859.198	604.324
Impostos	27.797	17.296
	886.995	621.620

8. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2015	2014
Comunicações	99.494	77.515
Honorários profissionais	203.115	124.939
Consumíveis	39.658	57.531
Manutenção e serviços relacionados	140.709	78.706
Despesas de marketing	41.045	30.440
Rendas e alugueres	245.098	186.694
Água, energia e combustíveis	27.834	19.138
Despesas de deslocação e representação	39.854	26.756
Despesas de formação	14.216	11.590
Donativos e quotizações	11.496	6.789
Outros	113.968	55.649
Outros custos operacionais	976.485	675.747
Ganhos na alienação de activos tangíveis	465	3
Outros	44.437	27.364
Outros rendimentos operacionais	44.903	27.368
	931.582	648.379

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A rubrica de impostos apresenta-se como segue:

	2015	2014
Impostos correntes	-	(15.157)
Impostos diferidos	(8.937)	(11.250)
	(8.937)	(26.408)

A reconciliação da taxa efectiva de imposto para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	2015		2014	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Lucro antes de imposto		90.678		152.944
Imposto corrente utilizando a taxa de imposto	16,00%	14.509	16,00%	24.471
Correcções fiscais:				-
Encargos não dedutíveis	93,19%	84.499	20,76%	31.752
Rendimentos não tributados	-99,33%	(90.071)	-19,49%	(29.816)
Imposto corrente	9,86%	8.937	17,27%	26.407

Os movimentos nos impostos diferidos apresentam-se como segue:

	2014	Demonstração dos resultados		Capital próprio		2015
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Activos por impostos diferidos						
Activos financeiros disponíveis para venda	3.072	-	-	-	(2.231)	841
	-	-	98.153	-	-	98.153
	3.072	-	98.153	-	(2.231)	98.994
Passivos por impostos diferidos						
Diferenças cambiais	(11.544)	(40.402)	-	-	-	(51.946)
Activos tangíveis	(9.275)	(6.542)	-	-	-	(15.816)
Derivados	-	(60.146)	-	-	-	(60.146)
	(20.818)	(107.090)	-	-	-	(127.908)
			(8.937)		(2.231)	

	2013	Demonstração dos resultados		Capital próprio		2014
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Activos por impostos diferidos						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	3.072	-	3.072
	-	-	-	3.072	-	3.072
Passivos por impostos diferidos						
Activos financeiros disponíveis para venda	(3.841)	-	-	3.841	-	-
Diferenças cambiais	-	(11.544)	-	-	-	(11.544)
Activos tangíveis	(9.568)	-	293	-	-	(9.275)
	(13.409)	(11.544)	293	3.841		(20.818)
		(11.250)		6.913		

10. RESULTADOS POR ACÇÃO

Ganhos básicos e diluídos por acção

O cálculo dos ganhos básicos e diluídos por acção em 31 de Dezembro de 2015, baseia-se no rendimento

atribuível aos accionistas ordinários no valor de 81.741 milhares de Meticals (2014: 152.944 milhares de Meticals) e no número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 de 68.892 (2014: 58.400), calculado como segue:

	2015	2014
Rendimento atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias		
Lucro do exercício	81.741	152.944
Número médio ponderado de acções ordinárias	60.892	58.400
Ganhos por acção		
Básicos	1,34	2,62
Diluídos	1,34	2,62

11. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

Caixa e disponibilidades em Banco Central apresenta-se como segue:

	2015	2014
Caixa	419.173	352.790
Banco de Moçambique	2.472.465	1.353.481
	2.891.637	1.706.271

Uma parte dos saldos mantidos com o Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para cumprir com as reservas mínimas obrigatórias.

A regra aplicável em 31 de Dezembro de 2015, especificado pelo aviso do Banco Central, estabelece que as instituições financeiras têm de manter um saldo médio periódico de 10,50% de todos os clientes e depósitos do Governo Moçambicano. A reserva de caixa mínima exigida a 31 de Dezembro de 2015 ascende a 2.427.557 milhares de Meticals (1.213.571 milhares de Meticals em 31 de Dezembro de 2014).

Estes depósitos obrigatórios não são remunerados e não são considerados como elementos de caixa e seus equivalentes na demonstração do fluxo de caixa.

12. DISPONIBILIDADES SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2015	2014
Bancos nacionais	293.894	276.831
Bancos estrangeiros	185.255	684.636
	479.149	961.467

13. APLICAÇÕES SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

As aplicações sobre instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2015	2014
Depósitos no Banco de Moçambique	28.000	370.892
Depósitos em instituições de crédito	1.840.335	2.278.603
	1.868.335	2.649.495

14. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1.268.299	753.605
Acções e outros títulos de rendimento variável	23.263	23.263
Derivados financeiros	375.913	-
	1.667.475	776.868

14.1. Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Bilhetes do Tesouro	981.101	420.259
Obrigações de empresas		
Papel comercial - Petromoc 2014 1.ª Série	-	120.975
Papel comercial - Petromoc 2014 2.ª Série	-	130.772
Papel comercial - Petromoc 2014 3.ª Série	-	25.008
Papel comercial - Petromoc 2015 2.ª Série	50.064	-
Papel comercial - Petromoc 2015 3.ª Série	25.021	-
Companhia de Moçambique 2013 - 1.ª emissão	79.762	1.634
Companhia de Moçambique 2013 - 2.ª emissão	7.546	7.550
Moza Banco 2013 - 1.ª emissão	1.889	527
Moza Banco 2014 - 1.ª emissão	22.863	11.102
Cooperativa de Poupança e Crédito 2014 - 1.ª emissão	35.834	35.777
Visabeira 2015-2018	64.220	-
	1.268.299	753.605

Papel Comercial – Petromoc 2014 1.ª Série

Este Papel Comercial apresenta uma maturidade de um ano, sendo emitido em 24 de Fevereiro de 2014, com o valor nominal de 100 Meticais cada. O 1.º cupão rende juros a uma taxa anual de 11,25% sendo os cupões seguintes remunerados a uma taxa indexada à Facilidade Permanente de Cedência (FPC). O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade sendo os juros pagos numa base mensal.

Papel Comercial – Petromoc 2014 2.ª Série

Este Papel Comercial apresenta uma maturidade de um ano, sendo emitido em 4 de Abril de 2014, com o valor nominal de 100 Meticais cada. O 1.º cupão rende juros a uma taxa anual de 11,25% sendo os cupões seguintes remunerados a uma taxa indexada à FPC. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade sendo os juros pagos numa base mensal.

Papel Comercial – Petromoc 2014 3.ª Série

Este Papel Comercial apresenta uma maturidade de um ano, sendo emitido em 11 de Abril de 2014, com o valor nominal de 100 Meticais cada. O 1.º cupão rende juros a uma taxa anual de 11,25% sendo os cupões seguintes remunerados a uma taxa indexada à FPC. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade sendo os juros pagos numa base mensal.

Papel Comercial – Petromoc 2015 2.ª Série

Este Papel Comercial apresenta uma maturidade de um ano, sendo emitido em 27 de Abril de 2015, com o valor nominal de 100 Meticais cada. O 1.º cupão rende juros a uma taxa anual de 13% sendo os cupões seguintes remunerados a uma taxa indexada à Facilidade Permanente de Cedência (FPC). O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade sendo os juros pagos numa base mensal.

Papel Comercial – Petromoc 2015 3.ª Série

Este Papel Comercial apresenta uma maturidade de um ano, sendo emitido em 29 de Junho de 2015, com o valor nominal de 100 Meticais cada. O 1.º cupão rende juros a uma taxa anual de 13% sendo os cupões seguintes remunerados a uma taxa indexada à FPC. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade sendo os juros pagos numa base mensal.

Companhia de Moçambique 2013 – 1.ª emissão

Estas obrigações apresentam uma maturidade de quatro anos, sendo emitidas a 30 de Setembro de 2013, com valor nominal de 100 Meticais cada. Os juros são pagos numa base semestral a uma taxa anual de 13% para os 4 primeiros cupões (2 anos) e a uma taxa variável indexada à FPC + 4% para os 2 últimos cupões (1 ano). O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Companhia de Moçambique 2013 – 2.ª emissão

Estas obrigações apresentam uma maturidade de quatro anos, sendo emitidas a 30 de Setembro de 2013, com valor nominal de 100 Meticais cada. Os juros são pagos numa base semestral a uma taxa anual de 12,75% para os 4 primeiros cupões (2 anos) e a uma taxa variável indexada à FPC + 4% para os 2 últimos cupões (1 ano). O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Moza Banco 2013 – 1.ª emissão

Estas obrigações apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas pelo Moza Banco em 15 de Novembro de 2013 com um valor nominal de 100 Meticais por obrigação. Com um valor nominal total de 250.000.000, os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 12,25% para os 2 primeiros cupões (1 ano) e a uma taxa indexada à FPC + 3,5% para os 4 últimos cupões (2 anos). Não havendo pagamento antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado a um rácio de 25% nos últimos 4 cupões.

Moza Banco 2014 – 1.ª emissão

Estas obrigações apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas pelo Moza Banco em 6 de Agosto de 2014 com um valor nominal de 100 Meticais por obrigação. Com um valor nominal total de 250.000.000, os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 13% para os 2 primeiros cupões (1 ano) e a uma taxa indexada à FPC + 4,25% para os 4 últimos cupões (2 anos). Não havendo pagamento antecipado por parte do emissor, o qual poderá ocorrer parcial ou integralmente a partir da data do pagamento do 3.º cupão, o capital será reembolsado de uma só vez na data do pagamento do último cupão.

Cooperativa de Poupança e Crédito 2014 – 1.ª emissão

Estas obrigações apresentam uma maturidade de cinco anos, sendo emitidas em 29 de Outubro de 2014, com um valor nominal de 100 Meticais cada. Com um valor nominal total de 100.000.000 Meticais, os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 13% para os 6 primeiros cupões (3 anos) e a uma taxa indexada à FPC + 4,75% para os 4 últimos cupões (2 anos). Não havendo pagamento antecipado por parte do emissor, o qual poderá ocorrer parcial ou integralmente a partir da data do pagamento do 4.º cupão, o capital será reembolsado de uma só vez na data do pagamento do último cupão.

Visabeira 2015 - 2018

Esta obrigação apresenta uma maturidade de três anos, tendo sido emitida pela Visabeira em 23 de Março de 2015, com um montante nominal de 100 meticais por obrigação. O montante nominal ascendeu a 250.000.000 Meticais, os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 13% para os 6 primeiros cupões (3 anos) e a uma taxa indexada à FPC + 4,25% para os 4 últimos cupões (2 anos).

14.2. Acções e outros títulos de rendimento variável

EMOSE

O número de acções detidas na EMOSE (1.163.130) representa 7,4% do total de 15.700.000 novas acções emitidas por esta OPV efectuada em Outubro de 2013. Cada acção tem o valor nominal de 1 Metical cada e representa o mesmo direito de voto em relação ao restante do capital social.

14.3. Derivados

Banco utiliza *swaps* e *forwards* cambiais para gerir a exposição à moeda estrangeira e risco de variação de taxa de juro. Estes instrumentos são transaccionados, tanto para actividades de negociação como de cobertura de risco. Estes instrumentos resultam em uma troca económica de moedas e taxas de juro. Existe sempre uma troca de notional nos *swaps* cambiais. A exposição ao risco de crédito do Banco representa o custo potencial para substituir os contratos de *swap* caso as contrapartes não cumpram a sua obrigação. Para controlar o nível de risco de crédito assumido, o Banco avalia as contrapartes usando a mesma técnica para suas actividades de crédito.

Os valores notacionais dos instrumentos financeiros facultam uma base de comparação com instrumentos reconhecidos na demonstração da posição financeira, mas não indicam necessariamente os montantes dos fluxos de caixa futuros ou o justo valor actual dos instrumentos e, portanto, não indicam a exposição do Banco ao crédito ou risco de preço.

Os instrumentos derivados tornam-se favoráveis (activos) ou desfavoráveis (passivos), como resultado de flutuações nas taxas de juro de mercado ou taxas de câmbio relativamente às suas condições. O valor contratual ou notional dos instrumentos financeiros derivados lado, a medida em que os instrumentos são favoráveis ou desfavoráveis, e, assim, os valores justo total dos activos e passivos financeiros derivados, pode variar significativamente ao longo do tempo.

Os justos valores dos instrumentos financeiros derivados são apresentados como segue:

	2015	2014
Derivados		
Fx swaps	375.913	-
	375.913	-

A 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, os investimentos detidos para negociação por maturidade apresenta-se como segue:

	2015	2014
Até 3 meses	669.609	309.123
De 3 meses a 1 ano	764.739	398.819
De 1 ano a 5 anos	209.864	45.663
Mais de 5 anos	-	-
Duração indeterminada	23.263	23.263
	1.667.474	776.868

A 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, os activos financeiros detidos para negociação analisados por títulos cotados e não cotados apresentam-se como segue:

	2015			2014		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Bilhetes do Tesouro	-	981.101	981.101	-	420.259	420.259
Obrigações de empresas	287.198	-	287.198	333.346	-	333.346
Acções e outros títulos de rendimento variável	23.263	-	23.263	23.263	-	23.263
Fx swaps	-	375.913	375.913	-	-	-
	310.461	1.357.014	1.667.475	356.609	420.259	776.868

Os movimentos de activos financeiros detidos para negociação durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 apresentam-se como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	776.868	280.492
Aquisições	791.449	593.656
Alienações/reembolsos	(276.755)	(106.583)
Ganhos/(perdas) de justo valor	375.913	9.303
Saldo final	1.667.475	776.868

15. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Obrigações de Tesouro		
Obrigações de Tesouro 2010	-	5.510
Obrigações do Tesouro 2011	61.647	64.938
Obrigações do Tesouro 2012	-	16.675
Obrigações do Tesouro 2013 - 2.ª emissão	21.442	22.364
Obrigações do Tesouro 2013 - 3.ª emissão	52.976	55.305
Obrigações do Tesouro 2013 - 5.ª emissão	20.139	21.596
Obrigações do Tesouro 2014 - 1.ª emissão	57.317	60.300
Obrigações de Tesouro 2014 - 2.ª emissão	52.331	54.390
Obrigações de Tesouro 2014 - 3.ª emissão	26.395	54.442
Obrigações de Tesouro 2014 - 4.ª emissão	-	54.698
Obrigações de Tesouro 2014 - 5.ª emissão	-	27.143
Obrigações de Tesouro 2014 - 6.ª emissão	51.645	-
Obrigações de Tesouro 2014 - 7.ª emissão	50.954	-
Obrigações de Tesouro 2015 - 2.ª emissão	16.465	-
Obrigações de Tesouro 2015 - 3.ª emissão	22.022	-
Obrigações de Tesouro 2015 - 6.ª emissão	823.418	-
Títulos de reembolso	2.593	-
	1.259.345	437.362
Obrigações corporativas		
Afrasia Bank Ltd. Empréstimo subordinado 2014 - 2020	307.650	161.412
Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM) 2013 - 2020	650.534	524.908
Hellenic Petroleum 2014 - 2016	293.313	142.170
Petróleos da Venezuela - 2009-2015	-	144.982
	1.251.497	973.472
Acções e outros títulos de rendimento variável		
Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)	2.682	2.682
	2.513.524	1.413.516

Obrigações do Tesouro

Obrigações do Tesouro 2010

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 1 de Setembro de 2010 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral sendo a taxa de juro do primeiro cupão fixada em 15% anual. Os cupões seguintes rendem juros à uma taxa média ponderada indexada a mais alta das últimas emissões de BT a 60 dias acrescida de um spread de 0,5%. O capital será reembolsado de uma só vez na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2011

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 7 de Dezembro de 2011 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral sendo a taxa de juro dos primeiros 30 meses (5 cupões semestrais) fixada em 17% anual. Os cupões seguintes rendem juros à uma taxa indexada à taxa interbancária de cedência acrescida de um spread de 0,5%. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2012

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 22 de Agosto de 2012 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral sendo a taxa de juro anual do primeiro cupão fixada em 10%. Os cupões seguintes rendem juros à uma taxa média ponderada indexada a mais alta das últimas emissões de BT a 60 dias acrescida de um spread de 2,5%. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2013 – 2.ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 19 de Setembro de 2013 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida com base no mercado competitivo. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2013 – 3.ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 19 de Setembro de 2013 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida com base no mercado competitivo. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2013 – 5.ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 18 de Dezembro de 2013 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida com base no mercado competitivo. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2014 – 1.ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 22 de Outubro de 2014 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida com base no mercado

competitivo. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2014 – 2.ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 21 de Novembro de 2014 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida com base no mercado competitivo. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2014 – 3.ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 26 de Dezembro de 2014 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida com base no mercado competitivo. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2014 – 4.ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 23 de Julho de 2014 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida com base no mercado competitivo. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2014 – 5.ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 21 de Agosto de 2014 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida com base no mercado competitivo. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2014 – 6.ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 5 de Novembro de 2014 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida com base no mercado competitivo. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2014 – 7.ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 19 de Novembro de 2014 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida com base no mercado competitivo. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2015 – 2.ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 28 de Agosto de 2015 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 10,00%, taxa estabelecida com base no mercado competitivo. O capital será reembolsado na data da maturidade, a não ser que o emissor exerça uma *call option* de reembolso antecipado.

Obrigações do Tesouro 2015 – 3.ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 1 de Setembro de 2015 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 10,00%, taxa estabelecida com base no mercado competitivo. O capital será reembolsado na data da maturidade, a não ser que o emissor exerça uma *call option* de reembolso antecipado.

Obrigações do Tesouro 2015 – 6.ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 16 de Dezembro de 2015 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 10,00%, taxa estabelecida com base no mercado competitivo. O capital será reembolsado na data da maturidade, a não ser que o emissor exerça uma *call option* de reembolso antecipado.

Títulos de Reembolso

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 21 de Abril de 2015 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 7,375%. O capital será reembolsado em três prestações de capital a realizar nas datas de pagamentos de juros. Cada reembolso será efectuado por redução ao valor nominal dos títulos.

Obrigações corporativas

Afrasia Bank Ltd. Empréstimo subordinado 2014 - 2020

Estas obrigações apresentam uma maturidade de seis anos, sendo emitidas em Janeiro de 2014, com um valor nominal de 100 USD por obrigação. Corresponde a uma dívida subordinada, com pagamentos de cupão semestral, a uma taxa de juro fixa de 4,335%.

Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM) 2013 - 2020

Estas obrigações apresentam uma maturidade de sete anos, sendo emitidas a 11 de Setembro de 2013, por um valor nominal de 1.000 USD por obrigação, apesar da amortização do capital iniciar em Novembro de 2015, gerando um período de reembolso antecipado.

Este empréstimo rende juros a uma taxa fixa anual de 4,335% sendo os cupões pagos numa base semestral. A responsabilidade com este empréstimo está integralmente coberta por uma garantia emitida pelo Ministério das Finanças da República de Moçambique.

Petróleos de Venezuela 2009 - 2015

Estas obrigações apresentam uma maturidade de sete anos, tendo sido emitidas em Outubro de 2009 por um valor nominal de 1 USD por obrigação. Este empréstimo rende juros a uma taxa fixa anual de 5% sendo os cupões pagos numa base semestral. O capital será reembolsado na data da maturidade.

Ações e outros títulos de rendimento variável

Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)

O saldo da SIMO é relativo ao valor das acções detidas pelo banco na Sociedade Interbancária de Moçambique, uma instituição financeira detida maioritariamente pelo Banco de Moçambique e com participação social dos bancos comerciais. A SIMO tem como missão enquanto entidade financeira a provisão de acesso aos serviços bancários dos seus sócios, nomeadamente, através de infra-estruturas próprias de ATM's e POS.

A 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, os activos financeiros disponíveis para venda por maturidade apresenta-se como segue:

	2015	2014
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	396.607	190.083
De 1 ano a 5 anos	2.114.235	551.342
Mais de 5 anos	-	669.408
Duração indeterminada	2.682	2.682
	2.513.524	1.413.516

A 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, os activos financeiros disponíveis para venda analisados por títulos cotados e não cotados apresentam-se como segue:

	2015		2014	
	Cotados	Não cotados	Cotados	Não cotados
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
Obrigações de Tesouro	1.259.345	-	437.362	-
Obrigações corporativas	1.021.997	229.500	973.472	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	2.682	-	2.682
	2.281.342	232.182	1.410.834	2.682

Os movimentos de activos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 apresentam-se como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	1.413.516	1.417.397
Aquisições	1.511.687	613.035
Acréscimos de juros	21.811	17.221
Alienações/reembolsos	(700.217)	(672.325)
Diferenças cambiais não realizadas	252.782	81.147
Ganhos/(perdas) de justo valor	13.946	(42.959)
Saldo final	2.513.524	1.413.516

16. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

Os empréstimos e os adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

	2015	2014
Empresas	15.579.613	11.463.556
Particulares	2.560.777	2.324.071
	18.140.391	13.787.627
Juros especializados e comissões	311.709	231.057
	18.452.099	14.018.684
Imparidade do crédito	(514.602)	(368.832)
	17.937.497	13.649.851

O crédito vincendo e vencido (excluindo juros especializados), é como segue:

	2015	2014
Empréstimos vincendos	17.720.645	13.476.612
Empréstimos vencidos		
Até 90 dias	48.975	80.409
Mais de 90 dias	370.770	230.607
	419.745	311.015
	18.140.391	13.787.627

Os empréstimos e adiantamentos por produto analisa-se como segue:

	2015	2014
Empréstimos	12.685.813	9.597.635
Créditos em conta corrente	3.467.052	2.977.902
Descobertos	1.686.429	866.748
Outros	612.806	576.400
	18.452.099	14.018.685
Imparidade do crédito	(514.602)	(368.832)
	17.937.497	13.649.852

Os empréstimos e adiantamentos por moeda analisa-se como segue:

	2015	2014
Moeda nacional	15.931.852	12.441.464
Moeda estrangeira	2.520.247	1.577.221
	18.452.099	14.018.685

A análise pela concentração do risco por indústria apresenta-se como segue:

	2015	2014
Retalho	3.923.816	3.100.674
Construção Civil	1.832.460	1.001.078
Energia	769.188	658.548
Turismo	464.205	407.430
Indústria Transformadora	3.309.131	2.218.315
Privado	3.425.463	2.357.694
Serviços	2.110.350	2.015.134
Transportes e comunicações	2.504.518	1.440.153
Agricultura e Pesca	102.976	101.723
Outros	9.993	717.937
	18.452.099	14.018.685

A maturidade dos empréstimo e contas a receber apresenta-se como segue:

	2015	2014
Até 3 meses	1.902.900	2.584.144
De 3 meses a 1 ano	2.811.534	3.002.033
De 1 ano a 5 anos	4.715.058	4.940.966
Mais de 5 anos	9.022.607	3.491.542
	18.452.099	14.018.685

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como segue:

2015	Individual	Colectiva	Total
Saldo de abertura	250.863	117.970	368.832
Imparidade do exercício	357.537	123.744	481.281
Reversões do exercício	(99.066)	(105.949)	(205.016)
Utilização/regularização	(131.887)	1.391	(130.496)
Saldo final	377.446	137.156	514.602

2014	Individual	Colectiva	Total
Saldo de abertura	136.852	92.929	229.781
Imparidade do exercício	230.132	84.562	314.694
Reversões do exercício	(102.932)	(66.271)	(169.203)
Utilização/regularização	(13.190)	6.750	(6.440)
Saldo final	250.863	117.970	368.832

Os juros fazem parte das perdas por imparidade, estando incluídos na determinação da imparidade.

17. OUTROS ACTIVOS

Os outros activos apresentam-se como segue:

	2015	2014
Outros recebimentos	984.192	162.591
Acréscimos e diferimentos	74.661	34.811
Inventarios	18.363	-
Outros	42.901	17.608
Contas de compensação	372.369	-
	1.492.487	215.010

Os outros recebimentos referem-se a processos instaurados contra clientes que à data da Posição Financeira, o Banco ainda não detinha a propriedade legal das hipotecas.

18. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O saldo desta rubrica representa o valor dos imóveis resultantes das acções de execução levadas a cabo pelo Banco sobre clientes com créditos irregulares. Os referidos imóveis tinham sido hipotecados pelo Banco para garantia dos empréstimos concedidos aos clientes. O Banco

pretende alienar os imóveis num período de tempo relativamente curto (menos de 1 ano). A 31 de Dezembro de 2015, aproximadamente 82% do saldo dos activos não correntes detidos para venda é representado por imóveis industriais e comerciais registados ao mais baixo entre o valor de aquisição e o valor de avaliação.

19. ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Beneficiações em edifícios arrendados	Equipamento	Investimento em curso	Outros	Total
Custo:					
A 1 de Janeiro de 2014	466.892	375.127	96.112	838	938.969
Aumentos	211.430	84.792	168.550	1.249	466.022
Transferências	-	134.175	(134.175)	-	-
A 31 de Dezembro de 2014	678.322	594.094	130.487	2.087	1.404.991
Aumentos	132.595	193.939	203.936	-	530.470
Alienações	-	(6.394)	-	-	(6.394)
Transferências	-	12.571	(12.571)	-	-
A 31 de Dezembro de 2015	810.917	794.210	321.852	2.087	1.929.067
Depreciação e imparidade					
A 1 de Janeiro de 2014	70.186	120.304	-	-	190.491
Depreciação do período	58.592	80.841	-	-	139.433
Alienações/regularizações	-	(138)	-	-	(138)
A 31 de Dezembro de 2014	128.778	200.686	-	-	329.464
Depreciação do período	75.417	121.064	-	2.087	198.568
Alienações/regularizações	-	(9.057)	-	-	(9.057)
A 31 de Dezembro de 2015	204.195	312.692	-	2.087	518.975
Valor líquido contabilístico					
A 31 de Dezembro de 2014	549.544	393.408	130.487	2.087	1.075.526
A 31 de Dezembro de 2015	606.723	481.518	321.852	-	1.410.092

20. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos nos activos intangíveis foi o seguinte:

	Software	Investimento em curso	Total
Custo:			
A 1 de Janeiro de 2014	216.663	126.673	343.336
Aumentos	13.907	230.508	244.414
Transferências	291.566	(291.566)	-
A 31 de Dezembro de 2014	522.136	65.615	587.751
Aumentos	163.559	127.555	291.113
Alienações	4.909	-	4.909
Transferências	65.615	(65.615)	-
A 31 de Dezembro de 2015	756.218	127.555	883.773

	Software	Total	
Amortização e imparidade			
A 1 de Janeiro de 2014	97.191	97.191	
Amortização do período	55.237	55.237	
Regularizações	56	56	
A 31 de Dezembro de 2014	152.483	152.483	
Amortização do período	123.270	123.270	
Alienação/regularizações	(4.909)	(4.909)	
A 31 de Dezembro de 2015	270.844	270.844	
Valor líquido contabilístico			
A 31 de Dezembro de 2014	369.653	65.615	435.268
A 31 de Dezembro de 2015	485.374	127.555	612.929

Os Investimentos em curso são constituídos essencialmente por despesas incorridas com o desenvolvimento de programas informáticos que não tinham sido concluídos até à data de reporte.

21. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Activos por impostos correntes apresentam-se como segue:

	2015	2014
Pagamentos por conta de IRPC	38.165	43.590
Retenção na fonte de IRPC	62.385	21.198
	100.550	64.789

22. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Os recursos de outras instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2015	2014
Depósitos à ordem	358.636	929.787
Depósitos a prazo	1.704.982	1.245.828
	2.063.618	2.175.616

A maturidade dos recursos de outras instituições de crédito apresenta-se como segue:

	2015	2014
Até 3 meses	262.821	929.787
De 3 meses a 1 ano	1.800.797	1.245.828
De 1 ano a 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	-	-
	2.063.618	2.175.616

23. DEPÓSITOS E CONTAS CORRENTES

Depósitos e contas correntes apresentam-se como segue:

	2015	2014
Depósitos à ordem	9.518.652	6.268.429
Depósitos a prazo	15.216.059	10.614.965
Outros	-	31.058
	24.734.711	16.914.452

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresentam-se como segue:

	2015	2014
À ordem	10.935.938	6.268.429
Até 3 meses	7.796.061	5.613.976
De 3 meses a 1 ano	5.999.005	4.714.254
De 1 ano a 5 anos	787	645
Mais de 5 anos	2.920	317.147
	24.734.711	16.914.452

24. RECURSOS CONSIGNADOS

O Moza Banco rubricou um acordo com o Banco Europeu de Investimento para a concessão de um empréstimo destinado a apoiar as suas actividades de financiamento às pequenas e médias empresas, como parte do seu programa de apoio ao sector privado em Moçambique. Os sectores de actividade financiados no âmbito deste programa incluem a agro-indústria, o turismo, a indústria transformadora e energias renováveis. O empréstimo de 5 milhões de euros (200.4 milhões de Meticaís), foi disponibilizado em Dezembro de 2014 pelo prazo de 5 anos, devendo ser reembolsado em tranches semestrais iguais de capital e juros a uma taxa fixa de 8,9%.

Foi também celebrado um acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento para a concessão de um empréstimo especificado para ser utilizado para empréstimos de longo prazo para Pequenas e Médias Empresas (PME), em uma série de sectores da economia moçambicana, em que foram incluídos os sectores agrícola, agronegócio e manufactura. O empréstimo ascende a USD 9 milhões, por 5 anos, com taxa de juro indexadas a bilhetes de tesouro de 6 meses, acrescido de um spread.

Por último, foi celebrado um acordo com o Ministério do Comércio e Indústria de acesso aos fundos concedidos pelo Governo Italiano, sob a forma de um empréstimo (PRSP - Programa de Relançamento do sector privado) destinado a apoiar actividades do sector privado directamente afectadas por desastres naturais que ocorreram em 2000 / 2001. O empréstimo ascende a 120 milhões de Meticaís, durante um período de 5 anos. O cupão é pago a cada seis meses a uma taxa fixa de 10,00% ao ano.

25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2015	2014
Contas a pagar	99.472	304.634
Estimativa de imposto sobre o rendimento	-	15.157
Acréscimo de gastos	88.923	13.719
Contas a regularizar	-	79.575
	188.396	413.085

26. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Os empréstimos obrigacionistas apresentam-se como segue:

	2015	2014
Papel Comercial		
Papel Comercial Moza Banco 2015 1.ª emissão	270.240	-
Empréstimos obrigacionistas		
Moza Banco 2013 1.ª emissão	388.547	270.167
Moza Banco 2014 2.ª emissão	-	251.901
Empréstimos obrigacionistas subordinados		
Moza Banco 2013 - 2023 empréstimo subordinado	750.906	750.906
	1.409.693	1.272.975

Papel Comercial Moza Banco 2015 1.ª emissão

Este papel comercial apresenta uma maturidade de um ano e foi emitido pelo Moza Banco em 30 de Outubro de 2015 com um valor nominal de 100 Meticaís por obrigação. Com um valor nominal total de 250.000.000, os juros são pagos numa base mensal a uma taxa fixa anual de 13,5% ao ano.

Moza Banco 2013 – 1.ª emissão

Estas obrigações apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas pelo Moza Banco em 15 de Novembro de 2013 com um valor nominal de 100 Meticaís por obrigação. Com um valor nominal total de 250.000.000, os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 12,25% para os 2 primeiros cupões (1 ano) e a uma taxa indexada à FPC + 3,5% para os 4 últimos cupões (2 anos). Não havendo pagamento antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado a um rácio de 25% nos últimos 4 cupões.

Moza Banco 2014 – 2.ª emissão

Estas obrigações apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas pelo Moza Banco em 6 de Agosto de 2014 com um valor nominal de 100 Meticaís por obrigação. Com um valor nominal total de 250.000.000, os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 13% para os 2 primeiros cupões (1 ano) e a uma taxa indexada à FPC + 4,25% para os 4 últimos cupões (2 anos). Não havendo pagamento antecipado por parte do emissor, o qual poderá ocorrer parcial ou integralmente a partir da data do pagamento do 3.º cupão, o capital será reembolsado de uma só vez na data do pagamento do último cupão.

Moza Banco 2013-2023 – empréstimo subordinado

O empréstimo subordinado apresenta uma maturidade de dez anos, tendo sido emitido pelo Moza Banco em 27 de Dezembro de 2013, com um valor nominal de 100 Meticaís cada obrigação. Com um valor nominal total de 750.000.000 Meticaís, os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 14,5%. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor que poderá ocorrer a partir do 5.º ano com a aprovação preliminar do Banco de Moçambique, o capital será pago na data da maturidade.

A maturidade dos empréstimos obrigacionistas apresenta-se como segue:

	2015	2014
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	397.037	-
De 1 ano a 5 anos	1.012.656	522.068
Mais de 5 anos	-	750.906
	1.409.693	1.272.975

27. CAPITAL SOCIAL

A 31 de Dezembro de 2015, o capital social do Moza Banco encontra-se totalmente subscrito e realizado, apresentando-se como segue:

2015	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% capital social
Accionista				
Moçambique Capitais, S.A.	43.435	25.000	1.085.867	50,999%
Novo Banco Africa SGPS	41.732	25.000	1.043.300	49,000%
Dr. Almeida Matos	1	25.000	25	0,001%
	85.168		2.129.192	100,00%

2014	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% capital social
Accionista				
Moçambique Capitais, S.A.	38.351	25.000	958.775	50,999%
Novo Banco Africa SGPS	36.848	25.000	921.200	49,000%
Dr. Almeida Matos	1	25.000	25	0,001%
	75.200		1.880.000	100,00%

Durante o período o capital aumentou em 249.192.000 Meticais através da emissão de 9.968 acções de 25.000 Meticais cada.

	Número de acções	Valor nominal
Acções ordinárias		
A 31 de Dezembro de 2014	75.200	1.880.000
Aumento	9.968	249.192
A 31 de Dezembro de 2015	85.168	2.129.192

28. RESERVA LEGAL

A reserva legal apresenta-se como segue:

	2015	2014
Reserva legal	49.287	26.346
	49.287	26.346

Nos termos da legislação moçambicana, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social. A reserva não pode ser distribuída mas pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital.

29. ITENS NÃO REPRESENTATIVOS DE CAIXA INCLUÍDOS NOS LUCROS ANTES DE IMPOSTOS

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2015	2014
Depreciações e amortizações (notas 18,20)	(321.838)	(194.669)
Imparidade do crédito (nota 16)	(276.266)	(145.491)
Ganhos na alienação de activos tangíveis (nota 9,19)	(465)	(3)
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação (nota 14)	375.913	(9.303)
Acréscimos de juros de activos financeiros disponíveis para venda (nota 15)	(4.590)	-
Diferenças cambiais não realizadas	(252.512)	-
	(479.758)	(349.467)

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:

2015	Ao justo valor por via dos resultados	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e contas a receber	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	2.891.637	2.891.637
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	479.149	479.149
Aplicações em instituições de crédito	-	-	1.868.335	1.868.335
Activos financeiros detidos para negociação	1.667.475	-	-	1.667.475
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.513.524	-	2.513.524
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	17.937.497	17.937.497
Outros activos	-	-	117.562	117.562
Total do activo	1.667.475	2.513.524	23.294.182	27.475.181
Passivo				
	Ao justo valor por via dos resultados	Empréstimos e contas a pagar		Total
Recursos de instituições de crédito	-	2.063.618		2.063.618
Depósitos e contas correntes	-	24.734.711		24.734.711
Outros passivos	-	403.393		
Empréstimos obrigacionistas	-	188.396		188.396
Passivos por impostos diferidos	-	1.409.693		1.409.693
Total do passivo	-	28.799.811		28.396.418
2014	Ao justo valor por via dos resultados	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e contas a receber	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	1.706.271	1.706.271
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	961.467	961.467
Aplicações em instituições de crédito	-	-	2.649.495	2.649.495
Activos financeiros detidos para negociação	776.868	-	-	776.868
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.413.516	-	1.413.516
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	13.649.852	13.649.852
Total do activo	776.868	1.413.516	18.967.086	21.157.469
Passivo				
	Ao justo valor por via dos resultados	Empréstimos e contas a pagar		Total
Recursos de instituições de crédito	-	2.175.616		2.175.616
Depósitos e contas correntes	-	16.914.452		16.914.452
Recursos consignados	-	205.179		205.179
Empréstimos obrigacionistas	-	1.272.975		1.272.975
Total do passivo	-	20.568.221		20.568.221

31. JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Activos financeiros disponíveis para venda

Trata-se de activos financeiros valorizados através de técnicas de valorização ou modelos de pricing e consistem, fundamentalmente em acções ou obrigações.

Estes activos são valorizados através de modelos que usam quer variáveis observáveis ou não observáveis no mercado. As variáveis não observáveis no mercado incluem pressupostos relativamente ao investimento, ao perfil de risco e aos pressupostos económicos relativamente à indústria e geografia onde o investimento opera.

Activos financeiros detidos para negociação

Para os activos financeiros detidos para negociação não cotados, o modelo dos fluxos de caixa descontados é utilizado com vários pressupostos, incluindo expectativas correntes e futuras de perdas de crédito, taxas de juro de mercado, taxas de pré-pagamento, assim como pressupostos relacionados com a liquidez de mercado e spreads.

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

- > **Nível 1** – Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.

- > **Nível 2** – Outras técnicas de valorização para os quais os *inputs* que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

O Banco valoriza as obrigações do tesouro de acordo com o valor presente nos activos financeiros disponíveis para venda. As taxas de juro utilizadas para determinar os factores de desconto são variáveis observadas no mercado, designadamente as taxas médias de colocação de Bilhetes de Tesouro e Obrigações do Tesouro a taxa de 6,68% a 8,08% (7,95% em 2014).

- > **Nível 3** – Técnicas que utilizam *inputs* que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado activo. Para Títulos do Governo para os quais não existe um mercado activo, o Banco utiliza o modelo de desconto. O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	2.891.637	2.891.637
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	479.149	479.149
Aplicações em instituições de crédito	-	-	1.905.702	1.905.702
Activos financeiros detidos para negociação	310.461	-	1.357.014	1.667.475
Activos financeiros disponíveis para venda	2.281.342	-	232.182	2.513.524
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	16.861.247	16.861.247
Outros activos	117.562	-	-	117.562
	2.709.365	-	23.726.933	26.436.299
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	-	-	2.125.526	2.125.526
Depósitos e contas correntes	-	-	25.724.099	25.724.099
Recursos consignados	-	-	391.292	391.292
Empréstimos obrigacionistas	-	-	1.480.178	1.480.178
Outros passivos	-	-	188.396	188.396
	-	-	29.909.491	29.909.491
2014				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	1.706.271	1.706.271
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	979.467	979.467
Aplicações em instituições de crédito	-	-	2.724.441	2.724.441
Activos financeiros detidos para negociação	356.609	-	420.259	776.868
Activos financeiros disponíveis para venda	1.249.422	-	164.094	1.413.516
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	12.216.618	12.216.618
	1.606.031	-	18.211.150	19.817.181
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	-	-	2.285.917	2.285.917
Depósitos e contas correntes	-	-	17.261.338	17.261.338
Recursos consignados	-	-	176.454	176.454
Empréstimos obrigacionistas	-	-	1.429.281	1.429.281
	-	-	21.152.991	21.152.991

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras.

	2015		2014	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	2.891.637	2.891.637	1.706.271	1.706.271
Disponibilidades sobre instituições de crédito	479.149	479.149	961.467	979.467
Aplicações em instituições de crédito	1.868.335	1.905.702	2.649.495	2.724.441
Activos financeiros detidos para negociação	1.667.475	1.667.475	776.868	776.868
Activos financeiros disponíveis para venda	2.513.524	2.513.524	1.413.516	1.413.516
Empréstimos e adiantamentos a clientes	17.937.497	16.861.247	13.649.852	12.216.618
Outros activos	117.562	117.562	-	-
	27.475.181	26.436.298	21.157.469	19.817.181
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	2.063.618	2.125.526	2.175.616	2.285.917
Depósitos e contas correntes	24.734.711	25.724.099	16.914.452	17.261.338
Recursos consignados	403.393	391.292	205.179	176.454
Empréstimos obrigacionistas	1.409.693	1.480.178	1.272.975	1.429.281
Outros passivos	188.396	188.396	-	-
	28.799.811	29.909.491	20.568.221	21.152.991
	(1.324.630)	(3.473.193)	589.248	(1.335.809)

A gestão considera que o Caixa e disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em Instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- > O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e activos financeiros detidos para venda são obtidos com base no mercado activo, assim como obtidos através da utilização do valor presente,

baseado com variáveis observáveis no mercado, tais como Bilhetes do Tesouro, variando entre 6,68% a 8,08% (5,37% a 7,25% em 2014).

- > O Banco apresenta instrumentos financeiros derivados, tais como *swaps* e *forwards* cambiais. A técnica aplicada na valorização inclui os preços forward. O modelo incorpora *inputs* tais como as taxas de juro spot e forward, as *yield curves* das respectivas moedas e os *spreads* entre as curvas de taxa de juro e as curvas de taxa de câmbio forward.
- > O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, tais como aplicações em instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, recursos de instituições de crédito, depósitos e contas correntes e empréstimos obrigacionistas são obtidos através do valor presente.

32. PARTES RELACIONADAS

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

Accionistas		Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Outros activos	Recursos de instituições de crédito	Depósitos e contas correntes	Outros passivos
Moçambique Capitais	2015	-	-	-	-	116.426	-
	2014	-	-	-	-	124.000	6.404
Novo Banco Africa SGPS	2015	85.079	1.679.129	-	62.914	-	2.821
	2014	89.147	227.036	516	638.317	-	1.000

Em Dezembro de 2015, a exposição complementar decorrente de transacções com accionistas apresentada na rubrica empréstimos e adiantamentos a clientes ascende a 218 milhares de Meticais (106 milhares de Meticais: em Dezembro de 2014).

Pessoal chave de Gestão		Outros activos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Depósitos e contas correntes	Outros passivos
Administração	2015	-	54.608	95.297	-
	2014	1.176	41.383	477.601	-

As transacções com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

		Loações operacionais	Juros suportados	Juros obtidos
Accionistas				
Moçambique Capitais				
	2015	8.058	-	-
	2014	6.297	17.774	-
Novo Banco Africa SGPS				
	2015	-	-	1.512
	2014	-	109.651	2.386
Pessoal chave de Gestão				
Administração				
	2015	-	1.726	136
	2014	-	-	2.034

Benefícios ao pessoal-chave de Gestão

Durante o período de 2015, os vencimentos da Administração ascenderam a 116.232 milhares de Meticais (78.462 milhares de Meticais em 2014).

33. CONTINGÊNCIAS E COMPROMISSOS

Contingências

	2015	2014
Garantias	3.126.166	2.793.474
Cartas de crédito	1.264.802	1.606.171
	4.390.968	4.399.645

Loações operacionais – banco como locatário

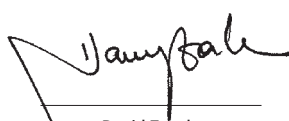
O Banco celebrou contractos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede

social. Estas locações têm duração média de 8 a 10 anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contratos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado. As rendas mínimas a pagar de operações de locação operacional irrevogáveis eram as seguintes à data de 31 de Dezembro:

	2015	2014
Até 1 ano	269.309	179.238
Entre 1 e 5 anos	346.781	544.456
Mais de 5 anos	354.744	154.638
	970.835	878.332

34. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para o Moza Banco que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.



David Zavale
Técnico de Contas



Ibraimo Ibraimo
Presidente da Comissão Executiva



Prakash Ratilal
Presidente do Conselho de Administração





12.

Parecer dos
Auditores
Externos e do
Conselho Fiscal

12.1. Relatório do Auditor Independente



Ernst & Young Limitada
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
E-mail: Ernst&young@mz.ey.com
NUIF: 400 006 245
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do
MOZA BANCO, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **MOZA BANCO, S.A.**, que compreendem a demonstração da posição financeira relativa a 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de activo de 31.368.621 milhares de Meticais e um total de capital próprio de 2.440.901 milhares de Meticais, incluindo o resultado líquido do exercício de 81.741 milhares de Meticais), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa referentes ao ano então findo, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Esta responsabilidade inclui ainda a concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento profissional do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Moza Banco, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2015, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Maputo, 29 de Fevereiro de 2016



12.2. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2015

Exmos. Senhores Accionistas do Moza Banco, SA

Nos termos da legislação em vigor apresentamos o Relatório do Conselho Fiscal, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados, que o Conselho de Administração do Moza Banco apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

O Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização, acompanhou a evolução da actividade do Banco através da apreciação das Demonstrações Financeiras e respetivas informações de Gestão.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2015, emitido sem qualificações, em 29 de Fevereiro de 2016, com o qual concordamos.

Como resultado da actividade fiscalizadora do Conselho Fiscal, foi votado favoravelmente que a Assembleia Geral Anual do Moza Banco, SA aprove, com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015:

- As Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, que foram do conhecimento prévio do Conselho Fiscal, e que estão em conformidade com a lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas emanadas pelo Banco de Moçambique. Estas Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, e reflectem uma imagem verdadeira e apropriada do Activo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados do Moza Banco.



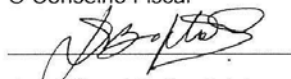
- O Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração, o qual, em nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade do Banco no exercício de 2015.

- A proposta apresentada pelo Conselho de Administração relativa à aplicação do resultado líquido do exercício de 2015, no montante de 81.741.543 Meticais.

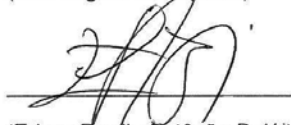
Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções por parte do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banco, da Secretaria Geral da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar, bem como reconhecer todos os esforços empreendidos para se atingir o resultado positivo alcançado.

Maputo, 29 de Fevereiro de 2016


O Conselho Fiscal



(Luis Miguel R. Baptista)



(Edgar Danilo Estêvão Balói)



(Maria Paula De Lima Ferreira)

